

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
MARAISA LOPES

**FOLHA: DO MANUAL AO JORNAL OU DO JORNALÍSTICO AO PEDAGÓGICO**

Tese apresentada, ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Linguística.  
Orientadora: Profa. Dra. *Claudia Regina Castellanos Pfeiffer*

Campinas, SP

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
 TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE  
 ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

**L881f** Lopes, Maraisa, 1984-  
 Folha: do Manual ao Jornal ou do Jornalístico ao Pedagógico / Maraisa Lopes. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012.

Orientador : Claudia Regina Castellanos Pfeiffer.  
 Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Ideias linguísticas – História. 2. Mídia. 3. Escola. 4. Folha de São Paulo (Jornal). 5. Redação – Manuais, guias, etc. I. Pfeiffer, Claudia Regina Castellanos. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

**Informações para Biblioteca Digital**

**Título em inglês:** Folha: from the Manual to the Newspaper or from the Journalistic to the Pedagogical.

**Palavras-chave em inglês:**

Linguistic ideas history

Media

School

Folha de S.Paulo

Writing manual

**Área de concentração:** Linguística.

**Titulação:** Doutor em Linguística

**Banca examinadora:**

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer [Orientador]

Ana Silvia Couto de Abreu

Suzy Maria Lagazzi

Cristiane Pereira Dias

José Horta Nunes

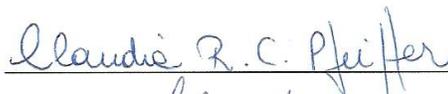
**Data da defesa:** 26-03-2012.

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

## BANCA EXAMINADORA:

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer



---

Ana Silvia Couto de Abreu



---

Suzy Maria Lagazzi



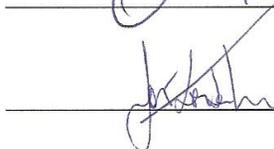
---

Cristiane Pereira Dias



---

José Horta Nunes



---

Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo

---

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

---

Newton Guilherme Vale Carrozza

---



Para eles, que constituem e atravessam  
todos os sentidos que reverberam em mim:

Solange e Marcos.



Agradeço

À Profa. Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer,  
por todo o meu percurso na Unicamp. Por todas as nossas discussões, por possibilitar minha inscrição na *Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas*. Por compreender minha necessidade de, por vezes, estar distante. Por ser uma orientadora fabulosa, pesquisadora iluminada, pessoa terna, carinhosa, e, sobretudo, paciente! Em meu *muito obrigada*, busque um turbilhão de sentidos!

À Profa. Ms. Elizabeth Eboli de Mello (in memoriam),  
minha eterna gratidão e admiração!

À Greciely e ao Leandro,  
muito obrigada pelo sempre exemplo de dedicação aos estudos sobre a língua!

Aos colegas do IEL,  
... pela companhia na inquietação frente à linguagem!

Aos de casa: Marcos, Solange, Junior...

... retomando a frase de Leon Tolstoi: *A verdadeira felicidade está na própria casa, entre as alegrias da família!* ... obrigada por todo o amor, compreensão, incentivo, dedicação e força! Sem vocês, *eu* não seria possível!

Mãe...

*Tudo o que sou e que sempre desejei ser, eu devo a meu anjo Mãe*, como diria Abraham Lincoln ... obrigada por me conhecer pelo olhar, pela voz... por me mostrar que mesmo ao longe, nossos corações e pensamentos parecem estar sempre conectados! Por ser meu exemplo de mulher, forte e corajosa! Por me inspirar em todos os momentos em que eu entro em sala-de-aula! Por compartilhar comigo as minhas dores e me dar o afago capaz de me fazer esquecer toda e qualquer tristeza!

Pai ...

*Um pai vale mais do que uma centena de mestres-escolas*, já dissera George Herbert ... acho que posso dizer que eu seja um pequeno espelho seu, pois muito me vejo em você! Às vezes, achava que poucas eram suas palavras, no entanto, como cada uma delas carregava tantos sentidos... hoje, ao longe, vejo que cada momento de silêncio encerrava em si um amor sem medidas... obrigada por sempre estar ao meu lado... me apoiando em minhas loucuras, me ajudando a superar as dificuldades, me dando forças para continuar!

Juh ...

... parte do meu coração! Para mim, você sempre será o 'irmão mais novo', a criança que vi crescer... se você soubesse o quanto sinto falta de nos sentarmos à mesa, quando chegávamos, eu do trabalho e você da faculdade, para conversarmos... o

quanto queria poder, às vezes, ir te acordar pulando sobre você em sua cama... muito obrigada por tudo o que você significa para mim!

Ao Couple Josy e Marcelo,

Shakespeare, certa vez dissera que, *amigos são a família que nos permitiram escolher...* e vocês dois, são, com certeza, a irmã que nunca tive e o irmão mais velho com quem compartilho minhas angústias e felicidades...

Josy,

... às vezes, é preciso que algumas coisas aconteçam para que uma amizade se construa sobre bases fortes... hoje, você é minha *sister-japa* ... a pessoa com quem divido as alegrias e as tristezas, a pessoa com quem planejo coisas profissionais, com quem compartilho a sensação de ser um pássaro fora do ninho... a menina que me faz rir, a mulher cheia de ideias a quem muito admiro, a amiga em quem procuro amparo quando a saudade aperta e o coração dói. Thanks, my dear!

Marcelo,

... quando dois espíritos se reconhecem, há como que uma ligação mágica! Desde que cheguei a BJ, você foi, a cada dia, se tornando uma pessoa importante... às vezes, me fazendo rir com suas besteiras e histórias, às vezes, me dando broncas... mas, acima de tudo, estando sempre ao meu lado! Muito obrigada, por tudo!

Aos amigos que ganhei em BJ,

Sammy e Adriana...

... duas pessoas tão diferentes, mas tão parecidas... capazes de serem carinhosos e duros ao mesmo tempo! Obrigada por estarem sempre ao meu lado!

Ao Guilherme, à Ana Alice e à Catarina,

... uma família muito especial para mim!

Guilherme,

Nunca esquecerei nossa conversa no banco da cozinha da UFPI... você não sabe o quanto suas palavras foram importantes para mim!

Ana,

Muito obrigada por abrir as portas de sua casa e de sua família para mim, você não imagina como adoro estar com vocês... quando crescer quero ser uma *mãe bonitona* como você...

Catarina,

... um dia você lerá isso, e, saberá que essa 'tia' aqui, te adora, e, que consegue esquecer muitas de suas aflições e saudades, quando está ao seu lado, brincando e compartilhando de seus sorrisos e de suas semi-palavras...

Ao Ítalo, à Markilla e à Lorena (ah, também ao baby que já está na barriga!)

... uma família à qual admiro muito!

Ítalo,

... obrigada por seu respeito ao meu trabalho, por todo o apoio profissional, pela parceria e por compreender que algumas vezes acontecimentos de ordem pessoal nos afetam e que precisamos de pessoas fortes ao nosso lado para que nos sacudamos e sigamos à frente!

Márkilla,

... vejo o desabrochar de nossa amizade... antes, guardava respeito com relação à Professora Márkilla, hoje já encerro em mim, um carinho especial por uma mulher doce, mãe supervocacionada...

Lorena,

... você para mim é o retrato de que *Ciência e Amor* podem gerar frutos maravilhosos! Uma menininha toda delicada, que me encanta! Uma criança tão doce, capaz de me fazer deitar no chão para brincar de naninha, fazendo reverberar em mim todos os sentidos de 'tia'!

Ao Bruno e à Kellen,

... um casal forte, que fora fundamental para que eu superasse o momento mais difícil que passei em BJ! Adoro vocês!

Ao Manoel,

... com quem muito discuti quando de minha chegada a BJ, pela paciência! E, principalmente, por ter me mostrado, após algum tempo, o quanto as aparências nos enganam..

À Aldina,

pelo carinho e pelas palavras-maternas que ela sabe nos conceder nos momentos mais certos..

Ao Marcelo, Herbênia, Alécio, Raíssa, Leandro, Débora,

por serem tão especiais e compartilharem comigo sentidos outros que não os do mundo material!

À Luciana Barboza,

... por seu jeito doce por trás dessa mulher forte! Por sua preocupação comigo, pelo companheirismo... pelos momentos de conversa de mãe, por seu carinho e respeito!

Aos meus alunos,

Grandes interlocutores! Ao depositarem confiança em mim, mal sabiam eles o quanto me instigavam a estudar mais e mais...

À Universidade Federal do Piauí, especificamente, ao Campus Universitário Professora Cinobelina Elvas,

pelo respeito à minha pesquisa, pela construção de uma história!

Ao Prof. Ms. João da Silva Ribeiro Neto,  
que me encanta com suas conversas poéticas! Pessoa de inteligência e refinamento  
únicos. Por ser sempre uma memória a partir da qual borbulham sentidos!

Aos Professores do IEL:

Por transportar-me a outras esferas do pensamento... pelo modo astuto de direcionar  
nosso olhar para outros caminhos... por todo o furor teórico causado em suas aulas e a  
partir de suas leituras... pela simplicidade... pela possibilidade de sentir a emoção em  
meio a um mundo pautado pela seriedade acadêmica... por suas palavras, que sempre  
ressoam em minha memória!

À Profa. Dra. Suzy Lagazzi - Rodrigues,  
pelas oportunidades interessantes de ouvi-la.  
pela participação fundamental em minha Banca de Qualificação de Tese e de Área!

À Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias,  
muito obrigada por sua leitura sempre cuidadosa do meu texto e por sua participação  
preciosa em minha Banca de Qualificação de Tese.

Ao Prof. Dr. José Horta Nunes, à Profa. Dra. Ana Silvia Couto de Abreu,  
à Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi, à Profa. Dra. Cristiane Dias, à Profa.  
Dra. Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo e, aos ex-companheiros de  
IEL, Prof. Dr. Newton Guilherme Vale Carrozza e Profa. Dra. Ana  
Cláudia Fernandes Ferreira,  
pelo aceite para compor minha Banca de Defesa de Tese de Doutorado.

Aos funcionários do IEL, do Labeurb e do CEDU.

Ao CNPQ, que, por meio do processo 142135/2009-7, me concedera  
bolsa para a realização de meus estudos de doutoramento durante doze  
meses.

E a todos aqueles que acabaram por colaborar, direta ou indiretamente,  
para a realização deste estudo...

... meu muito obrigada!

O mundo não foi feito em alfabeto. Senão que primeiro em água e luz. Depois árvore. Depois lagartixas. Apareceu um homem na beira do rio...”, vai nos dizendo o poeta Manoel de Barros, versejando sobre uma cosmologia contada por um índio guató, o Rogacismo.

Mas para nós - letrados e não-letrados -, no Brasil do século XX, o mundo foi e é feito em alfabeto, em escrita. (SILVA, 2001, p.139).



## RESUMO

Esta pesquisa inscreve-se na perspectiva materialista da HIL e mobiliza o dispositivo teórico-analítico da AD, a partir do qual me coloquei frente ao empreendimento de compreender o modo pelo qual os manuais de redação de uma empresa jornalística, em meu caso, a *Folha*, se configurariam enquanto um instrumento tecnológico do espaço discursivo do jornalismo (hipótese com a qual passei a trabalhar), que pauta a escrita jornalística que, por sua vez, inscreve-se na produção de conhecimento sobre a história da língua e a história do conhecimento sobre a língua, funcionando como um instrumento linguístico. Além disso, trabalho com a compreensão de que a constituição da instituição 'jornal' se dá em uma relação com um 'poder dizer' (MARIANI, 1999), instaurando uma memória discursiva no funcionamento da instituição jornalística. Meu dispositivo teórico repousa nas noções correntes da AD, mais propriamente, naquelas postuladas por Pêcheux, Henry, Guilhaumou, Maldidier, Orlandi e, recorro a Mariani, Silva, Pfeiffer e Silva para tangenciar as questões relativas ao discurso jornalístico. Compreendo em minha pesquisa as condições de produção das versões dos manuais de redação da *Folha*, bem como o processo de institucionalização do Grupo. Além, de ter buscado apresentar algumas considerações acerca desse instrumento tecnológico, o manual. Pensar o discurso jornalístico impõe que pense-se também uma questão de memória, um já dito que constitui todo o dizer; nos manuais, noto um trabalho de atualização de enunciados, num movimento que o constitui enquanto pertinente aos meandros do jornalismo e enquanto um recorte da língua, que possibilita a produção de textos que se coloquem no lugar do bem-dizer. Considerando os efeitos de sentido observados em minha pesquisa, compreendo que o manual sustenta um imaginário de referência de língua tanto para o jornalismo, quanto para a escola, que cada vez mais se apropria dos textos midiáticos.

**Palavras-chave:** história das ideias linguísticas, mídia, escola, *Folha de S. Paulo*, manual de redação.



## ABSTRACT

This research is subscribed in the materialist perspective of LIH and mobilizes the theoretical and analytical device of DA, from which I put forward the enterprise to understand the way the writing manual of a journalistic company, in my case, the *Folha*, would configure it as a technological tool of the discursive space of journalism (hypothesis with which I have worked), which guides the journalistic writing that, in turn, is part of the production of knowledge about the history of language and history of knowledge about language, functioning as a linguistic instrument. Moreover, I deal with the comprehension that the establishment of the journalistic institution occurs in relation to 'what can be said' (MARIANI, 1999), establishing a discursive memory as for the operation of the institution. My theoretical device is based on the current concepts of DA, more properly, those postulated by Pecheux, Henry, Guilhaumou, Maldidier, Orlandi, and I have relied on Mariani, Silva, Pfeiffer and Silva to discuss the issues related to journalistic discourse. I try to show my understanding on the production conditions of the four versions of *Folha* writing manual, as well as the institutionalization of the *Group*. In addition to that, we sought to present some considerations about this technological tool, the manual. Thinking about media discourse also requires thinking about a memory question, something that has already been said and ends up composing all the saying; as for the manuals, I have noticed utterances update work, set out in a movement that is so relevant to the intricacies of journalism, that makes it possible the production of texts whose meaning is built over a 'well-saying' position. Considering the meaning effects found in my study, I understand that the writing manual claims an imaginary effect of language reference both to journalism, and for the school, which increasingly takes media texts into its practice.

**Keywords:** linguistic ideas history, media, school, *Folha de S. Paulo*, writing manual.



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	19
<b>CAPÍTULO INTRODUTÓRIO – DA LETRA AO JORNAL: PENSANDO O DISCURSO SOBRE ESCRITA NO/DO BRASIL</b> .....	23
1. Da presença do discurso jornalístico na escola: por que pensá-lo em sua relação com um instrumento tecnológico particular – o manual de redação? .....	35
<b>CAPÍTULO I – DO DIÁLOGO PRODUTIVO ENTRE HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS E A ANÁLISE DE DISCURSO: PENSANDO MEU ARQUIVO</b> .....	43
1. História das Ideias Linguísticas: um espaço discursivo para pensar a produção linguística .....	43
2. Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas: um diálogo profícuo .....	44
3. Da Leitura de Arquivos.....	58
3.1. <i>Da Constituição de Meu Arquivo</i> .....	60
<b>CAPÍTULO II – DO HORIZONTE DOS MANUAIS DE REDAÇÃO NA RELAÇÃO AD E HIL</b> .....	63
1. Compreendendo o processo de Gramatização.....	65
2. Do processo de gramatização no Brasil e de seus instrumentos linguísticos e tecnológicos.....	78
<b>CAPÍTULO III – DA DISCURSIVIZAÇÃO DO GRUPO FOLHA, DOS MANUAIS DE REDAÇÃO E DE MEU MOVIMENTO ANALÍTICO</b> .....	89
1. <i>Folha de S. Paulo</i> : uma história comentada.....	89
2. Da inserção dos Manuais de Redação na Imprensa Brasileira.....	111
3. Da Inserção dos Manuais de Redação na <i>Folha</i> e de meu movimento analítico .....	116
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	177
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	183



## APRESENTAÇÃO

“Todo trabalho tem uma estória”, como diria Pfeiffer (1995, p.06). E, a deste, remonta à minha infância, à sempre presença de um jornal à mesa do café da manhã. À imagem de meu pai lendo aquelas ‘folhas grandes’, em seu ar pensativo, acompanhando sua leitura com o deslizar dos dedos sobre as letras, como se construindo sentidos. À lembrança de ver minha mãe-professora sempre consultando as colunas e lendo notícias sobre “Educação”. Ao meu aprendizado das primeiras letras e à minha ânsia pelo mundo da escrita/leitura. Ao disputar das páginas do jornal à mesa, que começara com minha entrada na escola, intensificara-se na época em que eu me submeti ao processo seletivo da universidade, acirrara-se durante os anos em que me dediquei à compreensão da produção dos sentidos, por meio do discurso jornalístico, acerca da Guerra do Iraque e se tornara, hoje, um momento de duplo prazer: o do contato (tátil, visual, olfativo... para não dizer palatável!) com as ‘folhas grandes’ que (me) foram substituídas (subtraídas) pela tela do computador e pelo acesso às plataformas online, (forçosamente, pela ausência de ‘bancas de jornal’ e pela impossibilidade de entrega de exemplares) quando de minha mudança para o interior do Piauí e, o da sempre-presença das memórias que me constituem enquanto leitora, enquanto sujeito de linguagem e à linguagem, quando de meu retorno, à minha casa, àquela situação do café da manhã, ao lado de meus pais... num movimento não mais de disputa pela letra, pelo acesso à palavra, mas pela busca dos muitos sentidos que constituem essa(s) relação(ões)!

Tomar a produção de sentidos no e pelo discurso jornalístico como foco de meu percurso acadêmico não fora uma questão de escolha... mas, sim, uma demanda que me fora colocada por minha própria história, por minha inquietação frente aos meandros desse modo específico de se relacionar com a língua. E fora o olhar da Linguística que me permitira adentrar esse espaço discursivo, logo no primeiro semestre da Graduação em Letras.

Posso dizer que meus primeiros trabalhos com textos jornalísticos se deram por meio de categorias fixas de análise, como se para todos os “exemplares” discursivos houvesse uma aplicabilidade quase que matemática de alguns conceitos daquilo que me apresentaram como sendo a ‘Análise de Discurso’. Era preciso, àquela época, definir o que exatamente eu gostaria de compreender a partir dessa minha relação com o discurso jornalístico, e eu acabara sendo pega pelos processos de produção de sentidos de um acontecimento que tomava e transtornava a ordem mundial: a Guerra do Iraque.

Naquele momento, três foram os jornais pelos quais passei a observar esse acontecimento: a *Folha de S. Paulo*, o *Estado de S. Paulo* e o *Diário do Grande ABC* – os dois primeiros por serem jornais de circulação nacional, significados a partir de um discurso de domínio do mercado editorial, e, o terceiro, por tratar-se de uma produção que circulava e objetivava como público-alvo a população da região do Grande ABC, em São Paulo, da qual eu fazia parte (ou ainda faço, ao menos, constitutivamente!).

Até que discursivamente se instaurasse o ‘fim’ dessa Guerra, a partir da tomada de Bagdá pelas tropas da coalizão, reuni tudo aquilo que fora publicado nesses jornais sobre esse conflito. A extensão do material demandara um recorte, que fora feito primeiramente entre os jornais, sendo a *Folha de S. Paulo* selecionada sob a

justificativa de ser o jornal de maior circulação nacional, além de aparentemente ter dedicado 'mais espaço' ao discurso sobre a Guerra. Devo confessar que hoje compreendo que minha posição sujeito-analista fora dita (também) a partir de minha relação com a *Folha*, como sendo o jornal à mesa do café da manhã!

Foram três anos me dedicando à compreensão deste material sob o enfoque que me havia sido apresentado, mas sempre estivera comigo a sensação de que algo faltava... e, dando continuidade ao meu processo de formação acadêmica, cheguei ao IEL e vivi um turbilhão de rupturas, de deslizos, de derivas...

Meu encontro com aquilo que propriamente se constitui como a Análise de Discurso (AD), sacudiu-me de cima a baixo, parafraseando Pfeiffer (1995). E, me proporcionara um novo caminho de leitura por aqueles textos que vinham me acompanhando há algum tempo. Retomei a questão da Guerra do Iraque, e, ao mesmo tempo em que me apropriava teoricamente da AD, durante a escrita de minha dissertação de mestrado, confrontava-me com o real próprio ao campo do discurso jornalístico, aos processos de constituição das empresas jornalísticas, ao discurso sobre a escrita jornalística... ao(s) manual(is) de redação da empresa jornalística que eu acabara por tomar como foco de minha análise... o que me colocara frente à necessidade de pensar para além dos sentidos postos para os acontecimentos nos jornais, na mídia, em geral. Delineando minha inquietude acerca daquilo que é próprio à relação entre a mídia e a língua, entre os discursos sobre a mídia, sobre a língua, da mídia e da mídia sobre a língua.

E, em meio a essas formulações e às compreensões que me foram possíveis a partir de meu trabalho *Folha de S. Paulo: da produção de sentidos acerca da Guerra do Iraque*, indaguei-me, muito também em função de leituras que vinha desenvolvendo

sobre os trabalhos vinculados ao Programa História das Ideias Linguísticas (HIL), que pensa, dentre outras coisas, a história das instituições ligada às práticas de produção intelectual, a produção de conhecimento sobre a história da língua e a história do conhecimento sobre a língua, quanto aos processos de significação que constituem a relação entre o manual de uma instituição jornalística, sua constituição/discursivização e a formulação de uma notícia, já que os manuais da *Folha* pareciam encerrar em si muitos funcionamentos.

Tomada, então, pela perspectiva materialista da HIL e mobilizando o dispositivo teórico-analítico da AD, coloquei-me frente ao empreendimento de compreender o modo pelo qual os manuais de redação de uma empresa jornalística, em meu caso, a *Folha*, se configurariam enquanto um instrumento tecnológico do espaço discursivo do jornalismo (hipótese com a qual passei a trabalhar), que pauta a escrita jornalística que, por sua vez, inscreve-se na produção de conhecimento sobre a história da língua e a história do conhecimento sobre a língua, funcionando como um instrumento linguístico<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Os conceitos mobilizados serão desenvolvidos no decorrer da tese.

## CAPÍTULO INTRODUTÓRIO – DA LETRA AO JORNAL: PENSANDO O DISCURSO SOBRE ESCRITA NO/DO BRASIL

Pensar a *memória* do discurso sobre a escrita coloca-me frente ao que Pêcheux (2007) denomina como uma possibilidade de reconstrução de acontecimentos, num espaço móvel de disjunção, de retomadas, de deslocamentos, de conflitos, de regularização, num espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos em diferentes *condições de produção*<sup>2</sup>.

Na *memória discursiva*, dá-se a possibilidade de uma *Formação Discursiva* (FDa)<sup>3</sup> produzir e operar formulações anteriores, que já foram ditas e esquecidas. Em outras palavras, a *memória discursiva* permite, na rede de formulações existentes em uma FDa, o aparecimento, o esquecimento ou a deriva de sentidos.

Desse modo, os sentidos se dão a partir da inscrição dos discursos na língua e na história. O discurso só significa dentro de uma dada *formação discursiva* historicamente constituída. Assim, posso dizer que a incompletude é condição da linguagem. Os sujeitos, os sentidos e os discursos nunca estão acabados.

De acordo com Orlandi (2007), a *memória discursiva* é constituída pelo esquecimento e pela falha. Há “‘furos’, ‘buracos’ na memória, que são lugares não em

---

<sup>2</sup> A noção de *Condições de Produção* refere-se, de acordo com Orlandi (2006), às circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato, além do contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. Em meu trabalho, abordarei as formulações próprias a essa noção, mais amplamente, no Capítulo III.

<sup>3</sup> Quando refiro-me ao conceito de Formação Discursiva toco o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito (cf. PÊCHEUX, 1997), entendendo-o como “aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2003, p.43).

que o sentido se ‘cava’, mas, ao contrário, em que o sentido ‘falta’ por interdição” (ORLANDI, 2007).

O sujeito se esquece de como as palavras significaram em cada uma de suas enunciações. Não há a possibilidade de controle sobre como os sentidos se formam nos sujeitos, pois “falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos mas também esquecer apagando os novos sentidos que já foram possíveis mas foram estancados em um processo histórico-político silenciador. São sentidos que são evitados, de-significados”(ORLANDI, 2007, pp.61 e 62).

Michel Pêcheux, em seu texto publicado no livro *Papel da Memória*, nos ensina que

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2007,p.52).

A *memória*, segundo ele, é ativada pelo *acontecimento*, pois desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior, já que se trata necessariamente de “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (*idem, ibidem*, p.56).

Deve-se acrescentar que Orlandi (2007) abre um espaço para aquilo que está fora da *memória*, algo que não está nem esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado, de-significado.

Há, ainda, a necessidade de distinguirmos o *interdiscurso*<sup>4</sup> da chamada *memória de arquivo*, pois esta representa o discurso documental, a *memória institucionalizada* que é aquela que justamente fica disponível, arquivada nas instituições e da qual não se esquece. (ORLANDI, 2006)

Além disso, é preciso remontar ao que li no texto *De l'amnistie et de son contraire*, de Nicole Loraux (1998), na medida em que a autora aborda a questão do esquecimento, tratando de um autor (Phrynikhos) que foi punido porque fez uma peça que lembrava aos atenienses uma guerra e seus inimigos. Ele foi exilado e condenado ao esquecimento e sua peça fora proibida, pois aquele fato não era para ser lembrado, deveria ser esquecido.

Loraux (1998) discorre, ainda, sobre como, para os gregos daquela época, a arte da política é a arte do esquecimento, da anistia, do que se deve lembrar-se de esquecer, fazendo uma divisão daquilo que se deveria lembrar e o se deveria esquecer para que a vida social e a história seguissem seu curso.

Nesse sentido, retomando meu ponto de interesse, o que deve ser lembrado sobre esse mundo letrado em que vivemos? O que deve ser esquecido? Como essa naturalização funciona no imaginário brasileiro?

Aliás, segundo Silva (2008, p.51),

Olhar – ler, analisar, interpretar, escrever – essas coisas memoráveis do Brasil é fascinante e provocador, pois aponta para o fato de que só podemos conhecer e reconhecer o país e a nós, brasileiros, nas letras impressas, onde nos criaram e nos criamos para o bem e para o mal, mesmo para aqueles que não tiveram acesso a elas (...).

---

<sup>4</sup> Quando falo em interdiscurso refiro-me a um complexo dominante, tomado como “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2003, p. 33).

Assim, refletindo sobre essas indagações, observo que vivemos pautados por essa naturalização do mundo letrado. Em meio a essa naturalização, muitos são os discursos disponíveis acerca de estudos e avaliações que se referem aos processos de escrita e leitura dos brasileiros.

Dentre estes discursos vejo figurar dados como os da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que, de três em três anos aplica o PISA (sigla em inglês para Programa Internacional de Avaliação de Alunos), com o objetivo de comparar a qualidade da educação em diversos países. Nesta avaliação, em 2009, o desempenho médio dos estudantes brasileiros de 15 anos atingira 412 pontos na esfera da leitura contra 556 obtidos por Shanghai-China; o que nos deixara na 53ª posição entre 65 países, à frente apenas de Montenegro, Jordânia, Tunísia, Indonésia, Argentina, Cazaquistão, Albânia, Qatar, Panamá, Peru, Azerbaijão e Quirguistão.

Além disso, quando visualizo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que engloba as áreas de ciências, matemática e leitura, defronto-me com a construção de um imaginário sobre a baixa qualidade de nosso sistema escolar, já que, numa escala de zero a dez, cuja meta seria o índice de seis pontos (resultado obtido pelos países mais bem colocados na análise da OCDE, quando aplicado o cálculo do IDEB), o Brasil atinge 4,6 no Ensino Fundamental I, 4,0 no Ensino Fundamental II e 3,6 no Ensino Médio.

Outro ponto bastante enfatizado e veiculado socialmente é o de que, de acordo com o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há uma taxa de 9,6% de analfabetos, entre a população a partir de 15 anos, em terras

brasileiras. E que, dos mais de 5500 municípios brasileiros, pouco mais de sessenta, todos localizados na Região Sudeste, são aqueles que obtiveram o selo de Município Livre de Analfabetismo<sup>5</sup>, que passara a ser concedido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) às cidades em que mais de 96% da população fosse alfabetizada.

Além disso, Silva (2009)<sup>6</sup> afirma que 15% da população brasileira com idade entre 15 e 24 anos é considerada analfabeta funcional, com base no Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), pois embora tenham frequentado a escola, saibam ler e escrever, têm dificuldade para compreender textos curtos e localizar informações explícitas.

Mas como pensar esses indicadores a partir de um viés discursivo? Já que neles vejo funcionar uma relação linguagem-mundo constituída, convertida e traduzida em postulados e regras, em que não há espaço para se analisar o sujeito, o jogo e a produção de sentidos, o histórico e o político.

Diante de um discurso estabilizado em torno do fracasso escolar que se nos tem apresentado, acredito ser relevante retomar as formulações próprias a alguns trabalhos desenvolvidos em História das Ideias Linguísticas, para me colocar em posição de observar esse quadro a partir de um lugar outro.

Nesse meandro, recorro a Mariani (2003) para buscar algumas compreensões acerca do processo de implantação da língua portuguesa em nosso país, pois com a

---

<sup>5</sup> Para saber mais sobre essa política pública do MEC, leia a reportagem **Cidades brasileiras livres do analfabetismo**, publicada pela Revista Nova Escola, em sua edição 235, de Setembro de 2010, disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/cidades-brasileiras-livres-analfabetismo-594376.shtml>>.

<sup>6</sup> Faço aqui referência ao texto escrito por Michele Silva, intitulado **Uma lenta caminhada para vencer o analfabetismo funcional**, publicado na Revista Nova Escola, em sua edição 228, de dezembro de 2009, disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/avaliacao/uma-lenta-caminhada-analfabetismo-funcional-alfabetismo-inaf-instituto-paulo-montenegro-leitura-escrita-518768.shtml>>.

autora soube que tal circunstância fora perpassada por ações da igreja católica, mais especificamente, dos jesuítas, quanto aos modos e meios linguísticos para se proceder à evangelização dos povos não-cristãos, além de se ater à revolução tecnolinguística que produzira gramáticas e dicionários monolíngues para as línguas neolatinas, permitindo, assim, sua descrição.

Vale destacar que nosso processo de colonização linguística decorreu do encontro de povos com línguas diferentes e sem contato prévio, o que produzira sentidos e provocara rupturas, num complexo e tenso jogo entre memórias e apagamentos. A língua colonizadora, em nosso caso, a língua portuguesa, impusera-se sobre as outras que circulavam em nosso território, constituindo um espaço de disputa, em meio ao embate entre políticas de sentidos das línguas em confronto/contato, entre diferentes produções de sentidos e de práticas sócio-históricas que se encontravam ligadas a cada língua específica.

É nesse sentido que, segundo Mariani (2003), a colonização linguística se inscreve na ordem de um acontecimento que se realiza no encontro de várias *memórias* simbólicas (as línguas, em suas distintas materialidades) com uma atualidade (o (des)encontro languageiro, a incompreensão dos sentidos), produzindo modificações, reorganizando o funcionamento dos sistemas linguísticos além de romper processos semânticos estabilizados.

A colonização linguística engendrada pela metrópole portuguesa é construída em torno de uma ideologia do déficit que, ao mesmo tempo, é tanto já existente e prévia ao contato propriamente dito quanto serve para legitimar a forma como a dominação se processa. Assim, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha e as primeiras descrições feitas por Anchieta, Gândavo, Fernão Cardim e Ambrósio Brandão, entre outros, constata-se e comprova-se linguisticamente um sentido para a falta que já se presumia encontrar: o F, o R e o L inexistem na língua indígena e materializam a ausência de um poder religioso, de um poder real

central e de uma administração jurídica. Deste modo, as línguas são objeto de observações linguísticas e, simultaneamente, o processo de descrevê-las reifica essa imagem da deficiência linguístico-cultural já pré-construída (MARIANI, 2003, p.75).

Assim, observa-se, no entremeio da relação entre língua colonizadora e colonizada, a ocorrência de afastamentos e mudanças que a primeira sofre em relação à metrópole, pois consoante Mariani (2003), “se, de um lado, há um encontro da língua de colonização com outras (europeias, indígenas ou africanas), de outro, há um lento ‘desencontro’ dessa língua consigo mesma” (*idem, ibidem*, p.75), promovendo situações enunciativas singulares, situações que vão dando lugar ao surgimento de uma língua e de um sujeito nacionais.

É nesse ponto que refiro-me a Orlandi (2002) para afirmar que nossa língua vai se constituindo heterogeneamente, já que nela o ‘mesmo’ abriga um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui - o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua, no entanto não são, já que o português que passara a ser falado no Brasil traz uma memória europeia, mas historiciza-se na colônia em função do contato com as demais línguas, e da própria formação histórico-social e da transformação política da colônia em nação independente, pois, de acordo com Guimarães (2005, p. 24), “aqui ela [a língua portuguesa] entra em relação, num novo espaço-tempo, com povos que falavam outras línguas, as línguas indígenas, e acaba por tornar-se, nessa nova geografia, a língua oficial e nacional do Brasil”.

Ademais, é relevante retomar Orlandi (2008) para afirmar que, nós brasileiros, tivemos que nos acomodar em uma língua que veio da Europa; acomodação que se dá

em meio a dificuldades que vão sendo passadas a limpo pelo nosso discurso sobre a língua portuguesa (brasileira).

A história de constituição da nossa língua, embora não visível para os seus falantes, atravessa as práticas languageiras, significando. Segundo Orlandi (2008), o fato de termos em nossa origem as línguas indígenas, de tradição oral, faz-se presente em nossa relação com o português brasileiro, já que todo um discurso científico sobre a língua ajuda a construir um imaginário para a nossa sociedade, em que a disputa por uma língua oficial e por uma gramática trabalha um projeto de organização de nação por meio dos processos de linguagem.

Para compreender essa questão de organização de uma nação a partir da linguagem, posso trazer desde o nosso enunciado fundador, '*Terra à vista*', em que 'ver' ganha estatuto de existência, em que o visível antecede o legível, o relatado, o codificado, atestando nas letras nossa origem (ORLANDI, 2008), à proposição, por Guimarães (2005), de uma divisão para a história da língua portuguesa no Brasil, em quatro períodos: o primeiro ocorrera do início da colonização e se estendera até a saída dos holandeses do Brasil (1654); momento em que o português convivera com as línguas indígenas, as línguas gerais e com o holandês, sendo as línguas gerais consideradas como língua franca e o português como língua oficial, utilizada em documentos e ligada à administração pública.

O segundo período perdurara da saída dos holandeses do Brasil até a chegada da família real portuguesa a esse país, em 1808. Nesse período, a língua portuguesa não tivera mais a concorrência de uma outra língua de Estado (o holandês), pois apenas circulavam em território nacional línguas pertencentes a povos dominados, fossem eles índios ou negros (GUIMARÃES, 2005).

Com a vinda de grande número de falantes de língua portuguesa, advindos de diversas regiões de Portugal e partindo da ideia de que o domínio de uma terra também se dá a partir da língua, o Marquês de Pombal, em meados do século XVIII, tornara obrigatório o uso da língua portuguesa, impedindo que línguas gerais fossem utilizadas nas escolas (GUIMARÃES, 2005).

Desse modo, busca-se, numa terceira etapa, formular a questão da língua nacional<sup>7</sup> no parlamento brasileiro, já que após a vinda da família real para o Brasil, a Imprensa fora aqui instituída, tornando-se um instrumento direto de circulação do português, bem como fora criada a Fundação da Biblioteca Nacional, que mudaria o quadro da vida cultural brasileira (GUIMARÃES, 2005).

O quarto momento se inicia em 1826, quando o parlamento brasileiro decide expedir os diplomas dos médicos em linguagem brasileira, e, ainda, discute-se o objeto do ensino de língua, já que a língua portuguesa utilizada no Brasil passara, então, a ser tomada como língua nacional.

Vejo aqui funcionar um efeito de homogeneidade produzido pelos sentidos próprios à história de colonização de nosso país, na qual o processo de ensino-aprendizagem, por meio da injunção a aprender a ler e a escrever em português, produz o silenciamento de outros sentidos que não aqueles já estabilizados pelo europeu.

---

<sup>7</sup> Para desenvolver minha questão, compartilho do conceito de língua nacional exposto por Guimarães, a saber: “É a língua do povo de uma nação enquanto relacionada com um Estado politicamente constituído. A língua nacional é por isso vista como a língua oficial de um país. Ter uma língua como própria de um país funciona como um elemento de sua identidade política e cultural. Mas não há correspondência direta entre uma língua nacional e um Estado. Cada país pode ter mais de uma língua oficial em virtude de ter na sua história e constituição povos diferentes”. Para maiores informações, consultar a Enciclopédia das Línguas do Brasil, disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/elb2/pages/noticias/lerArtigo.lab?categoria=12&id=74>>

Assim, quando os viajantes representam o índio, eles constroem uma posição para ele dentro de uma tradição escrita, uma posição de sujeito-leitor, e ao mesmo tempo, condicionam a tomada de posição para os leitores no Brasil, ou seja, constroem uma posição determinada para o leitor brasileiro (NUNES, 1994, p.75).

A posição do leitor no Brasil vai se constituindo sob uma determinação ideológica, em que se articulam uma submissão à perspectiva das leituras da tradição europeia e uma identidade linguística para os habitantes do Novo Mundo (NUNES, 1994).

Pensando essa identidade linguística, recupero Soares (2001), para saber que, embora colocado como obrigatório, o ensino de língua portuguesa nas escolas ocorrera a partir da inserção da disciplina no currículo do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1837, sob a denominação de *Retórica e Poética*. A autora acrescenta ainda que, em 1838, o regulamento do Colégio passa a mencionar Gramática Nacional como objeto de estudo. Entretanto, o cargo de “professor de Português” só é criado em 1871, por ocasião de decreto imperial. Vale lembrar que o ensino de língua coubera aos intelectuais, advindos das elites sociais, uma vez que apenas no início dos anos 30 do século XX é que surgiram os cursos para a formação de professores de língua portuguesa no Brasil (SOARES, 1996).

Além disso, refletir acerca da constituição da disciplina escolar ‘Português’, implica a percepção de que a “noção de disciplina está presente tanto no mundo da Ciência – onde os conhecimentos são produzidos -, quanto no mundo da Escola e da Universidade – onde eles são transmitidos, reproduzidos” (SILVA, 2005, p.01), produzindo um contínuo de discursos em que se homogeneiza e estratifica o objeto de

conhecimento e constrói representações (imaginárias) sobre a língua e sobre os saberes produzidos sobre ela.

Uma real modificação no conteúdo a ser abordado por essa disciplina ocorreria a partir de 1950, pois uma progressiva transformação das condições sociais e culturais e, sobretudo, das possibilidades de acesso à escola exigira a reformulação das funções e dos objetivos dessa instituição, bem como mudanças nas disciplinas curriculares (SOARES, 2001; GERALDI, 1993).

Nesse meandro, passa-se a estudar a gramática a partir do texto ou a se estudar o texto com os instrumentos que a gramática oferece, uma vez que os manuais didáticos passam a incluir exercícios de vocabulário, de interpretação, de redação, de gramática (SOARES, 1996; SOARES, 2001).

Entre os anos de 1970 e meados dos anos 80, o Português, como todas as demais disciplinas curriculares, sofrera modificações em decorrência da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, e das formulações educacionais funcionalistas, próprias ao Governo Militar. A denominação da disciplina fora alterada: *Comunicação e Expressão*, para as séries iniciais e *Comunicação em Língua Portuguesa*, para as séries finais, do então criado 1º grau, hoje correspondente ao Ensino Fundamental. E, para o 2º grau, denominado atualmente como Ensino Médio, chamaram-na *Língua Portuguesa e Literatura Brasileira* (SOARES, 1996; SOARES, 2001).

A concepção de língua baseada no ensino da gramática e da expressão estética fora substituída pela concepção de língua como instrumento de comunicação, objetivando desenvolver e aperfeiçoar os comportamentos do aluno como emissor e

receptor de mensagens de códigos diversos, pontos basilares da Teoria da Comunicação (JAKOBSON, 2007).

Vejo que a entrada do viés da Linguística na disciplina escolar de língua portuguesa produz efeitos no desenvolvimento das práticas pedagógicas, viabilizando o abandono da noção de certo/errado e a adoção da noção de adaptado/não-adaptado às situações comunicativas, o que, no entanto, como lembra Silva (2005), acaba, ainda, pautando-se, por meio do ensino, pela garantia de uma unidade na diversidade, adequando o indivíduo à ordem social.

Nessa esteira, nos manuais didáticos, vê-se a redução da preocupação com as questões gramaticais e a inserção de textos que circulam socialmente, dentre eles os da esfera midiática ao passo que se minimiza a apresentação de textos canônicos da literatura (SOARES, 1996; SOARES, 2001). Com isso, processos seletivos como os vestibulares de universidades e escolas técnicas brasileiras passam a usar o jornal como fonte para a formulação de suas questões (PFEIFFER, 2001).

Pfeiffer (2001) discute o papel do jornal no ensino de língua, salientando que, desde os anos 80, o jornal vem sendo, cada vez mais, usado em sala de aula com a finalidade de nortear a discussão de temas, servir de modelo sintático-argumentativo da língua e constituir um pretexto para a produção escrita.

Segundo a autora, é preciso que observe-se que embora esses textos aproximem o aluno da língua culta falada atualmente (e imaginária), a relação do jornal com a língua, em sua escritura, pauta-se pelos mesmos pressupostos normativos das gramáticas (PFEIFFER, 2001).

Essa constatação é corroborada por Silva (2001), que ao observar Manuais de Redação da imprensa brasileira afirma-os como lugares de 'instrumentalização sobre a

língua', em que é recorrente a ideia do bom texto, para o qual se criam normas relativas à correção e à adequação da língua.

É nesse ponto que toco mais especificamente minha questão: pensar as relações próprias da abordagem de textos da esfera midiática, mais precisamente, de textos jornalísticos no âmbito escolar na relação com um instrumento tecnológico particular a esse campo discursivo – o manual da redação; pois cada vez mais o discurso da mídia vai sendo tomado como um instrumento didático na sala de aula, ou ainda, marcado pela evidência de suprir a dificuldade que a escola tem tido para cumprir sua função relativa ao ensino (PFEIFFER, 2000).

### **1. Da presença do discurso jornalístico na escola: por que pensá-lo em sua relação com um instrumento tecnológico particular – o manual de redação?**

Considerando o uso cada vez mais corrente da mídia como “um espaço em que se encontram exemplos de o que e o modo que é correto e incorreto dizer” (PFEIFFER, 2001, p.42) e assumindo uma perspectiva materialista-discursiva, coloco-me em posição de compreender como se dá a entrada de textos jornalísticos na escola, tomando-os como lugar de funcionamento de sentidos corroborados pelo Estado, atravessados ideologicamente e constituídos em sua relação com a língua.

Pensar a utilização de textos desta esfera toca as questões próprias da noção de *sujeito urbano escolarizado*, pautado pelo uso da língua, que, segundo Pfeiffer (2002, p.10), “se dá, fundamentalmente, pela escrita que tem seu lugar legítimo de ‘aquisição’

remetido à escola”, e, sempre demandado a inteirar-se dos acontecimentos, numa “relação estreita entre estar na posição autorizada a dizer (processo de autorização produzido pela escola) e estar na posição autorizada a ter urbanidade (civilizado)”<sup>8</sup>, já que enquanto sujeitos de linguagem, nos constituímos em uma “uma sociedade historicamente marcada pela inscrição da escrita como lugar de visibilidade de eficácia e capacidade de ser homem: discernível e uno” (PFEIFFER, 2005, p.27).

Ademais, Orlandi (1999, p.25) afirma que “a leitura não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade”. Desse modo, redes de sentido devem ser estabelecidas para que se consiga historicizar os processos de escrita e leitura; fato que nos faz remontar à sugestão dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998) quanto ao trabalho com exemplares textuais que circulem em nossa sociedade e cujas temáticas sejam compartilhadas já que os alunos não entram “na escola completamente desinformada[o]s” (*idem, ibidem*, p.20) e me permite, a partir de minha inscrição teórica, dizer que o trabalho com textos que pertençam às redes de filiação de sentidos próprias aos alunos, por meio de retomadas de *memórias* possa atualizar ou reterritorializar determinados conhecimentos, tornando a reflexão sobre a língua significativa.

Nesse meandro, a ênfase dada ao discurso jornalístico nos mais diversos materiais didáticos utilizados pelas escolas brasileiras, pode ser retratada por meio da observância da frequência desses textos nas vinte e quatro coleções didáticas

---

<sup>8</sup> Esta citação fora retirada do verbete ‘sujeitourbanizado1’, escrito por Claudia Castellanos Pfeiffer para a Enciclopédia Discursiva da Cidade, disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/encici/>>

aprovadas<sup>9</sup> pelo Ministério da Educação e Cultura por meio do Programa Nacional do Livro Didático (2008)<sup>10</sup>, para o Ensino Fundamental II.

É importante ressaltar que a produção jornalística funciona sob a evidência de que, na sociedade contemporânea, a imprensa se interpõe entre os fatos e o leitor de forma a retratar fielmente a realidade. Faz parte dos discursos disponíveis sobre o jornalismo o fato de que a apuração das notícias, de que o requinte de detalhes “terá,

<sup>9</sup> As vinte e quatro coleções aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático e por nós verificadas são: *Língua Portuguesa Rumo ao Letramento*, de Ângela Mari Gusso e Rossana Aparecida Finau, publicada pela Base Editora; *Textos & Linguagens*, de Márcia de Benedetto Aguiar Simões e Maria Inês Candido dos Santos, publicada pelas Edições Escala Educacional; *Praticando Nossa Língua*, de Cristina Soares de Lara Azeredo, publicada pela Editora Ática; *Leitura do Mundo*, de Lúcia Teixeira de Siqueira e Oliveira e Norma Discini Campos, publicada pela Editora do Brasil; *Novo Diálogo*, de Eliana Santos Beltrão e Tereza Gordilho, publicada pela Editora FTD; *Português - Leitura, Produção, Gramática*, de Leila Lauar Sarmiento, publicada pela Editora Moderna; *Português - Uma Proposta para o Letramento*, de Magda Soares, publicada pela Editora Moderna; *Português: Dialogando com Textos*, de Lenira Aparecida Buscato, Maria Beatriz Marcondes Helene e Maria Paula Parisi Lauria, publicada pela Editora Positivo; *Português em Outras Palavras*, de Maria Sílvia Gonçalves e Rosana Fernandes Calixto Rios, publicada pela Editora Scipione; *Português para Todos*, de Ernani Terra e Floriana Toscano Cavallette, publicada pela Editora Scipione; *Coleção Tecendo Linguagens: Língua Portuguesa*, de Cícero de Oliveira Silva, Elizabeth Gavioli de Oliveira Silva, Lucy Aparecida Melo Araújo e Tania Amaral Oliveira, publicada pela Editora IBEP; *Português na Ponta da Língua*, de Lino de Albergaria, Márcia Fernandes e Rita Espescht, publicada pelo Quinteto Editorial; *Construindo Consciências – Português*, de Celina Diaféria e Mayra Pinto, publicada pela Editora Scipione; *Trabalhando com a Linguagem*, de Givan Ferreira, Isabel Cristina Cordeiro, Maria Aparecida Almeida Kaster, Mary Marques, publicada pelo Quinteto Editorial; *Olhe a Língua!*, de Ana Luiza Marcondes Garcia e Maria Betânia Amoroso, publicada pela Editora FTD; *Língua Portuguesa - Linguagens no Século XXI*, de Heloísa Harue Takazaki, publicada pela Editora IBEP; *Linguagem Nova*, de Carlos Emílio Faraco e Francisco Marto de Moura, publicada pela Editora Ática; *Ler, entender, criar*, de Maria das Graças Vieira Proença dos Santos e Maria Regina Figueiredo Horta, publicada pela Editora Ática; *Coleção Mosaico do Conhecimento: Língua Portuguesa*, de Giórgia Hellou e Robson Luiz Trindade da Cruz, publicada pela Editora IBEP; *Português – Idéias & Linguagens*, de Dileta Delmanto e Maria da Conceição Castro, publicada pela Editora Saraiva; *Viva Português*, de Elizabeth Marques Campos, Paula Cristina Marques Cardoso e Silvia Letícia de Andrade, publicada pela Editora Ática; *Tudo é linguagem*, de Ana Maria Trinconi Borgatto, Terezinha Costa Hashimoto Bertin e Vera Lúcia de Carvalho Marchezi, publicada pela Editora Ática; *Projeto Araribá – Português*, obra coletiva produzida pela Editora Moderna; e, *Português Linguagens*, de Thereza Cochar Magalhães e William Roberto Cereja, publicada pela Editora Saraiva.

<sup>10</sup> De acordo com as informações obtidas no Portal do Ministério da Educação e Cultura, disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&id=12391&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&id=12391&option=com_content&view=article)>, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico. O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes.

no texto, efeito de realidade, isto é, contribuirá para a verossimilhança do relato” (LAGE, 2006, p.54), de que a defesa da precisão, da exatidão, da clareza (que repele a ambiguidade) e do equilíbrio são critérios para evitar o erro, a inverdade, a fraude e a manipulação, uma vez que os jornais lidam com o relato de eventos inesperados, possíveis e/ ou previsíveis. (MARIANI, 1998)

Nesse meandro, aquilo para o que ainda não há um *já-dito* e acontecimentos para/sobre os quais se pode dizer algo, dadas as semelhanças com eventos anteriores, vão sendo organizados por filiações de sentidos possíveis, não apenas em termos de uma *memória*, mas também quanto aos seus desdobramentos futuros. Para isso, tal qual asseverado por Mariani (1998), “os jornais nomeiam, produzem explicações, enfim, ‘digerem’ para os leitores aquilo sobre o que se fala” (*idem, ibidem*, p.60), encadeando ideias e criando a ilusão de uma relação significativa entre causas e consequências para os fatos ocorridos.

Esse movimento de administração de sentidos produz, enquanto efeito, um controle<sup>11</sup> dos modos de representação das notícias e um efeito de completude dos sentidos contidos no jornal, já que “o leitor confere ao jornal e ao jornalista a completude de um saber que nele, leitor, é considerado incompleto” (MARIANI, 1998, p.100).

---

<sup>11</sup> É de fundamental importância que se entenda aqui o *controle* como uma prática ideológica tal como se compreende o funcionamento da ideologia na Análise de Discurso. Isto é, a ideologia não é um conteúdo, mas o processo de naturalização dos sentidos, ou, nas palavras de Orlandi (2003), o processo por meio do qual se faz do sentido uma evidência, des-historicizando seu processo de significação. Ao mesmo tempo, já nos disse Althusser, não há sujeito sem ideologia, com o que Pêcheux completa, mostrando que não há língua sem sujeito. Ou seja, a ideologia não é uma falha, ela é constitutiva do sujeito e da língua que o constitui. Desse modo, o controle político da representação se dá dentro de uma prática ideológica que escapa às vontades individuais, como diria Pêcheux (1995), algo fala antes, em outro lugar, independentemente. Esse controle se dá, pois, pela memória discursiva.

Esta incompletude do saber atribuída ao leitor é própria do espaço discursivo da escolarização que, desde a década de 70, com a institucionalização da Lei de Diretrizes e Bases, coloca como necessária uma democratização da educação brasileira, num movimento em que todos os cidadãos brasileiros possam ter acesso à escola, ao lugar do bem dizer, como “espaço de relações de sentido que investem nos sujeitos formas e gestos de interpretação muito específicos que conformam suas relações sociais. Relações sociais, pois, calcadas nestes sentidos e formas de uma sociedade que se funda pelo efeito da escrita” (PFEIFFER, 2005, p. 27).

É necessário que se compreenda, no entanto, que, consoante Gadet e Pêcheux (2004), a justificativa de um estado de fato linguístico, de uma imposição de normas em nome da natureza de uma língua se dá como efeito dos interesses das classes dominantes, que, trabalham os sentidos da ‘diferença’, da ‘mudança’ e da ‘variação’ em seu proveito, interpenetrando as classes dominadas, formulando a constituição de uma língua nacional por meio dos processos de alfabetização, de ensino-aprendizagem ou do uso legal.

Proclamando o ideal de uma igualdade diante da língua, como condição efetiva de libertação das classes dominadas, as classes dominantes acabam dissimulando a produção de uma divisão política no ensino de gramática, no ensino de língua, na ordem do direito... absorvem-se diferenças para universalizar (GADET; PÊCHEUX, 2004).

Trata-se, no caso específico brasileiro, segundo Pfeiffer (2005, p.28), de um “efeito de coincidência, que se produz no processo de gramatização, entre a língua nacional e a língua materna”, de modo que, “na ordem do imaginário, espaço da

organização dos sentidos, tudo se passa como se o sujeito de linguagem brasileiro fosse à escola para aprender a sua língua materna e não a língua nacional”.

O lugar da escola, do dizer escolarizado, do lugar correto do bem dizer, do espaço de produção de um sujeito e língua nacionais, “perpassa a relação do sujeito de linguagem com a sua língua materna, fundamentalmente no efeito de coincidência entre língua nacional e materna[s]” (PFEIFFER, 2005, p.31), que vão se constituindo, por oposição, como o lugar da cultura, do estabilizado, do civilizado, do erudito em detrimento ao efeito daquilo que é adquirido naturalmente, do bruto, do novo, do não-trabalhado, do diferente, do não-civilizado.

Essa busca por normatização, estabilização e regulamentação... legitimação... implica apagamentos, produz efeitos. Tudo o que não se encontra no imaginário de uma língua nacional acaba sendo dito a partir do lugar do erro, do desvio, do regional, do folclórico, do familiar, do não-autorizado.

Autorização que cada vez mais acaba sendo pautada pelo efeito de completude próprio aos discursos midiáticos, que funcionam sob o efeito de totalização do que seja a língua falada no Brasil tomada como culta, correta, adequada.

Acredito ser relevante pontuar, também, que embora recorrentes nos livros didáticos, os textos de imprensa, ainda hoje, são abordados sob essa evidência, muito possivelmente por não figurarem dentre as práticas comuns aos cursos de formação de professores, sendo tomados ainda, por muitos, como exemplares textuais bem acabados de manifestações informativas, neutras e explicativas, reforçando um gesto redutor de tomar a mídia impressa como *A Língua*.

Cabe ao professor, entretanto, “construir espaços para que a relação com a língua não seja realizada sob o efeito imobilizador da totalidade, mas na possibilidade

do diferente, do outro, no mesmo: a inscrição histórica do sujeito no dizer” (PFEIFFER, 2005, p.35). É imprescindível, para isso, que se compreendam os funcionamentos dos instrumentos linguísticos para além da conformação d*A Língua*, ponto em que toca-se a relevância de um trabalho de análise que busque descrever e interpretar as regularidades e os efeitos de sentido produzidos por um instrumento tecnológico, como os manuais de redação dos jornais, em sua relação com a mídia, em seu lugar de legitimidade de ensinar, de esclarecer, de democratizar a educação informando em todas as instâncias, tal qual dito por Pfeiffer (2001).



## CAPÍTULO I – DO DIÁLOGO PRODUTIVO ENTRE HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS E A ANÁLISE DE DISCURSO: PENSANDO MEU ARQUIVO

### 1. História das Ideias Linguísticas: um espaço discursivo para pensar a produção linguística

Tomando “a instituição como espaço que produz unidade e legitimidade” (ORLANDI, 2007, p. 09), colocamo-nos numa história tensa, marcada por injunções, possibilidades de discursos e tentativas de apagamentos.

Pensando esse espaço da história das instituições ligado às práticas de produção intelectual é que me filio ao Programa História das Ideias Linguísticas no Brasil (HIL), um projeto Capes/Cofecub desenvolvido no âmbito da UNICAMP, USP e ENS-Lyon, coordenado pelos professores Eni Orlandi e Eduardo Guimarães, que, em seu artigo *Formação de um Espaço de Produção Linguística: A Gramática no Brasil*, afirmam que quando falam das ideias linguísticas, referem-se

(...) à definição da língua, à construção de um saber sobre a língua, à produção de instrumentos tecnológicos que lhe são ligados e também à sua relação com a história do povo que a fala (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 32).

Ainda segundo os autores, nessa perspectiva, os instrumentos tecnológicos não podem ser pensados fora de uma relação com a política linguística, pois a produção do

saber metalinguístico inscreve-se em um jogo complexo entre o papel legislador das instituições, o papel regulador da instrução e a tradição.

Trilhando, então, os caminhos propostos pela HIL em uma articulação teórico-metodológica com a Análise de Discurso (AD), parece-me possível compreender a instituição em sua discursividade, pois há funcionamentos que se mostram a partir do trabalho com os discursos disponíveis sobre seu processo de institucionalização.

E, desse modo, focalizando a “historicidade do processo de constituição da própria instituição” (MARIANI, 1999, p. 47), sou remetida a diversos discursos disponíveis sobre sua fundação, incluindo o discurso sobre seu próprio processo de institucionalização, lembrando que uma análise do discurso institucional deve levar em consideração não exatamente o que a instituição diz ou aquilo que se diz sobre ela, mas a maneira como o faz/se faz e as condições sócio-históricas em que esse dizer é produzido. Assim, para compreender os discursos institucionais, é preciso buscar não os sentidos literais e/ou contedúísticos, mas aqueles sentidos que se constituem na historicidade dos discursos que circulam no processo de institucionalização (MARIANI, 1999).

## **2. Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas: um diálogo profícuo**

Na “Apresentação” do livro *História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*, Orlandi (2001) se propõe a sintetizar

aquilo que vem sendo feito no projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil, buscando a singularidade brasileira.

Segundo a autora, a partir de seus conhecimentos linguísticos, alguns dos participantes do Programa têm organizado uma reflexão que se inscreve nas chamadas novas práticas de leitura, propostas pela Análise de Discurso de linha francesa, trabalhando de maneira característica a construção de arquivos, a leitura da história<sup>12</sup> e sua interpretação.

Nunes (2008) aponta, ainda, que um dos pontos de contato da articulação entre a AD e a HIL reside em uma visão histórica da ciência, mais propriamente, das ciências da linguagem.

Tendo em vista meu interesse pela linguagem, cumpre-me lembrar que essa articulação não se dá de modo interdisciplinar ou complementar. “A AD e a HIL têm seus métodos específicos, mas a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção” (NUNES, 2008, p.109).

Trata-se de relacionar o dizer com o não dizer, com o dito em outro lugar e com o que poderia ser dito. Trata-se de uma escuta sensível às relações de sentido – seja pelo trabalho da *memória* seja pela intertextualidade. O grupo do HIL pratica novos gestos de leitura percorrendo os caminhos do sentido. Sentidos esses que sustentam a produção de um conhecimento linguístico que se foi produzindo junto à constituição de nossa língua (ORLANDI, 2001).

---

<sup>12</sup> É importante ressaltar que a história, em uma perspectiva discursiva, não é compreendida como evolução, ou ordem cronológica de fatos descritos. Em AD, trabalhamos com a noção de historicidade que deriva da noção de história, sendo resultante de sua inscrição na língua. O deslocamento história/historicidade marca uma diferença entre as concepções de história, de um lado como conteúdo, e de outro como efeito de sentido. (ORLANDI, 2005; NUNES, 2005)

Nossa sociedade funciona com o saber e com a escrita enquanto materialidade que constrói a própria forma das instituições. A escrita é uma forma de relação social, historicamente determinada, capaz de assegurar a legitimidade e a unidade aos objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania; prática que tem, de um lado, as Instituições, e de outro, a sua textualidade: gramáticas, dicionários, obras literárias, manuais e programas de ensino (ORLANDI, 2001).

Nesse sentido, Orlandi (2001) nos informa que o programa HIL tenta, por meio da análise da textualidade, compreender o processo de construção e os sentidos dessas instituições e dos sujeitos sócio-históricos que as habitam/praticam.

Enquanto objeto histórico, a gramática, o dicionário, os manuais, o ensino, seus programas e as manifestações literárias são necessidades que podem e devem ser trabalhadas de modo a promover a relação do sujeito com os sentidos, relação que faz história e configura formas da sociedade. São, esses, portanto, excelentes observatórios de constituição dos sujeitos, da sociedade e da história (ORLANDI, 2001).

Falando um pouco sobre o histórico e o desenvolvimento do Programa, Orlandi (2001) afirma que o conhecimento da língua nacional tem se dado em nosso país a partir de estudos esparsos. No entanto, os membros do programa têm visado estabelecer estudos sistemáticos que tocam a questão da história do conhecimento linguístico e da história da língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisa.

Há, segundo a estudiosa, uma insistência na abordagem discursiva, já que esta permite analisar os discursos da e sobre a língua; produzindo reflexões e organizando um arquivo dessa história, disponibilizando-o para novas leituras (ORLANDI, 2001)

A Análise de Discurso de linha francesa, doravante AD, postulada inicialmente por Michel Pêcheux como “*Análise Automática do Discurso*” filia-se, nos anos 60, a uma tradição europeia que “se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise” (ORLANDI, 2003, p.19). E, além disso, inscreve-se numa perspectiva que coloca como basilar a necessidade de um dispositivo teórico para sustentar a leitura de textos (ORLANDI, 2006).

Em “Os Fundamentos Teóricos da ‘Análise Automática do Discurso’ de Michel Pêcheux (1969)”, Paul Henry indica a possibilidade de que Michel Pêcheux tenha publicado textos sob o pseudônimo de Thomas Herbert. No entanto, para a dúvida de qual teria sido, então, o critério de seleção dos textos que seriam assinados sob esse criptônimo e os que fariam parte da sua produção bibliográfica.

Para o autor, Michel Pêcheux teria traçado uma estratégia: selecionar seus textos de modo a não apresentar suas orientações teóricas efetivas, uma vez que aspirava a abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais (HENRY, 1990).

Nesta tentativa, Pêcheux se apoiou naquilo que, para ele, outrora, havia corroborado com certa ruptura: o materialismo histórico, relido por Althusser; a psicanálise, reformulada por Lacan e o estruturalismo numa vertente não reducionista em relação à linguagem (HENRY, 1990).

No bojo dessa estratégia, o primeiro texto publicado por Pêcheux é fundamental para a compreensão do objetivo do desenvolvimento de uma Análise Automática do Discurso (AAD): fornecer às ciências sociais um instrumento científico, já que para esse estudioso, o campo referido encontrava-se num estágio pré-científico e o alcance da cientificidade dependia da criação/ apropriação de instrumentos (HENRY, 1990).

Numa aproximação de filiações teóricas, sob a alcunha de Herbert, fora publicado um texto que versava sobre o que seria um instrumento científico e, um segundo, no qual duas proposições fundamentais foram enunciadas: a de que a ciência estabelece seu objeto de acordo com determinadas condições e a de que há um processo de “reprodução metódica” do objeto, ou seja, um processo através do qual uma ciência exploraria seu próprio discurso, de modo a testar sua consistência e necessidade (HENRY, 1990).

Pêcheux ratifica a ideia de que haja um momento na constituição de uma ciência em que essa crie seu próprio espaço de jogo, faça variar questões e ajuste seu discurso teórico a si mesma, desenvolvendo sua consistência e necessidade e, acrescenta ainda, o que seria um momento antecessor: o da transformação produtora do seu objeto, uma vez que uma ciência apenas se constitui enquanto tal na medida em que produz uma mutação conceitual num campo ideológico e coloca-se como a ciência da ideologia com a qual rompe (HENRY, 1990).

Ainda nessa esteira, importa mencionar que o primeiro momento pode ser descrito como essencialmente teórico e conceitual e que, por outro lado, o segundo, seja marcado por uma função determinante dos instrumentos (HENRY, 1990).

Assim, o idealizador da AAD afirma que cada vez que um instrumento ou experimento é transferido de um ramo da ciência para outro, ele, de algum modo, é

reinventado e que o ajustamento de um discurso científico a si mesmo consiste, na apropriação dos instrumentos pela teoria. Vale lembrar, no entanto, que um instrumento não poderia ser concebido independentemente de uma teoria e que esse, não fora colocado para responder questões, mas sim para suscitá-las (HENRY, 1990).

Paul Henry (1990) nos lembra de que Pêcheux, mesmo afirmando o fracasso da prática tradicional da filosofia, ainda não estava preparado para considerar que as práticas científicas pudessem ser exercidas fora de uma prática filosófica, muito embora estivesse convencido de que as práticas científicas necessitassem de instrumentos mesmo que seu uso não garantisse que uma prática que se proclamasse científica o fosse, realmente.

A estratégia de Pêcheux vai além, e, o autor acaba por eleger dois interlocutores para os quais se dirige de maneira diferenciada: quando são eles os especialistas das ciências humanas, enfatizam-se os instrumentos e quando se dirige aos filósofos, versa sobre a necessidade de um dispositivo instrumental (HENRY, 1990).

Henry (1990), explicitando as ideias de Pêcheux, coloca o fato de que as práticas técnicas são determinadas, no sentido de receber da exterioridade uma demanda e são determinantes, na medida em que é o conjunto das possibilidades que elas abrem que torna possível a existência de tal demanda. Dessa forma, os instrumentos devem ser utilizados para autorizar e contestar posições ideológicas e devem seguir o propósito social.

Remontando, mais uma vez, aos textos de Herbert, é necessário dizer que do segundo interessa, de modo particular, a percepção da ideologia enquanto um processo com dupla-face, já que do lado do processo de produção, os conceitos técnicos são destacados de sua sequência operatória e recombinaos em um processo

original e do lado das relações sociais, a ideologia é um processo que produz e mantém as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes (HENRY, 1990).

Desse modo, é possível situar o interesse de Herbert-Pêcheux nos estudos da prática política quando se percebe o discurso como instrumento dessa prática (HENRY, 1990).

Nesse sentido, para que fosse possível promover uma ruptura no campo das ciências sociais, crucialmente ligadas às ideologias e às práticas políticas, Pêcheux elegeu o discurso e a análise do discurso como 'peças' fundamentais. Podemos dizer que suas razões, para tal, subsidiaram-se numa relação oculta entre prática política e as ciências sociais e numa ligação entre a prática política e o discurso, uma vez recusada a visão de que a linguagem se traduz em informações (HENRY, 1990).

Algo que segundo os estudiosos também precisa ser compreendido é como os agentes desse sistema se reconhecem, ou melhor, como eles reconhecem seu lugar, como são colocados em seu lugar sob um processo de apagamento (HENRY, 1990).

Em face às proposições de Pêcheux e retomando uma das filiações teóricas das quais lançou mão, é importante citar que segundo a óptica estruturalista, cultura e linguagem são identificadas de modo que toda a análise de qualquer fato cultural deveria tomar uma forma de análise linguística, ou seja, uma transferência dos conceitos e métodos científicos seria necessária. Dessa maneira, é relevante mencionar que embora tenha negligenciado a reformulação dos instrumentos, o estruturalismo enunciou as diferenças entre as ciências e não renunciou a existência de uma especificidade das ciências humanas assentada sobre seu objeto, o homem (HENRY, 1990).

Contemporâneos aos estruturalistas, Lacan, Althusser, Derrida e Foucault rejeitavam a noção de um sujeito específico, e cada um a seu modo, caracterizava a linguagem como exterior a qualquer falante e a noção de sujeito como posição e não mais como origem.

Nessa perspectiva, sujeito fora tido, por Althusser, como o da ideologia, por Foucault, como o que ocupa uma posição enquanto enunciador, aquele da ordem do discurso e, por Lacan, como aquele do inconsciente. Percebe-se, desse modo, a existência de dois sujeitos: o ideológico e o ligado ao signo ou da linguagem (HENRY, 1990).

Para Pêcheux, a ligação entre discurso e prática política passa pela ideologia. O autor introduz, ainda, a noção de sujeito enquanto efeito ideológico, pois é, segundo ele, enquanto sujeito que qualquer pessoa é interpelada a ocupar um lugar determinado no sistema de produção. Não há como dizer que algo se torna sujeito, pois há sempre um já-sujeito que está em meio a diferentes ideologias implicadas e que é chamado à sua posição (HENRY, 1990).

Desse modo, vê-se o delineamento da AD como uma disciplina de entremeio, que interroga a Linguística sobre o estabelecimento da língua como suporte material de análise questionando sua transparência, ao admitir possibilidades de sentido e de interpretação; considera não somente a língua como ideologicamente marcada, mas também a história e, portanto, coloca o Marxismo em questão ao questionar a junção história/língua, não transparente, produtora de efeitos de sentidos e base para um conceito fundamental: o de *forma-material* (ORLANDI, 2003). E quanto à Psicanálise, trabalha com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito que se constitui na sua relação com o simbólico.

Essa noção de *materialidade*, segundo Orlandi (2007), vem para a AD por meio do materialismo histórico, partindo da afirmação de uma materialidade da língua, um real da língua e de um real da história. O materialismo dialético também dá suas contribuições na medida em que não compreende o mundo como um complexo de coisas acabadas e estuda os processos, princípio da AD, trabalhando com o não acabado, carregando a ideia de um incessante movimento na história.

Algo ressaltado pela estudiosa, já pensando as questões próprias da AD, é o trabalho com a materialidade da língua e da história, tocando a materialidade do sujeito, pois no processo de constituição da significação constitui-se, também, o sujeito.

Pensar a língua funcionando na história e na sociedade implica trabalhar com sua *forma-material*, que, consoante Orlandi (2007), é a forma que se distingue da forma empírica e da forma abstrata. A forma abstrata é simplesmente um elemento de uma rede, de um sistema; a forma empírica é a que corresponde a uma realidade que já é resultado de um processo, enquanto a *forma-material* é histórica, encarnada no mundo, possui historicidade, pois há um processo que a constitui em relação às outras que poderiam sê-la.

Ainda com a autora, sob essa ótica, a língua é estudada pela perspectiva do discurso, ou seja, é vista como um objeto sócio-histórico. Desse modo, na AD busca-se compreender “como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2003, p.16).

Sendo assim, o discurso, tomado como efeito de sentidos entre locutores é analisado quanto ao seu funcionamento, na relação do que é linguístico com a exterioridade que o determina. Ou seja, sujeito e situação, anteriormente colocados para fora das análises linguísticas, contam fundamentalmente para Análise de Discurso

(ORLANDI, 2006). E pensando nessa relação, é possível remeter a outra noção peculiar desse campo teórico: a das *condições de produção do discurso*.

Orlandi (2006), relendo Pêcheux, nos diz que a situação pode ser pensada, com fins explicativos, em seu sentido estrito (as circunstâncias de enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato) e em seu sentido lato (o contexto sócio-histórico, ideológico).

Não menos importante é o fato de que nesse tipo de análise o sujeito não é o sujeito empírico, mas a posição-sujeito projetada no discurso, “é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso” (ORLANDI, 2005, p.99), em sua *forma-sujeito*. E isto se dá no jogo das chamadas *formações imaginárias* que presidem o discurso, pois nela jogam “a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz de seu interlocutor [e] a imagem que ele faz do objeto do discurso” (ORLANDI, 2006, p. 15) e possibilitam o mecanismo de antecipação que regula a argumentação, uma vez que aquele que melhor consegue se antecipar ao seu interlocutor, mais eficiente com a palavra se torna.

Perceber, então, o sujeito em sua posição-sujeito e as relações de força inseridas no processo de enunciação é sair do campo das intenções, da ideologia como mascaramento da empiria e é, sobretudo, considerar que ‘algo fala antes em algum lugar’, que todo discurso se delineia na relação com outros, com dizeres presentes e aqueles que se alojam na *memória*. Além disso, a interpelação dos indivíduos em sujeitos é a própria possibilidade de ser sujeito, ou melhor, estar sujeito à língua e ser sujeito do que diz (PÊCHEUX, 1997).

Desse modo, compreender que os sentidos não existem em si, mas são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo, é retomar uma noção básica na AD: a de *formação discursiva* (FDa), “o lugar da constituição do sentido” (PÊCHEUX, 1997, p.162), entendida como “aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2003, p.43).

O conjunto dessas *formações discursivas* acaba por formar um complexo dominante, o *interdiscurso*, tomado como “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2003, p. 33). É nesse complexo que somos expostos ao fato de que

saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao, mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro (ORLANDI, 2003, p. 10).

Nessa relação entre a *memória institucional* e a *constitutiva*, um trabalho de análise, como este, que toma como objeto o discurso jornalístico, deve considerar o processo de constituição da própria instituição jornal: como ela, ao se constituir, se discursivizou e, assim, compreender como alguns processos discursivos são fundamentais para o funcionamento de um discurso.

Nesse meandro, opero com o efeito de *pré-construído*: a impressão de sentido já-lá que deriva de formulações já ditas, do *interdiscurso*, que faz com que ao enunciar haja um efeito de já-dito sustentando todo o dizer.

É nesse sentido que se apresenta a noção de *memória discursiva*, trabalhada pelo *interdiscurso*, como um saber discursivo: o já-dito que constitui o dizer e os esquecimentos. Pêcheux (1997) coloca duas formas de esquecimento: o número 01, da ordem da constituição – esquecimento ideológico –, no qual temos a ilusão de que somos a origem do que dizemos e, o número 02, da ordem da formulação – esquecimento enunciativo –, o qual nos dá a impressão de que aquilo que foi dito só poderia ter sido dito daquela forma, produzindo uma ilusão de realidade de pensamento, como se houvesse uma relação termo a termo entre linguagem/mundo.

Ainda sobre os esquecimentos, ao retomar Orlandi (2003), quando a autora diz que as ilusões apresentadas por Pêcheux (1997) não são defeitos, mas sim uma necessidade para que a linguagem funcione, acredito poder dizer que o jornalista, em sua posição-sujeito, necessariamente, precisa ter a impressão de que suas formulações funcionam sob um efeito de evidência, como se aquilo que fora dito fosse tão ‘natural’ que não pudesse ser dito de outra forma.

Pensar sobre o funcionamento da linguagem é considerar sua incompletude e também o fato de que, segundo Orlandi (2006), todo discurso se faz na tensão entre o mesmo e o diferente, ou ainda, por dois processos: o de *paráfrase* e o de *polissemia*, leia-se, aquilo que se mantém e aquilo que rompe com os processos de significação e produz deslocamentos. Neste estudo, apreender os processos parafrásticos e polissêmicos coloca-se como fundamental para que possa perceber se há, como em geral na mídia, uma manutenção do ‘mesmo’ (produtividade) ou, num deslocamento, o ‘diferente’ (criatividade) funcionando em meu material.

Pêcheux (2002) assevera que um acontecimento convoca um espaço da *memória* e o reorganiza. Então, quando trabalhamos com um determinado material há questões que se colocam pertinentes em relação a ele.

Sobre a compreensão dos sentidos, é necessário dizer que a AD procura compreender as circulações cotidianas enquanto espaços discursivos estabilizados afetados pela suposição de que todo falante sabe do que se fala e de que todos os enunciados devam ser 'transparentes'. Percebe-se aí, o funcionamento do Estado e das Instituições como pólos de resposta e demanda social (PÊCHEUX, 2002).

Nesse viés, pensar a mídia como um espaço institucional, no qual, diversas relações estão em jogo (SILVA, 2001) é concebê-la para além de um controle social e analisá-la em seu funcionamento enquanto estrutura e acontecimento, isto é, um batimento contínuo entre a *memória* e sua atualização, já que a mídia é um dos lugares mais eficazes para se produzir a estabilidade da *memória* e atualizá-la como se sempre 'algo tivesse funcionado daquele modo' (MARIANI, 1999).

É no bojo dessa formulação que Mariani (1999) aponta para o fato de que para a instituição jornalística há um já-dito constituído juridicamente, que traz as exigências do poder religioso, político e jurídico, responsável por manter (ou não) certas informações em circulação. E Silva (2001) acrescenta, ainda, que para que o "dizer jornalístico (...) possa se constituir como tal, cabe impor determinados recortes" (*idem, ibidem*, p. 172).

Pensar discursivamente a prática jornalística é, segundo Mariani (1999), rejeitar fazer uma análise do que diz a imprensa, permanecendo na ingenuidade do caráter contudístico, e enveredar para uma análise marcada pela desconstrução da superfície linguística dos textos que interprete as filiações dos sentidos produzidos na relação com o *interdiscurso*. Portanto, devemos tomar a linguagem em sua opacidade e buscar

compreender, segundo Guimarães (2001), o que é notícia para o jornalismo e por que um fato é selecionado em detrimento a outro.

Assim, a AD subsidia um trabalho que coloca o analista na posição de compreender que apenas uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz significa em suas palavras, e coloca a necessidade de um dispositivo teórico-analítico já que “todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação” (ORLANDI, 2003, p.59).

Nessa perspectiva, não há análise sem mediação teórica já que o analista deve se colocar numa posição deslocada que o permita compreender o processo de produção dos sentidos e suas condições. E é justamente a perspectiva teórico-metodológica assumida que vai determinar o dispositivo analítico, pois ela orienta o analista em como observar o funcionamento discursivo.

A constituição de um dispositivo de análise que trabalhe a relação descrição/ interpretação, atravessando a evidência de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito e remetendo à opacidade da linguagem, ao descentramento do sujeito e ao efeito metafórico (entendido aqui como efeito de transferência, tomada de uma palavra por outra) é, de fato, basilar para esta análise.

Pode-se dizer que na injunção de interpretar, no batimento com a descrição, a produção dos sentidos no espaço discursivo em questão, “o analista (...) procura ver nele sua discursividade” (ORLANDI, 2003, p.77), tenta atingir “a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido produzidos naquele material” (ORLANDI, 2003, p.78) e se coloca num vai-e-vem constante entre arquivo/teoria/análise.

### 3. Da Leitura de Arquivos

Em “Ler o arquivo hoje”, Michel Pêcheux (1994) tece considerações acerca das questões que envolvem a AD, textos e arquivos, interrogando-se sobre as relações entre o aspecto histórico e psicológico ligado à leitura de arquivos, o aspecto matemático e informático ligado ao tratamento dos documentos textuais e o avanço das pesquisas em linguística formal.

Algo que Pêcheux (1994) expõe como fundamental é a necessidade de realizarem-se pesquisas multidisciplinares para que se tenha um acesso realmente fecundo aos textos; já que a esfera textual é o lugar de um confronto violentamente contraditório, no qual, as duas culturas - literária e científica - se inscrevem, cada uma delas veiculando suas peculiaridades, recobrando uma divisão social do trabalho de leitura: uns tendo direito à produção de leituras originais e a outros cabendo apenas a preparação e a sustentação das interpretações alheias.

A questão da leitura, tal qual asseverada pelo autor, permaneceu quase sempre delineada por grupos organizados que construíram um espaço polêmico dos modos de ler, dando corpo a um trabalho anônimo e fastidioso através do qual os aparelhos do poder geriam a *memória coletiva*. Havia, assim, aqueles autorizados a ler, falar e escrever, e, um conjunto de ‘todos os outros’ que era condenado a uma leitura que tem como característica o apagamento do sujeito-leitor, denotando práticas de dominação, de centralização do poder – uma necessidade de tratamento em massa para os textos, visando à possibilidade de comunicação, transmissão e reprodução de exemplares linguísticos pautados pelo efeito de evidência que apaga a relação entre língua como

sistema passível de jogo e a discursividade como o lugar de inscrição de efeitos linguísticos materiais na história (PÊCHEUX, 1994).

Fora justamente nesse espaço de relação fundamental entre a história e o linguístico que Guilhaumou e Maldidier (1994) inscreveram-se para apontar a impossibilidade de que um arquivo seja dado a priori, pois numa primeira leitura seu funcionamento se mostrará opaco, por não se tratar de um documento no qual se encontram referências, mas sim de um conjunto de dispositivos e configurações significantes. Além disso, uma leitura de arquivo se interessará pela emergência dos discursos em circunstâncias determinadas, preocupando-se com os usos sociais da língua, com o novo no interior da repetição; reconstruindo os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem.

Vale lembrar que, embora os textos estabeleçam a *memória* do acontecimento, será no cotexto – conjunto de enunciados que determinam a visualização mais ampla do tema estudado – que o analista poderá enxergar as recorrências linguísticas, e, portanto, construir um objeto discursivo que ditará a própria lei à descrição das regularidades, colocando-as em diacronia para tentar abranger seus processos de construção, relacionando a materialidade da língua, com a história e com o real (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1994).

Ademais, de acordo com Pêcheux (1994, p.63), “é esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”.

Desse modo, trabalhando sob uma perspectiva discursiva materialista, assumo, em minha prática analítica, um deslocamento fundamental no estudo da linguagem:

passar do dado ao fato, o que coloca-me no campo do acontecimento linguístico e do funcionamento discursivo, permitindo-me compreender o processo de produção da linguagem e não apenas seus produtos (ORLANDI, 2004).

Sobre isso, concordo com Orlandi (2004), ao afirmar que os dados não existem enquanto tal, pois já resultam de uma construção, uma vez que não são tomados como evidências, mas sim em sua relação com a interpretação, o real e a exterioridade. Vale dizer que a exterioridade não tem a objetividade empírica do 'fora' da linguagem, uma vez que intervém como tal na textualidade e se apresenta nos discursos, dando origem à produção da realidade com a qual o sujeito está em relação. Ainda consoante Orlandi (1994), o gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio e é o vestígio do possível, o lugar próprio da ideologia 'materializada' pela história.

Nesse sentido, a noção de fatos, "tomados enquanto inscrição material em uma memória discursiva" (PÊCHEUX, 1999, p.51), traz consequências para a análise, tornando necessária a compreensão daquilo que passa a significar o gesto de leitura, ou ainda, tal qual dito por Orlandi (2004), o que significa ler nessa conjuntura teórica.

### *3.1. Da Constituição de Meu Arquivo*

Retomando a noção de arquivo, que, segundo Guilhaumou e Maldié (1994), não se trata de um conjunto de dados objetivos dos quais estaria excluída a espessura

histórica, mas sim de uma *materialidade discursiva* que traz as marcas da constituição dos sentidos, aponto para o ponto de que

ao invés de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho [*concordamos*] chamar de arquivo. (FOUCAULT, 2005, p.146)

Nessa esteira, Guilhaumou (2009) apontará, ainda, para a necessidade de que se compreenda o arquivo para além de um simples material do qual se extraem fatos de maneira referencial, já que há nele materializado um gesto de leitura no qual se atualizam as configurações significantes daquilo que fora enunciado.

Isto posto, neste investimento analítico, optei por trabalhar com os Manuais de Redação da *Folha de S. Paulo*, em suas diferentes edições, e os discursos disponíveis acerca da constituição desta Instituição. Esse recorte<sup>13</sup> ancorou-se, para além de minha relação pessoal, em algumas peculiaridades, a saber: a) na obra *Comunicação e Educação – a linguagem em movimento*, de Adilson Citelli, publicada em 2002, pela Editora Senac, soube que, entre os anos de 1996 e 1997, 269 professores das redes pública e municipal de São Paulo foram entrevistados acerca de seus hábitos de leitura, sendo que 91,45% afirmaram ler jornais, dos quais 39,78% o fazem diariamente, e, do total de leitores, 59,48% apontaram a *Folha de S. Paulo* como seu jornal preferido; b) a

---

<sup>13</sup> Discursivamente, distingue-se « segmentação linguística » com que opera a análise frasal de « recorte discursivo » com que opera a análise discursiva. Tendo como materialidade de análise o texto, o recorte se apresenta como uma unidade discursiva em que se pode compreender a interdiscursividade em funcionamento (LAGAZZI, 2011).

Agência de Notícias dos Direitos sobre a Infância (ANDI)<sup>14</sup> constatara que dos quatro principais jornais brasileiros de circulação nacional, entre os anos de 1997 e 1998, a *Folha* publicara o maior número de notícias sobre Educação – 275 exemplares, seguida pelo *O Estado de SP*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, com, respectivamente, 134, 120 e 64 exemplares cada; c) a *Folha de S. Paulo* é o jornal de maior circulação nacional, conforme dados do IVC<sup>15</sup> (Instituto Verificador de Circulação); d) a *Folha* fora o primeiro jornal brasileiro a publicar um manual de redação no formato pelo qual o reconhece-se hoje; além de e) estudos anteriormente realizados, por mim, em sua incompletude necessária e produtiva, como já dissera Mariani (1998), apontaram um caminho necessário a trilhar: os funcionamentos encerrados nos Manuais de Redação de Instituições Jornalísticas e o modo como estes instrumentos tecnológicos funcionam junto à escrita do discurso jornalístico, cada vez mais presente nos livros didáticos de língua portuguesa.

No entanto, acredito ser necessário dizer que este se coloca apenas como um primeiro investimento numa relação que compreende tantas outras Instituições e Manuais, que, possivelmente, serão objeto de análise em minhas pesquisas futuras.

---

<sup>14</sup> Informação obtida a partir da busca de dados no Portal da ANDI, disponível em <<http://www.andi.org.br/>>.

<sup>15</sup> Para maiores informações, acessar <<http://www.ivcbrasil.org.br/>>.

## CAPÍTULO II – DO HORIZONTE DOS MANUAIS DE REDAÇÃO NA RELAÇÃO AD E HIL

O deslocamento provocado pela AD me permite tomar a língua de modo geral e seu recorte presente na formulação dos manuais de redação como não transparentes, sem sentidos evidentes, opaca; introduzindo, na reflexão sobre linguagem, o sujeito e a história, atravessados pela ideologia. A linguagem passa a ser considerada como uma importante *forma material* da ideologia.

Dessa forma, ao trabalhar com a exterioridade como elemento constitutivo dos sentidos, a AD exige do analista um deslocamento teórico, de caráter conflituoso, que vai recorrer a conceitos exteriores ao domínio de uma Linguística imanente, tomando como seu objeto o discurso e trabalhando analiticamente com a unidade imaginária do texto (ORLANDI, 2006).

É justamente nesse meandro que retomo Auroux (1992), nesse espaço suficientemente amplo para abarcar a diversidade de saberes e seu modo de aparecimento no tempo e no espaço, para compreender os vários sentidos produzidos por instrumentos como a mídia em sua relação com a tecnologia de um manual de redação.

Para Auroux (1992), o saber metalinguístico pode ser de natureza especulativa, tratando-se de uma representação abstrata, ou prática, enfocando a necessidade de adquirir um domínio como o da enunciação, o das línguas e o da escrita, dando lugar às técnicas (regras) e às competências (estatutos profissionais).

Ainda nesse sentido, Auroux (1992) aponta para o fato de que a forma especulativa nunca fora dominante, pois a natureza experimental das ciências da linguagem raramente ultrapassara a manipulação das formas. Denotando assim, todo um horizonte de objetos que se apresenta ao analista.

Da perspectiva da HIL, consoante Nunes (2008), gramáticas e dicionários são vistos como instrumentos linguísticos e têm sido estudados também como objetos discursivos, conforme os trabalhos de A. Collinot e F. Mazière (1997). Ao que o autor acrescenta que se possa dizer o mesmo a respeito de outros instrumentos linguísticos; formulação que tomo para compreender a mídia, que funciona a partir de uma forte relação com um instrumento tecnológico que lhe é próprio, o manual de redação, foco de meu investimento analítico.

Observar esses instrumentos como parte da relação com a sociedade e a história “transforma (...) [os] em objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana” (ORLANDI, 2001, p.08).

Tomar as diversas formas de discurso sobre a(s) língua(s) para análise permite efetuar leituras que as remetam às suas *condições de produção*, considerando-se a materialidade linguística na qual são produzidas, bem como os modos pelos quais se produzem conhecimentos em determinadas conjunturas históricas, observando-se e descrevendo os funcionamentos discursivos (NUNES, 2008).

Além disso, olhar a periodização necessária em HIL para localizar certos fatos, pela ótica da AD, permite-me um transitar pelo modo como a temporalidade é

construída em cada discurso, como ela funciona por fixação imaginária, por retomadas, por (re) atualizações da *memória* (NUNES, 2008).

Acredito ser necessário considerar o objetivo de relacionar, no projeto HIL de vertente brasileira, o saber linguístico à constituição da língua nacional, por meio dos diversos materiais que, ao produzirem um conhecimento linguístico, participam também da formação de uma língua nacional em um país colonizado, cuja língua lhe fora imposta (NUNES, 2008).

Há então uma produtividade específica quando a AD se posiciona no entremeio com a HIL. Podemos dizer que esse modo de fazer história da ciência tem consequências para a leitura e mesmo para a produção de arquivos relativos às ciências da linguagem. Isso inclui tanto os trabalhos de análise dos textos de arquivo, dos gestos de leitura que deles se depreendem, quanto a proposição de novas formas de escrita do arquivo, sensíveis à historicidade dos sentidos, à pluralidade dos domínios das ciências da linguagem, à espacialidade e à temporalidade do conhecimento, às formas de autoria, aos funcionamentos institucionais, aos acontecimentos, enfim, a tudo aquilo que compreende as condições de produção dos discursos científicos (NUNES, 2008, p.111).

## **1.Compreendendo o processo de Gramatização**

Para que possa pensar o manual de redação como um instrumento tecnológico, que se constitui como um discurso sobre a escrita jornalística, que, por sua vez, se pauta por uma relação com um imaginário de unidade da língua e com os efeitos de um processo de escolarização que são sustentados, ambos, pela gramática e pelo dicionário enquanto instrumentos de gramatização em uma língua nacional, tal qual dito

por Silva (2010), importa compreender, a partir de uma perspectiva discursiva, as tecnologias produzidas pelos sujeitos para significar, se significar e significar o mundo.

Para isso, retomo uma das primeiras e mais antigas tecnologias produzidas pelo sujeito: a escrita em sua historicidade, em meio aos sentidos que vão se produzindo quando de sua utilização, em meio às diferentes formas de relação social, pois, de acordo com Dias (2009, p.16),

a escrita pensada em sua história mostra-nos que a relação do sujeito com a linguagem passou sempre pela técnica, pela invenção de uma tecnologia que permitisse a manifestação simbólica do sentido do mundo. A invenção dessa tecnologia da escrita passou pela utilização de instrumentos distintos que constituíam uma imagem sempre diferenciada da linguagem humana. Se a oralidade é a nossa primeira via de acesso à linguagem, a escritura é o que coloca a linguagem na ordem do visual, do olhar, o que antes era da ordem da escuta. Da escuta à escrita temos uma história da produção de sentidos do mundo, a saber, da relação do sujeito com o conhecimento e deste com a tecnologia. A form(a)ulação do conhecimento e o modo como ele circula através da escrita, seja na pedra, no barro, no papiro, no codex, no livro impresso, nos muros da cidade, na tela do computador, é o que temos chamado “tecnologia da linguagem”.

É nesse ponto que me coloco frente ao texto *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, de Sylvain Auroux (1992) que se propõe a abordar quando e em que circunstâncias nasceram as disciplinas consagradas à linguagem, qual seu impacto sobre o desenvolvimento cultural humano e quais são os grandes movimentos ocorridos. Para tal, sustenta duas teses: a primeira, do nascimento das ciências da linguagem (desenvolvida no Capítulo I) e a segunda, da gramatização (desenvolvida nos Capítulos II e III).

O autor inicia a sustentação de sua primeira tese, ou ainda, a escritura do Capítulo I, intitulado ‘O Nascimento das Metalinguagens’, remetendo ao Século XIX,

momento em que se dá o desenvolvimento institucional da pesquisa sobre a história dos conhecimentos linguísticos por meio de três categorias de trabalho: 1) os que visam a construir uma base documentária para a pesquisa empírica; 2) os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam; 3) os que têm papel fundador, os que se voltam para o passado com o propósito de legitimar uma prática cognitiva contemporânea. Sendo que os primeiros e segundos interessam por riqueza factual e os terceiros, pelo seu valor epistemológico (AUROUX, 1992).

Auroux (1992) assevera ainda que todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real é a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber, e por ser limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão, assim como um horizonte de projeção. O saber não destrói seu passado; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza.

No bojo dessas formulações, a Linguística é colocada como uma forma de saber e de prática teórica nascida, no século XIX, em um contexto determinado, que possui objetos determinados, tratando-se, desse modo, de uma forma de estruturação do saber eminentemente transitória que pode ter sua história retomada por meio de duas estratégias: 1) considerar que uma ciência é só a totalidade dos momentos de seu desenvolvimento; 2) procurar no passado os elementos que se enquadram nas preocupações definidas por um ponto de vista datado (AUROUX, 1992).

É nesse sentido que Auroux (1992) tenta responder às seguintes questões: sob que formas se constitui, no tempo, o saber linguístico? E, como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem? Para isso, adota o princípio da definição puramente fenomenológica do objeto, pois para fazer a história de uma ciência é

necessário ter uma visão definida da natureza de seu objeto, sendo o da Linguística, a linguagem humana; o princípio da neutralidade epistemológica, decorrente da forma de abordar o objeto, e, o princípio do historicismo moderado, por meio de um realismo metodológico. E, toma o saber como resultante da interação das tradições e do contexto, não podendo assim, ser organizado do mesmo modo, pois seu valor é uma causa em seu devir histórico.

Para o autor, o saber linguístico é múltiplo, pois é epilinguístico, na medida em que todo locutor possui um saber inconsciente sobre sua língua e sobre a natureza da linguagem, e, metalinguístico, já que é manipulado com a ajuda de uma metalinguagem (AUROUX, 1992).

Como abordado anteriormente, o saber metalinguístico pode ser de natureza especulativa, situando-se na base da representação abstrata, ou de natureza prática, dado pela necessidade de adquirir um domínio, quer seja ele um domínio da enunciação – locutor torna sua fala adequada a uma finalidade, um domínio das línguas – necessidade de falar e/ou compreender uma língua ou um domínio da escrita. Ademais, esses domínios dão lugar à constituição de técnicas e à formação de competências específicas (AUROUX, 1992).

Ainda sobre os estudos dos saberes linguísticos, Auroux (1992) retomando Colombat (1988) nos informa sobre a presença da lógica e da gramática nas pesquisas realizadas no Ocidente e sobre um deslocamento de todos esses saberes em direção a um tipo de saber especulativo, colocando, desse modo, em dúvida, sua cientificidade, uma vez que esse tipo de saber raramente ultrapassa a manipulação das formas.

Para a história das representações linguísticas, o limiar da escrita é fundamental. Esta é considerada, por Auroux (1992), como a Primeira Revolução Tecnológica, pois

permite uma passagem do saber epilinguístico ao saber metalinguístico já que o processo de aparecimento da escrita é um processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalinguística considerável e sem equivalente anterior.

O processo de escrita produz o aparecimento de ofícios de linguagem e das tradições pedagógicas, além disso, a palavra divide o mundo entre os seres que a possuem e os seres que não a possuem. Auroux (1992) afirma que se a palavra faz coisas, ela não o deve a uma performatividade qualquer, mas à sua estrutura material, uma vez que as palavras são, de fato, coisas entre coisas, num real inteiramente simbólico.

Mesmo em face da garantia de possibilidade de existência que a escrita dá aos saberes linguísticos, não podemos tomá-la como sua origem. A constituição desses tem origem numa tradição que pode ser espontânea ou resultar de uma transferência tecnológica. Apenas como exemplo, importa mencionar que a tradição latina é caracterizada por transferência tecnológica e dizer que as tradições babilônica e egípcia, de modo embrionário, e as tradições hindu, chinesa e grega, em longo prazo, representam casos de aparecimento espontâneo (AUROUX, 1992).

Vale retomar o autor naquilo que se refere à necessidade de um bom conhecimento da língua-fonte e de sua cultura para a possibilidade de uma transferência tecnológica. Fato que pode ser elucidado pelo processo de dominação e de transferência de tradição ocidental, acabado no século XX, que culminou na homogeneização relativa dos grandes traços especulativos do saber linguístico (AUROUX, 1992).

Nesse meandro, a fixação da linguagem e a objetivação da alteridade coloca a escrita diante do sujeito como um problema a ser resolvido e impulsiona as reflexões

linguísticas. O texto escrito começa a ser tomado como objeto de leitura e impõe a necessidade de 'meios' para sua compreensão (AUROUX, 1992).

Assim, é relevante salientar a congruência da proposição de uma primeira análise gramatical (a do Sumeriano) advinda da necessidade de compreender um texto, embora em nossos dias, a gramática seja percebida, antes de tudo, como uma técnica escolar destinada às crianças que dominam mal sua língua ou que aprendem uma língua estrangeira (AUROUX, 1992).

Desde que exista um sistema de escrita, para utilizá-lo é preciso aprendê-lo de modo especial. Aí inserimos uma tradição grega, dos séculos V e VI a.C., que atribui à gramática a aprendizagem elementar da leitura e da escrita (AUROUX, 1992).

Segundo Auroux (1992), nenhuma outra cultura desenvolveu o conhecimento dos procedimentos formais de demonstração dos estudos linguísticos como a grega: quer estejamos nos referindo à Teoria das partes do discurso – de Platão e Aristóteles – que nos permite discutir a verdade do discurso, quer falemos da Gramática do século II a. C., nascida na escola de Alexandria e definida por Dionísio de Trácia como “o conhecimento empírico levado o mais longe possível e que se lê nos poetas e nos prosadores”.

O que se chamou de gramática, naquela época, repousava sobre o recorte da cadeia falada, isto é, sobre o reconhecimento das unidades e sua projeção sobre uma dimensão paradigmática que rompe com a linearidade desta cadeia. O reconhecimento de unidades e a formulação de regras a seu propósito pode nascer espontaneamente a partir de um domínio da enunciação, em disciplinas como lógica e retórica (AUROUX, 1992).

No contínuo dessa história, o papiro e o pincel modificam o emprego das letras. Posteriormente, a Imprensa, por meio da difusão dos livros impressos e o Capitalismo Mercantil foram os motores para a gramatização e padronização dos vernáculos europeus (AUROUX, 1992).

Outrossim, o autor finaliza o desenvolvimento de sua primeira tese dizendo que as grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem. Assim, os contatos linguísticos se tornaram um dos elementos determinantes dos saberes linguísticos codificados e as gramáticas se tornaram as peças-mestras de uma técnica do conhecimento das línguas (AUROUX, 1992).

Dando início à sustentação de sua segunda tese, a da Gramatização, ou ainda, da Segunda Revolução Tecnológica que criou uma rede homogênea de comunicação centrada na Europa, Sylvain Auroux (1992) inicia o Capítulo II, intitulado *O Fato da Gramatização*, delimitando o período ao qual suas formulações se aterão: do século V ao fim do século XIX, época de uma gramatização massiva, a partir da tradição greco-romana, das línguas no mundo.

Ainda nesse sentido, o Renascimento proporciona uma virada decisiva e dá eixo para a constituição da 2ª Revolução Técnico-Linguística, pois tem como conjuntura a fragmentação do Império Romano e o conseqüente desaparecimento do papel vernáculo do Latim, o surgimento das línguas neolatinas e o uso do latim como língua de administração (AUROUX, 1992).

Desse modo, a gramática se torna simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las: a gramática é uma etapa do acesso à cultura escrita (AUROUX, 1992).

O autor lembra que a gramatização da língua europeia é absolutamente contemporânea à dos outros continentes, em particular das línguas ameríndias, pois trata-se de uma época de exploração do planeta, na qual a gramatização massiva das línguas do mundo ocorrera a partir da Europa, tomando uma amplitude significativa numa época tão tardia, tornando-se um problema epistemológico e histórico de grande importância, ao que não se consagrou, ainda, nenhum estudo (AUROUX, 1992).

E é partindo dessa contemporaneidade, que Auroux (1992) atenta para a noção de que as metalinguagens têm todas mais ou menos a mesma estrutura que outras surgidas nas mesmas condições, havendo, então, certa equivalência entre as gramáticas das línguas redigidas em diferentes vernáculos. No entanto, de língua em língua, o processo de gramatização é efetivamente transitivo e, em seus primórdios, fortemente reversível.

A gramatização (à base do latim) de um vernáculo europeu pode igualmente servir de partida para uma outra língua e lhe transmitir sua 'latinidade', pois assume-se como quadro teórico uma descrição comum que convém mais ou menos à língua inicial e às possíveis outras (AUROUX, 1992).

A declinação latina será utilizada por todas as línguas gramaticalizadas no Renascimento e a terminologia gramatical nos vernáculos se constitui por empréstimos opacos do Latim. Isso porque, na Idade Média, a Igreja ancora o uso do Latim em meio aos vernáculos e a gramática latina torna-se, como já disse, um instrumento pedagógico (AUROUX, 1992).

A gramatização se dá, sobretudo, por interesses práticos – necessidade de aprender uma língua estrangeira para que haja o acesso à língua de administração, aos textos sagrados, à língua de cultura, às relações comerciais e políticas; facilidade para

as viagens; implantação e exportação de doutrina religiosa e colonização – e pela política de uma língua dada – organizar e regular uma língua literária e desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno ou externo (AUROUX, 1992).

Com a Constituição das Nações Europeias, uma situação de luta entre nações e línguas se coloca em pauta. As nações transformadas em Estados vão fazer da aprendizagem e do uso de uma língua oficial<sup>16</sup> uma obrigação para os cidadãos (AUROUX, 1992).

De acordo com Auroux (1992), o Latim permanecerá ainda por vários séculos como língua privilegiada da comunicação científica, mas as atividades intelectuais das novas elites, e as atividades espirituais de uma grande parte da população vão, a partir de então, se apoiar sobre uma cultura e uma prática codificada do vernáculo. Esta cultura corresponde a uma verdadeira política linguística<sup>17</sup>.

A entrada dos vernáculos, a renovação da gramática latina, a imprensa e as grandes descobertas coincidem. A imprensa permite a multiplicação do mesmo texto, diminui o custo de cada exemplar e aumenta a difusão. Com a imprensa, o fenômeno da escrita da língua muda de dimensão, pois o saber se historiciza por meio da permanência do texto, ao qual se juntam, em camadas sucessivas, glosas, comentários, um processo indefinido de acréscimo (AUROUX, 1992).

---

<sup>16</sup> De acordo com Guimarães, a língua oficial é aquela que “é tomada como única num Estado (País). Ou seja, é a língua que todos habitantes do País precisam saber, que todos precisam usar em todas as ações oficiais, ou seja, nas suas relações com as instituições do Estado. A língua oficial é também a língua nacional. Ou seja, não é possível que uma língua seja a língua oficial de um País sem ser também sua língua nacional. Isto mostra a relação forte estabelecida historicamente entre o conceito de Estado e o de Nação. (...) A Língua oficial é a língua considerada como própria de um país. (...) A língua oficial de um País tem um aspecto muito importante. Ela é parte do que caracteriza a identidade de um povo e de sua nação”. Texto disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/elb2/pages/noticias/lerArtigo.lab?categoria=12&id=75>> Acesso em 26.nov.2011.

<sup>17</sup> Na apresentação do livro *Política Linguística no Brasil*, Orlandi (2007) propõe-nos uma reflexão em torno de política de línguas que denote o político ligado ao funcionamento do real nas línguas, inscrito na diferença, no litígio por sentidos e não necessariamente a uma lei, a um decreto, etc.

Auroux (1992) encerra suas formulações para esse capítulo salientando que a gramatização representa uma revolução que afeta a vida social a longo termo.

Aproximando-se do dizer anterior e dando continuidade ao desenvolvimento da segunda tese sustentada por ele, o autor, no Capítulo III, intitulado *O conceito de Gramatização*, nos diz que por gramatização devemos entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.

Segundo ele, a gramatização pelos europeus supõe a alfabetização, isto é, majoritariamente, a transcrição de uma língua em caracteres latinos enquanto a alfabetização do nativo (selvagem) se dá pela adaptação da escrita ao som percebido. Assim, percebo que os conhecimentos dos ocidentais não dão apenas lugar às teorias sobre o nascimento da história das escritas, pois acabam funcionando como instrumento de dominação e de acesso aos saberes de outras civilizações.

Já quanto à constituição de uma gramática, Auroux (1992) postula que “uma gramática contém (pelo menos): a) uma caracterização das unidades que supõe termos teóricos e uma fragmentação da cadeia falada; b) exemplos, núcleos da língua normatizada e testemunhas de uma certa realidade linguística; c) regras mais ou menos explícitas”. (*idem, ibidem*, p.66). De modo geral, o conteúdo das gramáticas organiza-se em torno da ortografia, fonética, partes do discurso, morfologia, sintaxe e figuras de construção.

A gramatização, geralmente se apoiando sobre uma discussão do que seja ‘bom uso’, vai reduzir uma variação linguística e colocar a gramática não como uma simples descrição da linguagem natural, mas concebê-la também como um instrumento linguístico, pois uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de

regras e de formas que não figuram junto na competência de um locutor. Isto significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas (AUROUX, 1992).

A gramatização modificou profundamente a comunicação e o patrimônio linguístico da humanidade, pois se trata de processo que nunca termina, porque, de um lado, as línguas evoluem e, de outro, é difícil definir até onde se pode levar o processo de gramatização, cuja extensão é muito variável segundo as línguas (AUROUX, 1992).

O filósofo da linguagem, Sylvain Auroux, assevera que o traço de gramatização de uma língua está na possibilidade desta ser falada (ou lida), em outras palavras, aprendida com a ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis. Os dicionários, nesse modo de considerar, são um exemplo bastante profícuo, já que à gramática cabe engendrar/decompor enunciados, enquanto o dicionário deve fornecer os itens que se trata de arranjar/interpretar segundo este procedimento (AUROUX, 1992).

Ainda com o autor, o processo de gramatização pode se dar pela transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas, por uma transferência cultural. Essa transferência se dá na base da endotransferência – exotransferência às quais correspondem, respectivamente, à endogramatização – exogramatização. No processo de endotransferência/ endogramatização, a gramatização se dá de maneira espontânea, uma vez que o conhecimento epilinguístico está sempre presente no gramático, já no processo de exotransferência/ exogramatização, o conhecimento epilinguístico falta e é necessário construir técnicas de observação que possibilitem a posterior gramatização da língua.

A aprendizagem das línguas não-descritas começa na oralidade e na gestualidade que acompanha a troca, as práticas usuais. A qualidade das descrições depende da estrutura das relações humanas que colocam a língua em posição de ser observada. Toma-se como exemplo as missões: o trabalho de coleta dos dados se efetua sistematicamente, a elaboração de instrumentos linguísticos perdura por longos anos e, às vezes, por pesquisadores diferentes que retomam e desenvolvem os trabalhos de seus predecessores (AUROUX, 1992).

O quadro latino, nas palavras de Auroux (1992), acaba servindo como um fator de unificação, ou até mesmo de contraste, visto que define, de certo modo, parâmetros a serem preenchidos (ou não) por uma descrição de língua e também os termos teóricos necessários para uma primeira apreensão dos fenômenos.

A história da gramatização convida a não abandonar totalmente uma concepção cumulativa e progressiva em matéria de história das ciências, em proveito de uma concepção puramente descontinuísta, uma vez que a gramatização de uma língua não teria a menor chance de ser 'finalizada' se fosse necessário 'fazer tábua rasa' a cada mudança de moda ou teoria (AUROUX, 1992). Adotar um posicionamento contrastivo para a gramatização das línguas é colocá-las, de acordo com o autor, em posição de observatório umas frentes às outras, face às suas igualdades e diferenças. Além disso, um movimento centrífugo tende a ocorrer – a língua inclina-se a ser gramaticalizada em bases que lhe são cada vez mais apropriadas, as categorias dotadas de um mesmo nome têm tendência a serem empregadas em função de propriedades diferentes e a perderem sua identidade conceptual – e a gramática latina acaba contaminada pelo efeito da gramatização dos vernáculos.

É no âmago dessas ocorrências que se percebe, então, a possibilidade de concepção de uma gramática geral que ocupasse o lugar da gramática latina ante às línguas do mundo e servisse como uma introdução a diferentes gramáticas de língua ou ainda, que respondesse ao problema da conexidade e à genealogia das línguas. Dessa noção, surgiram a gramática especulativa medieval, a gramática geral de Port-Royal, os dois primeiros tratados de Organon Aristotélicos, os tratados gramaticais, a gramatização dos vernáculos, a renovação da gramática latina e a Ars Minor – uma espécie de gramática geral (AUROUX, 1992).

Para Auroux (1992), o conhecimento das línguas do mundo mudou, conseqüentemente, esse quadro reducionista colocado pela busca de uma gramática geral, recusando, enquanto reaparece e se generaliza, uma apreensão da questão da origem das línguas, da língua mãe universal.

Em consequência, vê-se uma mudança global da episteme<sup>18</sup>: “Uma massa considerável de vernáculos se encontram gramaticalizados e confrontados entre si, não tem mais sentido procurar uma ‘origem’ na interpretação de uma forma que pertence a uma língua só.” (AUROUX, 1992,p.92).

Terminando sua exposição, o autor assevera que o saber metalinguístico torna-se um produto de puro interesse do conhecimento, observando a reclamação de motivação pedagógica, de relações subjetivas, pelos sábios que compilam gramáticas e seus objetos.

---

<sup>18</sup> De acordo com o filósofo francês Michel Foucault, *episteme* é o paradigma comum aos diversos saberes humanos em uma determinada época que, por se embasarem numa mesma estrutura, compartilham as mesmas características gerais, independentemente de suas diferenças específicas. Disponível em <[http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete\\_coletivo&op=loadVerbetes&palavra=episteme](http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_coletivo&op=loadVerbetes&palavra=episteme)> Acesso em 26.nov.2011.

Essa mudança no trato dos conhecimentos linguísticos se coloca como uma transformação fundamental, fruto tardio da revolução da gramatização. Desse modo, para que nos coloquemos frente a uma terceira revolução tecnolinguística, é preciso pensar o mundo da digitalização da linguagem, das teorias de informação, da sociedade da informação, com a proliferação das tecnologias da linguagem, que acaba por nos fornecer novas formas de acesso aos dados linguísticos, que, por sua vez, implicariam uma nova posição acerca do saber sobre a linguagem.

## **2.Do processo de gramatização no Brasil e de seus instrumentos linguísticos e tecnológicos**

Pensando especificamente o processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil, buscando relacioná-lo à minha questão de pesquisa, acredito ser possível dizer que os estudos sobre a Gramática, quase sempre, vinculam-se não ao fenômeno da gramatização, mas sim a questões relacionadas ao ensino. A polêmica gira em torno do fato de as práticas de ensino gramatical empregadas pela escola serem consideradas coercitivas e, portanto, pouco contribuírem para o ensino/aprendizagem da língua escrita.

Em outras palavras, é como se a língua só passasse a existir, enquanto tal, a partir do momento em que houvesse o registro escrito, gramática e dicionário; e é como se, para um país ser reconhecido como uma nação autônoma, uma das condições

fosse a existência de uma língua nacional que tivesse registro escrito, gramática e dicionário.

Sendo a gramatização definida por Aurox (1992) como um processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de suas tecnologias para os saberes metalinguísticos, a gramática e o dicionário não são vistos como simples descrições da linguagem natural, sendo concebidos como *instrumentos linguísticos*.

Os instrumentos linguísticos são importantes elementos para nossa reflexão quando pensamos a gramatização brasileira da língua portuguesa, pois observar a constituição desses instrumentos é tratar do modo como a sociedade brasileira constrói elementos de sua identidade, uma vez que a produção de tecnologias é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996).

Nesse ponto, remonto à mídia, que funciona em nossa sociedade como um instrumento linguístico, junto ao qual trabalham os manuais de redação, material para o qual volto meu olhar, observando e buscando compreender o modo específico pelo qual estes exemplares instrumentalizam uma prática de texto específica acerca da língua.

Nesse sentido, acredito ser importante retomar Guimarães (1996), para compreender mais detidamente o discurso acerca de nossa língua, e, assim, estabelecer relações com meu objeto discursivo, embora já as tenho tentado apontar desde o início deste trabalho.

Assim, com base no autor, é possível saber que a partir do século XIX, mais propriamente a partir da segunda metade do século, os estudos do Português no Brasil buscavam demonstrar que a língua que aqui se falava era diferente da língua de Portugal, enfatizando a existência de palavras de origem africana e indígena em nossa língua.

Durante o século XIX, apareceram os primeiros dicionários monolíngues brasileiros, que funcionam como complementos dos dicionários portugueses. Tal fato decorreu de um conjunto de condições históricas. De início, com a Independência e os movimentos separatistas que a acompanharam, ganharam relevância as diferenciações entre a língua portuguesa e a língua brasileira. Houve então uma produção de pequenos vocabulários que identificavam essas diferenças. (NUNES, 2006, p.205)

Em 1857, Brás da Costa Rubim publica o *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*. Esta obra inaugurara um novo período de produção de conhecimento sobre a língua portuguesa no Brasil, contribuindo para o trabalho de lexicógrafos, bem como dirimindo polêmicas linguísticas entre José de Alencar, com seu romance *Iracema*, e Pinheiro Chagas; e, entre Carlos de Laet, que teria apontado e enumerado os erros de português cometidos pelo autor lusitano Camilo Castelo Branco (GUIMARÃES, 1996).

Júlio Ribeiro, em 1881, publica sua *Gramática Portuguesa*, em cujo prefácio pondera sobre sua consideração de que as antigas gramáticas portuguesas sejam mais dissertações de metafísica que exposições sobre uso da língua, inaugurando um período de distanciamento da influência direta de Portugal, denominado de gramatical (GUIMARÃES, 1996).

Anos mais tarde, as gramáticas atenderiam ao novo programa de Português para exames preparatórios elaborados por Fausto Barreto, por meio da determinação do diretor geral de instrução pública da época, Emídio Vitério. É importante ressaltar que, neste mesmo período, os primeiros estudos em filologia são reconhecidos com a publicação de *Estudos Filológicos*, de João Ribeiro, em 1884 (GUIMARÃES, 1996).

O *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Antonio Joaquim de Macedo Soares, de 1888, marca o estabelecimento de uma separação entre os espaços

linguísticos brasileiro e português; era chegada a hora de a escrita pautar-se pela linguagem falada no Brasil e não pela utilizada em Portugal (GUIMARÃES, 1996).

Em 1897, ocorre a fundação da Academia Brasileira de Letras, cuja finalidade, de acordo com o Art. 1º de seu Estatuto<sup>19</sup> seria a de zelar pela cultura da língua e da literatura nacional, mas seria apenas em 1931 que “o papel da Academia enquanto autoridade oficial” (MARIANI; SOUZA, 1996, p.86) seria estabelecido, cabendo-lhe, assim, a função de legislar sobre a língua, muito embora, a intervenção disciplinadora do governo se fizesse presente.

Na época da fundação da Academia, acontece a publicação da coluna de Cândido de Figueiredo no Jornal do Comércio, tratando d’ “o que se não deve dizer”; momento, também, em que se iniciam as discussões acerca de uma escrita uniformizada da língua portuguesa (GUIMARÃES, 1996).

Um outro momento é iniciado “pela fundação das Faculdades de Letras que passam a constituir-se em espaço de pesquisa sobre questões de linguagem, o que estava ligado fundamentalmente a questões relacionadas a um padrão literário e ao ensino” (GUIMARÃES, 1996, p.131). Para Orlandi (2004, p. 97) “ser letrado tem tido um sentido sustentado por uma história em que a letra se impõe, no âmbito da relação com a escrita, significando a erudição dos que têm um saber atravessado pelo domínio das letras”.

---

<sup>19</sup> A versão completa do Estatuto da Academia Brasileira de Letras, publicado em 28 de janeiro de 1897, no Rio de Janeiro, está disponível em <[www2.academia.org.br](http://www2.academia.org.br)>. Acesso em 26.nov.2011.

Em meio à criação de cursos de Letras, surge, em 1943, o acordo ortográfico que propusera diferenças linguísticas quanto à Portugal, bem como denominara o idioma nacional como 'Língua Portuguesa' (GUIMARÃES, 1996).

Em 1952, a *História da Língua Portuguesa*, de Serafim Silva Neto é publicada. Uma obra que trata a Língua Portuguesa em sua relação com a realidade política e cultural no Brasil. Já em 1955, é lançada *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*, de Silveira Bueno, apresentando um estudo sobre a dialeção no Brasil, além de preocupar-se em afirmar que a publicação de gramáticas faz parte da história da língua (GUIMARÃES, 1996).

Pensando a publicação dessas gramáticas, em 1958, institui-se o órgão incumbido de uniformizar a organização terminológica das gramáticas – NGB - (Nomenclatura da Gramática Brasileira).

Assim, a NGB, além de ser uma tentativa de valorização do que é específico no Brasil, não se filia rigorosamente a nenhuma teoria. Mas o importante é ressaltar o papel do Estado, que, como sabemos, é o lugar da administração dos conflitos. No Brasil, a constituição do Estado é, ao mesmo tempo, a constituição da língua. O Estado age sob o princípio da unidade, a partir de um sistema jurídico centralizado e um sociologismo que negocia a diversidade. Em outras palavras: no caso específico da língua, as diferenças, embora sejam reconhecidas, anulam-se no processo de constituição da identidade nacional e do sujeito que ela pressupõe. (BALDINI, 2005, p.80)

Essa administração dos conflitos de língua corroborará a publicação, na década de 70, do *Novo Dicionário Aurélio*, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, que se tornaria o dicionário oficial do Brasil, num período de pouca produção lexicográfica no país (GUIMARÃES, 1996).

Sobre os dicionários, recorro a Nunes (2006) para tomá-los como um objeto de consulta, que apresenta significados das palavras com certitude do saber de um especialista e eventualmente com a legitimidade de autores reconhecidos que abonam as definições. O dicionário se constitui, dessa maneira, como uma obra de referência, à disposição dos leitores nos momentos de dúvida e de desejo de saber. “Trata-se de um dos lugares que sustentam as evidências dos sentidos, funcionando como um instrumento de estabilização dos discursos” (*idem, ibidem*, p.11).

Constituindo-se como um espaço imaginário de certitude, sustentado pela acumulação e pela repetição, o dicionário é um material interessante para se observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas. “(...) ele tem sua historicidade: ele se reproduz, se transforma, se renova e se atualiza” (NUNES, 2006, p.11).

De acordo com Nunes (2006), os dicionários ocupam um lugar peculiar na história das ciências da linguagem, pois concordando com Auroux (1992) quanto à afirmação de que as listas de palavras tenham sido as primeiras técnicas lexicográficas, estes seriam abordados, de certo modo como uma das mais antigas formas de saber linguístico.

Nesse sentido, importa mencionar que foram necessários muitos séculos para que se chegasse à concepção moderna do dicionário como um instrumento que se utiliza para (re) conhecer a própria língua (NUNES, 2006).

Remontando à minha filiação teórica, concordo com Nunes (2006) na medida em que o autor afirma que os estudos discursivos e de história das ideias linguísticas trazem condições metodológicas para se ler com outros olhos os dicionários e as gramáticas, lugares eficazes de descrição das línguas, importantíssimos para a sua

reprodução, transformação e circulação na sociedade. E, ousou me valer das indicações de Guimarães (1996), Orlandi (2001) e Nunes (2006/2008) para colocar a mídia nesta mesma esteira de compreensão.

Desse modo, busco efetuar uma leitura da produção midiática na mesma direção daquela proposta por Nunes (2006) quanto aos dicionários: um lugar de consulta sobre a língua que

se difere de uma ‘consulta’ habitual pelo fato de ela estar baseada em um método, a saber o método da Análise de Discurso (AD) na articulação com a História das Ideias Linguísticas (HIL). Ler o dicionário [e, também, os manuais] com esse olhar metódico leva a observar e a compreender o modo como ele[s] produz[em] sentidos em certas conjunturas, levando-se em conta sua materialidade discursiva. (*idem, ibidem*, p.15)

Tomando a mídia por esse viés, acredito ser relevante pensar o manual de redação enquanto um efeito de práticas exercidas em determinadas conjunturas; como tendo uma história. Assim, ele seria capaz de construir e atualizar uma *memória*, reproduzir e deslocar sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos.

Observar o manual em sua singularidade histórica, nos permite “escutar no seu dizer os seus silêncios, entendidos seja como possibilidades de significação seja como interdição de sentidos”. Vale lembrar que as “marcas dessa historicidade estão presentes na materialidade do (...) [manual] e nos permitem observar as mudanças de uma conjuntura a outra” (NUNES, 2006, pp. 18 e 19).

Um manual, nesse sentido, “nunca é completo e nem reflete diretamente a realidade, pois ele corresponde a uma projeção imaginária do real: de um público leitor, de uma concepção de língua e de sociedade” (NUNES, 2006, p. 19).

Assim, consoante Nunes (2006), definir palavras, suas significações e empregos, ações próprias aos manuais de redação, corresponde ao esquecimento de que se está definindo, ao mesmo tempo, o sujeito em seu lugar social, pois as formas linguísticas utilizadas para essa proposição dizem algo a respeito dos sujeitos que dela se utilizam, uma vez que acabam por dizer a sociedade, espaço imaginário construído por meio dos enunciados lexicográficos.

Pensando, assim, o manual de redação de empresas jornalísticas, me parece poder ser tomado como um espaço de *memória discursiva*; um trabalho sobre o já-dito, um trabalho de seleção, reformulação, retomada, ruptura.

Nesse meandro, um estudo histórico-discursivo permite-me compreender os processos de produção dos verbetes, das *paráfrases* de um a outro, a constituição de um discurso por sua estruturação e por sua textualidade, remetendo o enunciado a um espaço de *memória* e descrevendo as reinscrições, as atualizações, as denegações de sentido, tal qual formulado por Nunes (2006).

Considerar um manual de redação como um instrumento tecnológico implica concebê-lo como uma alteridade para o sujeito que dele se utiliza; alteridade que se torna uma injunção nos processos de identificação, interferindo na relação que este sujeito entretém com a língua em determinadas conjunturas (NUNES, 2006).

Remontando e deslocando os postulados de Auroux (1992), ao conceber a mídia como um objeto não-natural, não-inato, não-hereditário, mas sim como um instrumento que prolonga a competência dos ‘locutores’; não se trata de uma simples descrição da

linguagem natural, mas de uma extensão do conhecimento linguístico do sujeito, permitindo-lhe uma expansão de seu saber ao mesmo tempo em que corrobora uma homogeneização da língua e fixação de seus usos.

É necessário compreender também que um saber linguístico é atravessado constitutivamente pela ideologia, pois no caso da mídia há diferentes produções textuais que trazem certos sentidos enquanto outros são silenciados. Desse modo, ver a mídia, em sua relação com uma tecnologia que lhe é própria – o manual, funcionando em meio à sociedade e no batimento com a história a transforma em um objeto vivo, parte de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições e sua ordem cotidiana (ORLANDI, 2001).

Além de ser considerado um objeto histórico, a mídia é também um objeto político, pois acaba por administrar a produção linguística dos sujeitos jornalistas, excluindo da língua seu real, construindo um efeito imaginário de unidade linguística, que chega à sociedade e à escola legitimado por uma ilusão de neutralidade e objetividade.

Pfeiffer<sup>20</sup> aponta, no entanto, que este

é um efeito necessário. O problema está em tomar estes instrumentos como a própria língua, sem atravessar seus efeitos imaginários. Fazendo com que tudo o que não se encontra neles contemplado seja dito no lugar do erro (...) Estes instrumentos devem ser colocados na posição daquilo que constrói um lugar sistemático para o exercício (a prática) da metalinguagem. Os dicionários, as gramáticas, os manuais de redação, a própria mídia impressa, não são A língua portuguesa falada no Brasil. Não há sequer possibilidade de linguagem para se alcançar a totalização do que é a língua (...).

---

<sup>20</sup> Para conferir o texto completo escrito por Claudia Pfeiffer para a Enciclopédia Discursiva da Cidade, acesse <<http://www.labeurb.unicamp.br/endici/>>

Além disso, é preciso observar que, de acordo com Silva (2001), a mídia tem tido papel relevante na escola, naquilo que se refere ao aprendizado da língua escrita, no Brasil, pois, a padronização das questões de linguagem realizada pela mídia afeta diretamente a relação dos sujeitos com a língua.

Acredito ser necessário apontar para o fato de que, para Silva (2001), a escola é uma instituição atravessada pelas suas contradições, assumindo compromissos quanto aos seus embasamentos teóricos, ao seu espaço circunvizinho e às transformações tecnológicas corporificadas pelas mídias, que se renovam.

Pensando esse espaço da mídia e suas tecnologias, observo que os manuais de redação se afirmam junto às questões de língua, primeiramente, como resultado de uma necessidade interna das empresas jornalísticas e depois como uma referência para o grande público. Segundo Silva (2001), a escrita de um manual se produz em meio a um espaço discursivo de articulação entre o domínio da língua, ou da gramática, e a prática do jornalismo, funcionando na instabilidade de distinções entre três diferentes esferas normativas: a esfera ética-política, que age sobre a profissão do jornalismo, em sua atuação na sociedade; uma esfera de estilo, própria do texto jornalístico; e, a esfera gramatical, como norma geral da língua.

Ademais, a autora afirma que os manuais, na dimensão histórica do cotidiano jornalístico no Brasil, remetem a uma questão de autoridade do jornalismo, já que trabalha a partir de uma visão própria da língua, que consoante uma experiência cotidiana, significa o jornalismo de tal modo que o permite falar com autoridade sobre a língua, numa forte relação com a gramática do português no Brasil, que implica a aprendizagem da língua escrita na escola.

Vejo que este tipo de publicação resulta em um tornar públicas as normas jornalísticas e acessíveis a língua e suas normas gramaticais, ao sujeito da/ à língua, que frequenta a escola. Sobre isso, Silva (2001) aponta para a necessidade de compreendermos que a prática de escrita jornalística se coloca hoje como uma referência de texto, comum a todo sujeito-escritor, a partir de duas *posições-sujeito*: a de um profissional, cuja prática escrita está inserida na sociedade como uma atividade sistemática, e a de um brasileiro escolarizado, ao qual esses manuais podem auxiliar nas suas dificuldades com relação à escrita.

Desse modo, a imprensa acaba sendo configurada como um lugar institucional que pode falar da língua, constituindo-se em uma referência qualificada, já que para Silva (2001, p.287),

O uso dos manuais de redação pressupõe um escritor enquanto profissional e enquanto brasileiro escolarizado, em duas diferentes posições de sujeito, que se encontram em relação de contradição com as potencialidades da escrita a partir da escola. É um escritor na medida em que é escolarizado, que se supõe nele determinada relação de dúvidas e faltas com a língua. A produção/publicação dos manuais aponta ao mesmo tempo para uma formação da escola que funciona e uma formação que não funciona.

Nesse sentido, o manual parece-me realizar um determinado recorte sobre a língua descrita em sua totalidade nos instrumentos de gramatização, enunciando a partir de um lugar de sistematização da língua, sustentando práticas de leitura e de escrita, numa relação forte com as instituições, o que me proponho a discutir a seguir.

## CAPÍTULO III – DA DISCURSIVIZAÇÃO DO GRUPO FOLHA, DOS MANUAIS DE REDAÇÃO E DE MEU MOVIMENTO ANALÍTICO

### 1. *Folha de S. Paulo*: uma história comentada

Em meu trabalho, a noção de *condições de produção* (CP) (PÊCHEUX, 1990) corrobora a construção de um percurso que permite compreender os meios de produção e circulação de um discurso pensando que é no momento em que a língua se oferece ao equívoco, à falha, ao deslocamento, que muitos sentidos transbordam.

Consideradas num sentido amplo, as CP incluem o contexto sócio-histórico-ideológico, alinhado ao conceito de *formação discursiva*, entendido como “o lugar da constituição do sentido” (PÊCHEUX, 1997, p.162), como “aquilo que numa *formação ideológica* dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2003, p.43).

Desse modo, compreender que os sentidos não existem em si, mas são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo, implica salientar que, no caso da mídia impressa, é sempre necessário que consideremos um efeito discursivo que ancora o jornalismo num ideal de informação, em meio às relações de direitos e deveres dos cidadãos que tanto devem manter-se informados quanto devem ter acesso às notícias.

Acredito ser possível afirmar que este efeito discursivo tem sua historicidade marcada por dizeres, por formas e sentidos que se delineiam por meio da e na linguagem, formulando-se e tomando corpo, tal qual expresso por Orlandi (2005). Nesse sentido, a busca pelas CP do discurso não pode desconsiderar os aspectos sócio-históricos e ideológicos “dos bastidores da encenação dos sujeitos e dos sentidos” (ORLANDI, 2005, p. 95), pois suas posições e o modo como a ideologia enquanto prática os interpela são determinantes para o meu processo analítico.

Assim sendo, ao propor descrever os mecanismos formais que constituem o processo de produção de um determinado discurso, Pêcheux (1990) afirma ser necessário realizar certa ligação entre as circunstâncias de um discurso e o seu processo de produção, trabalhando sob a injunção de que o sócio-histórico e o linguístico se relacionam de maneira constitutiva e não periférica, e, de que o que liga o dizer a sua exterioridade lhe é constitutivo.

No texto *‘Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens’*, publicado na Revista *Langages* 62, em 1981, Jean-Jacques Courtine discute a questão das CP.

Para o autor, as origens dessa noção são de três ordens: primeiramente, a *análise de conteúdo* praticada em psicologia social que, na tradição dos trabalhos de Berelson (1952), assume explicitamente como objeto de análise as ‘condições de produção dos textos’; uma segunda origem seria a *sociolinguística* e tratar-se-ia de uma origem indireta, pois visa a colocar em evidência o caráter sistemático da covariância de estruturas linguísticas e sociais e, eventualmente, a estabelecer uma relação de causa e efeito, admitindo como variáveis sociológicas o estado social do emissor, o estado

social do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação e os objetivos do pesquisador. Gespín (1971, p. 19) reconhece aí as variáveis sociolinguísticas responsáveis pelas Condições de Produção do Discurso; e, no texto de Z. Harris (1952), *Discourse Analysis*, se situa a terceira origem dessa noção, uma origem implícita, uma vez que o termo não aparece *ipsis litteris* no artigo, mas se encontra o termo *situação*, posto em correlação com o de discurso, já que apenas as frases de um discurso seguido poderiam ser consideradas, isto é ‘as que foram pronunciadas ou escritas umas após as outras por uma ou várias pessoas em uma só situação’ (HARRIS, 1969, p. 10 *apud* COURTINE, 1981, p. 20).

Conforme Courtine, essas três formulações parecem apontar para aquilo que a linguística conhece, hoje, como sujeito da enunciação e situação de enunciação. Tudo isso caracteriza um estado de partida para transformações.

A noção de CP, à qual me filio, conheceu sua definição geral nos trabalhos de Michel Pêcheux. Em *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, o autor refletiu sobre o discurso como estrutura e como acontecimento a partir do enunciado *On a gagné*, “tal como ele atravessou a França no dia 10 de maio de 1981, às 20 horas e alguns minutos” (PÊCHEUX, 2002, p.17), quando da eleição do presidente da República Francesa, François Mitterand.

Pêcheux (2002), partindo da tensão entre descrição e interpretação, fundamental para a análise em AD, caracterizou o acontecimento por meio das primeiras reações dos responsáveis políticos, comentários da *mass-media*, apresentação de estimativas e tabelas de porcentagem, no entanto, ponderou que o “confronto discursivo sobre a denominação desse acontecimento improvável tinha começado bem antes do dia 10 de

maio, por um imenso trabalho de formulações (retomadas, deslocadas, invertidas, de um lado a outro do campo político)” (*idem, ibidem*, p. 20).

Esse trabalho com formulações permite-me considerar os contextos anteriores ao acontecimento, os contextos mais amplos, não só imediatos. De acordo com Pêcheux ([1969] 1990), pertencem às CP o contexto e a situação, as formações imaginárias (FI) e o sujeito. Segundo ele, “existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)” (p. 82).

Eni Orlandi (2006), retomando os postulados de Michel Pêcheux, diz que as CP

por sua vez, pode[m] ser pensada[s] em seu sentido estrito e em sentido lato. Em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. Se separamos contexto imediato e contexto em sentido amplo é para fins de explicação, na prática não podemos dissociar um do outro, ou seja em toda situação de linguagem esses contextos funcionam conjuntamente. (ORLANDI, 2006, p. 15)

A autora ainda assevera que as relações de força fazem parte do modo como se estabelecem as CP, pois o lugar social do qual falamos marca o discurso e corrobora a compreensão do que teria levado o sujeito a dizer *isto* ou *aquilo*.

Partindo de meu arquivo, proponho-me a pensar as CP do processo de constituição do *Grupo Folha* que, enquanto instituição, discursiviza seu dizer nas evidências construídas sobre a imprensa e mais especificamente sobre o *Grupo*, além de tentar compreender os sentidos amplo e lato da inserção dos manuais de redação

no meio jornalístico, tanto no âmbito mundial quanto no nacional, bem como os meandros de sua produção pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Buscando, então, compreender o processo de constituição da Instituição Jornalística por mim selecionada, muitos foram os discursos com os quais me deparei. Chamou-me a atenção, no entanto, a preocupação demonstrada pelo *Grupo* em apresentar seu próprio relato histórico, em um gesto político de administrar os sentidos. Desse modo, tomo o texto disponibilizado em seu Portal Eletrônico <[www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br)> e proponho um *gesto de interpretação*<sup>21</sup>, pois compartilho da afirmação de Paul Henry (1994) de que não há evento histórico que não possa fazer sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. Além disso, valho-me, também, de comentários de autores, tais como Fausto (1995), Freitas (1999), Lins da Silva (1987; 2005), Mota e Capelato (1981), que, em diferentes momentos, se dedicaram a compreender tal processo.

A história do *Grupo Folha* é dividida por Freitas (1999) em quatro fases: a primeira de 1921 a 1930, caracterizada pelo autor pela ausência de planejamento editorial; a segunda, de 1931 a 1945, marcada para Freitas pelo início da consolidação empresarial do *Grupo*; a terceira, de 1945 a 1962, época em que, segundo o autor, ocorrera um fortalecimento da estrutura organizacional e financeira da empresa. E por fim, a quarta fase, que se iniciara em 1962, estendendo-se até os dias atuais – abrangendo o período em que a *Folha de S. Paulo*, para o autor, transformara-se num dos periódicos do país com maior índice de circulação.

---

<sup>21</sup> Tomando como base as reflexões de Pêcheux (1969), para quem gestos como assobios, vaias, aplausos, atirar uma bomba são gestos simbólicos, que intervêm no real do mundo, Orlandi (2004) define o conceito de *gestos de interpretação*, pensando a interpretação como um ato simbólico que intervêm no real do mundo; uma prática discursiva com suas consequências; um gesto que intervêm no real do sentido.

Consultando o *Círculo Folha*, link destinado à história da empresa, consta que, em 19 de fevereiro de 1921, o jornal *Folha da Noite*, fora criado, por Olival Costa e seu sócio Pedro Cunha. Segundo Mota e Capelato (1981), a ideia era lançar um jornal vespertino, que não concorresse com os já existentes, e que pudesse atrair os leitores das classes médias urbanas, principalmente, os pertencentes ao funcionalismo público e ao segmento do pequeno comércio e, quiçá, a classe operária, uma vez que o projeto do jornal o concebia como um veículo de visão urbanística transformadora, diferente dos ideais predominantes na oligarquia agrária que governava o país. As páginas do *Círculo Folha* informam ainda que o jornal lançou campanhas pelo voto secreto, apoiou o tenentismo e o Partido Democrático e que nessa época, a Redação era instalada em uma sala, à rua São Bento, 66-A, no segundo andar de um prédio, na cidade de São Paulo e a impressão era feita nas oficinas de *O Estado de S. Paulo*, à Rua 25 de março.

Não deixa de me chamar a atenção ver uma conjunção espacial entre a *Folha* e o *Estadão* que, na atualidade, funcionam como lugares distintos que, aparentemente, remeteriam a sentidos diversos sobre as “notícias”, à disputa por espaço, por público e por popularidade, embora compreenda também que à época, houvesse uma diferença quanto às empresas que escreviam e as que produziam o jornal em sua forma impressa.

Além disso, pensar a localização da Redação e da Oficina de impressão junto à região da Rua 25 de Março remete-me ao sentido de que embora batizada em homenagem ao dia em que fora promulgada a 1º Constituição Federal do Brasil, em 1824, esta localidade encerraria em si outro funcionamento: mais que homenagear uma Constituição, o nome da Rua guardaria relações com a noção de limitação de poderes

e funções de uma entidade política; o jornal estaria, desse modo, colocado entre o governo e o povo; entre as noções de dever e direito garantidas pela Lei maior de um país. O jornal convoca essa *memória* em seu endereço institucional.

Lendo os trechos do relato, o leitor é informado de que em 1925, o jornal se muda para um casarão na Rua do Carmo, 7-A, onde funcionam as oficinas, a Revisão, a Redação e os escritórios da administração e de que, em julho do mesmo ano, é criado o jornal *Folha da Manhã*, edição matutina da *Folha da Noite*. Acredito ser relevante mencionar que essa mudança espacial ocorre após a Revolução Paulista de 1924, que tomara a capital paulista por vinte e três dias, bombardeando o Palácio dos Campos Elíseos, sede do governo na época, muito próximo ao local da antiga Redação do *Grupo Folha*.

De acordo com esses escritos, em janeiro de 1931, o jornal é vendido para Octaviano Alves Lima, cafeicultor, que priorizava a defesa dos interesses dos cafeicultores paulistas, defendia o liberalismo e se opunha ao Estado Novo, representado pela figura de Getúlio Vargas; oposição devida, muito provavelmente, à ordem de Vargas para que todo o estoque de café brasileiro fosse destruído após sua tomada do Governo, num movimento de controle da produção cafeeira (FAUSTO, 1995).

Além disso, o *Círculo* informa que, nessa época, a tiragem diária dos dois jornais subira de 15 mil para 80 mil exemplares, crescimento que talvez guarde relações com o intenso crescimento da indústria e conseqüente urbanização do país (FAUSTO, 1995).

Em meio a essa nova conjuntura social, considerando-se também o aumento da participação da burguesia na vida política do país, bem como o crescimento de uma

classe operária (FAUSTO, 1995), a separação entre os jornais parece traduzir a preocupação em conquistar o maior número de leitores possíveis a partir de diferentes publicações. Além disso, afirma-se que, nessa época, o nome da companhia é alterado para *Empresa Folha da Manhã*; designar o *Grupo Folha* como *empresa* implica uma rede de significação em que trabalham os sentidos de um empreendimento para a realização de um objetivo; de uma organização econômica, civil ou comercial, constituída para explorar determinado ramo de negócio e oferecer ao mercado bens e/ou serviços<sup>22</sup>, estratégias de venda e marketing, produzindo, inclusive, um efeito de permanência, solidez e independência muito fortes, diferentemente – e apagando – de sentidos postos pelos periódicos do século XIX, que por possuírem um funcionamento pontual, traziam à tona assuntos polêmicos e efemeramente desapareciam. Assim, faz parte da construção do jornal como *marca*, como mercadoria e serviços identificados e distintos de outros produtos concorrentes, como algo a ser pedido no momento da compra, um nome que permaneça.

Ainda a partir da história disponibilizada no site, se faz saber que, quinze anos mais tarde, o controle acionário da empresa passa para as mãos de José Nabantino Ramos, denominado como um advogado afinado com a nova estrutura mundial e com as demandas comerciais, que fora capaz de redimensionar aspectos do jornal, tanto no aspecto político, quanto gráfico. Novas máquinas foram importadas, dentre elas a rotativa *Goss Headliner*, que permitia a impressão de 100 jornais por segundo, viabilizando o fechamento de uma edição em uma hora e meia.

Nabantino, segundo as informações do *Grupo*, teria garantido a adoção da imparcialidade como política redacional e, ano a ano, até 1953, a unificação das

---

<sup>22</sup> Cf. Dicionário Houaiss Online

instalações da impressão, da redação, da administração, da publicidade e da composição – fato que nos permite retomar a ideia de linha de produção Fordista (MORAES NETO, s.d.); uma empresa com empregados especializados, que em uma linha de montagem produziriam ‘um produto acabado’, no caso em análise, o jornal pronto para ser comercializado: *isento e comprometido com a verdade, com a democracia, com a liberdade*<sup>23</sup>.

Seguindo uma linha mercadológica – que divide o público consumidor – o jornal *Folha da Tarde* é lançado em 1949, seguido da unificação, em 1º de janeiro de 1960, dos três títulos da empresa, dando início à era do jornal *Folha de S.Paulo*. Parece-me que essa integração entre os títulos ocorre, em grande parte, pela necessidade de criação de um jornal ‘mais completo’, capaz de competir com os sentidos de imediatismo e completude das informações apresentadas pela televisão, recém-inserida na sociedade brasileira.

De acordo com o texto em questão, em 1962, sai o advogado Nabantino para que cheguem os empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho e assumam o controle acionário da *Empresa Folha da Manhã*. Para Lins da Silva (1987), a empresa assumida por Octavio Frias e Caldeira Filho estava em sérias dificuldades econômicas, o que lhes fizera dedicar um período de aproximadamente cinco anos para reorganizá-la do ponto de vista financeiro e administrativo.

Daí para frente uma quantidade enorme de acontecimentos significados enquanto poder, modernidade, crescimento, desenvolvimento econômico e liderança são relatados pelo *Grupo* como parte de sua história: a incorporação do jornal *Notícias*

---

<sup>23</sup> Quando recupero a marca FSP, em seus diferentes slogans, trabalho com as designações possíveis a partir de uma memória discursiva sobre o *Grupo* em que figuram nomes já-ditos a serem lembrados, atualizados.

*Populares*, jornal que começara a circular em 1963, com o intuito de atingir camadas mais populares; a volta da circulação da *Folha da Tarde*; uma revolução tecnológica e a modernização de seu parque gráfico; o pioneirismo na impressão offset em cores; a introdução do sistema eletrônico de fotocomposição; a participação no processo de redemocratização do Brasil, abrindo suas páginas ao debate de ideias que ocorria na sociedade civil, abrigando na seção *Tendências/Debates*, textos de intelectuais e políticos perseguidos pelo regime militar, entre outros.

A partir de 1974, com a empresa reestruturada, Frias dedicara maior atenção à redação do jornal, empreendendo linha editorial mais aberta, tal qual expresso por Lins da Silva (1987), preocupada com os problemas das desigualdades sociais e com a ideia de manter o jornal independente. Com a morte de Caldeira, no início da década de 80, Frias passara a liderar sozinho a empresa e opera a transição da presidência do *Grupo* para seu filho. Segundo Freitas (1999), a mudança de comando instaura outro ritmo de crescimento ao *Grupo*, caracterizado pelo fortalecimento da integração horizontal e por iniciativas que levaram à diversificação multimidiática .

Para Freitas (1999), é deste período o desenvolvimento de uma filosofia que marca a *Folha* até os dias atuais: investimentos na qualidade do produto, implantação do Projeto Folha e forte ação de marketing. Parafraseando as palavras deste autor, essa fora a primeira vez em que uma empresa delimitara uma estratégia mercadológica para um jornal/produto no Brasil, fato que acabara por desencadear ações neste âmbito, acirrando a concorrência e possibilitando espaços para debates sobre qual a natureza e as funções do jornal na sociedade brasileira.

Além disso, a criação do Banco de Dados da *Folha de S.Paulo* Ltda coloca-se como um marco para a produção jornalística da empresa, pois a constituição de um

arquivo como este, permite uma movimentação pelos textos e pelos sentidos já-postos, permitindo deslocamentos, atualizações e a produção de novas significações a partir de um trabalho entre língua, *memória* e história.

Esses acontecimentos somados a dados estatísticos são apresentados como argumento para sustentar a evidência da liderança dessa empresa na imprensa diária brasileira como o jornal de maior circulação do país.

Nessa história administrada pela *Folha*, um documento de circulação interna "A *Folha* e alguns passos que é preciso dar", de junho de 1981, é apresentado como a primeira sistematização de um projeto editorial, fixando três metas: informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos.

Nesse relato institucional, afirma-se que em 1983, a *Folha* se torna a primeira redação informatizada na América do Sul com a instalação de terminais de computador para a redação e edição de texto. Ademais, o advento da informação permite uma nova relação com o leitor do jornal: cria-se o *Datafolha*, instituto de pesquisa de opinião pública e de mercado, responsável pelo levantamento de temas de "interesse dos leitores" e por fornecer informações à produção editorial. A inserção da tecnologia no campo do jornalismo, parafraseando e deslocando os dizeres de Auroux (1992), não deixa intacto este espaço de comunicação.

Acredito ser possível retomar Pêcheux (1994) quando refiro-me às demandas de 'objetividade' para o tratamento de 'dados' textuais, vindas de diversos setores da sociedade (Igreja, Estado, Mercado), já que tais encontram legitimidade através de uma referência à 'ciência' e têm, na informática, suas condições materiais de realização. Para o autor, a difusão maciça da informática para esses fins abre a possibilidade de

*expansão* dos privilégios ‘literários’ da leitura para outros setores como os discursos políticos e publicitários, lugares em que a prática da ‘leitura literal’ se mostraria suficiente.

Retornando ao relato da *Folha*, um segundo documento de circulação interna, datado de junho de 1984, comparece nessa produção de linearização de sua história: “A *Folha* depois da campanha Diretas Já”. O modelo proposto pela empresa por meio desse documento é o de *um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno*.

Nesse meandro, a *Folha* implanta o Manual da Redação. Consoante as informações obtidas no *Círculo Folha*, pela primeira vez, um manual de jornalismo “condensa[ria] uma concepção de jornal, da política editorial às fases de produção”; fato discursivo fundamental -, uma vez que estabiliza na *Folha* o sentido de um controle absoluto sobre seu produto final: a verdade objetiva relatada nas notícias em prol da liberdade e da democracia.

Além do Manual, dois projetos editoriais são publicados pela empresa: um em julho de 1985, por meio do qual a *Folha* indica sua busca pela implantação de um jornalismo de serviço e a adoção de novas técnicas visuais; e outro, em setembro de 1986, no qual a empresa apontaria as principais preocupações acerca da obtenção de informação exclusiva e excelência de produto.

Novas diretrizes são estabelecidas a partir de agosto de 1988, por meio de um texto interno que tratava do aumento da concorrência. A partir daí mais uma nova série de relatos, sustentando uma rede de significação que estabiliza a *Folha* na modernidade, no sempre crescimento, desenvolvimento econômico e na liderança, é colocada na história contada pelo *Grupo*: a informatização do Banco de Dados (a repetição dessa notícia atualizada no sentido de modernidade continuamente

conquistada é muito significativa), com a criação de uma base de dados em convênio com a Editora Abril; a reorganização do noticiário em novos cadernos diários - *Ilustrada, Brasil, Mundo, Dinheiro, Cotidiano e Esporte*; a circulação da Primeira Página colorida; a criação de cadernos extras - Mais! e a Revista da *Folha*; a inauguração da versão totalmente computadorizada da *Folha*; a manutenção de um banco de imagens digital; o comércio de seu serviço noticioso 24 horas por dia; o investimento em uma política de fascículos encartados ao jornal; as citações no *Guinness Book* por ser o primeiro jornal brasileiro a superar a tiragem de 1 milhão de exemplares e jornal de maior circulação no Brasil, a liderança no segmento de classificados em jornais; o lançamento do *Universo Online*, o primeiro serviço online de grande porte no país, que permite a ligação com o Banco de Dados para pesquisa, por busca de palavras, de textos integrais publicados na *Folha* e a posterior fusão do *Grupo Folha/Universo Online* com o *Brasil Online* (Grupo Abril), constituindo uma nova empresa, o *Universo Online S.A.* O sentido de liderança configurado pelo de completude é muito forte nessa tessitura narrativa construída institucionalmente pelo *Grupo Folha*.

Continuando meu *gesto de leitura* do texto proposto pela empresa, se nos apresenta um *novo* projeto editorial (1985) sustentado em reflexões sobre a situação atual do jornalismo e uma manifestação de intenções para o futuro do jornal: *a busca por um jornalismo mais interpretativo, complexo, desestatizado e humano*. Atualiza-se uma *memória*. Não há mais *condições de produção* para que a objetividade da realidade se dê na evidência dela mesma, passando a funcionar na evidência da interpretação como isenta e a-histórica (negando o político), materializada na necessidade de uma desestatização e de uma humanização do jornalismo.

Compartilhando o ideal empresarial, buscando certificações para seus serviços, a *Folha* obtém o certificado de qualidade ISO 9002, do BVQI (Bureau Veritas Quality International), órgão internacional escolhido para ser o certificador.

Ademais, a ideia de pesquisa de mercado pode ser compreendida a partir da convocação do público, em 1999, para a escolha do nome do novo jornal que seria lançado em substituição à *Folha da Tarde*: nesse gesto nascia o jornal *Agora* que, segundo a empresa, tem apresentação gráfica moderna e inédita, é direcionado à família do trabalhador paulistano e se propõe a ser um guia útil para o leitor no enfrentamento das dificuldades do dia-a-dia.

Em um movimento regular de construção do texto sobre sua história, o Grupo *Folha* retoma o elenco de *acontecimentos*: o *UOL* se consolida como maior provedor de Internet do país, é eleito a "Empresa mais admirada do Brasil" pelo Prêmio Info Exame de 1999 e é o ganhador, pelo terceiro ano consecutivo, nas categorias de melhor site e melhor provedor, recebe o prêmio Grand Prix do júri oficial na 5ª edição do iBest e é premiado nas categorias Portal e Provedor, pelos júris oficial e popular; os jornais publicados pela empresa seguem a tendência canadense e americana e mudam de tamanho - a largura das páginas é reduzida em uma polegada, o equivalente a 2,54 cm (cada página passa a medir 31,75 cm de largura por 56 cm de altura e a largura da área impressa diminui de 33 cm para 29,7 cm); a realização, na Câmara dos Deputados, em 22 de fevereiro de 2000, de sessão solene em homenagem ao *Grupo Folha* e ao seu publisher, Octavio Frias de Oliveira; a apresentação do *Folha WAP*, serviço que disponibiliza o noticiário e serviços da *Folha Online* para telefones celulares; a ampliação do grupo de colaboradores da *Folha Online*; o lançamento de novos canais na sua home page, como *Pensata*, que reúne artigos de vários colunistas, *Círculo*

*Folha*, com informações variadas sobre o *Grupo Folha*, e *Almanaque*, site produzido pelo Banco de Dados que *resgata textos de valor histórico* (prática da seleção e do recorte da *memória* e da interpretação tão bem compreendida por Pêcheux (1994)) publicados nos jornais do *Grupo*; o início da circulação do jornal *Valor*, especializado em economia e produto da associação do *Grupo Folha* e da Infoglobo Comunicações, que publica *O Globo* e a apresentação, aos leitores *da Folha*, de um novo projeto gráfico, com o objetivo de tornar mais clara a hierarquia das notícias.

A *História da Folha*, por ela mesma, contada na página do *Círculo Folha*, encerra-se com os fatos de 2000. Acontecimentos relevantes como as mortes de Octavio Frias de Oliveira, proprietário do *Grupo Folha*, em 29 de abril de 2007 e de sua esposa, Dagmar Frias de Oliveira, em 27 de junho de 2008, apenas figuram entre as notícias publicadas de modo rotineiro pelo jornal.

No entanto, a comemoração dos 80 anos de existência da empresa instaura um novo momento de significação para o *Grupo Folha*: uma página virtual, denominada *Tudo sobre a Folha*<sup>24</sup>, em que os fatos sobre a fundação da empresa são retomados e apontamentos sobre o futuro do *Grupo* são feitos.

Ao ler-se o texto *O jornalismo como crise permanente*, de Fernando de Barros e Silva, disponível neste portal, observa-se certa preocupação da empresa em colocar-se em posição de escrever para um público cada vez mais especializado, inserido numa “sociedade civil diferente, pulverizada, (...) e flexível”. Ademais, “atitudes mais agressivas e independentes, no sentido de desatrelar o noticiário de um oficialismo que, mesmo quando não faz parte da cultura do jornal, como é o caso da *Folha*, se instalou

---

<sup>24</sup> Esta página está disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/>>

de modo subliminar e quase imperceptível na maneira com que olhamos para as coisas", também são apontadas como passos a serem dados para o futuro do *Grupo*.

Os 90 anos do *Grupo* também deram margem à construção de um site *Folha 90 anos* que fizera uma retomada das 30.000 publicações feitas pelo jornal – o aniversário da *Folha* fora marcado pelo momento em que se consolida a fusão das plataformas impressas e on-line do *Grupo* e a disponibilização de todo o acervo de publicações do *Grupo* ao leitor, por meio de um banco de dados no site *Folha.com*, ocorrências que contribuíram para a exaltação pública de outros movimentos pioneiros da empresa, até então não apresentados em páginas dedicadas à sua história, a saber: a presença de mulheres na Redação e na linotipia<sup>25</sup>, em 1920, remontando a uma visão mais igualitária perante aos sexos, em uma época em que sequer o direito ao sufrágio era dado às mulheres; a profissionalização do meio jornalístico, por volta de 1950, caracterizada tanto pela publicação do *Programa de Ação das Folhas*, quanto pela adoção de concursos para preencher vagas, avaliações internas, distribuição de prêmios por desempenho e controle de erros; a circulação diária dos exemplares da *Folha*, a partir de 1962; a deferência ao público infantil feita pela criação do caderno *Folhinha*, em 1963; a criação das editorias *Educação*, em 1973, e *Ciência*, em meados dos anos 80; a inovação da divisão em cadernos, ocorrida em 1987; a contratação de um Ombudsman, um jornalista para ser o ouvidor e 'advogado do leitor', em 1989; a instauração da seção fixa do *Erramos*, em 1991; chegando às mudanças editoriais realizadas em 2010.

---

<sup>25</sup> Consultando o Dicionário Houaiss on-line, é possível saber que o verbete linotipia é significado como um sistema de composição e impressão por meio de linotipo, que se constitui enquanto máquina que funde em bloco cada linha de caracteres tipográficos, composta de um teclado, como o da máquina de escrever.

Além disso, a busca pelos sentidos de inovação, novidade e renovação, perpassam o texto escrito pelos jornalistas, chegando à publicação de quatro capas especiais, em 19 de fevereiro de 2011, em que a imagem da capa ANOS 20 traz a modelo em trajes da época e recorda a criação da *'Folha da Noite'* em 1921, origem do jornal; a versão dos ANOS 60 remete ao lançamento da *Folha de S.Paulo*, núcleo do atual conglomerado de empresas; a página dos ANOS 80 lembra as inovações feitas pela *Folha*, que a transformaram no maior jornal do país (segundo seu próprio discurso); e, a capa dos dias de HOJE, em que a modelo com a edição do dia 16 de fevereiro de 2011 em mãos sinaliza a renovação do jornal e a integração das plataformas.

A utilização da figura feminina em todas essas capas, remonta-me a um conjunto de formulações possíveis sobre o pioneirismo, sobre o estabelecimento de uma posição de enunciação para o *Grupo Folha* que se dá a partir de ideias como a de igualdade, já que a mulher, sempre pautada em nossa sociedade como uma figura à qual são cerceadas determinadas ações, está posta em uma relação de representação da figura do leitor do jornal; de modernidade, pois a figura feminina acaba sendo significada pelas vestimentas, pela atualização das formas dos vestidos e das saias para o moderno das calças, que de certa maneira, também guarda relações com a questão da igualdade, além de cores e formas que acabam por nos fazer retomar enunciados possíveis acerca das épocas que cada figura representa.

★ **FOLHA DE S. PAULO**  
★ SÁBADO, 19 DE FEVEREIRO DE 2011

**90**  
anos

*Folha da Noite*

**90 GRANDES REPORTAGENS**  
Confira textos e fotos que fizeram história  
Pág. 3 ▶

**SUA EXCELÊNCIA, O LEITOR**  
90 pessoas de idades e gostos variados falam sobre a Folha  
Pág. 14 ▶

**MEU CASO COM A FOLHA**  
90 colunistas comentam sua ligação com o jornal  
Pág. 25 ▶

Modelo com traje dos anos 20 da edição da "Folha da Noite", um dos jornais que deram origem à Folha

toda a  
**Folha**

JORNAL LANÇA NA INTERNET ACERVO INTEGRAL, COM AS EDIÇÕES DESDE 1921  
Pág. 2 ▶

Figura 1 – Capa comemorativa – ANOS 20

**FOLHA DE S. PAULO**  
 ★ SÁBADO, 19 DE FEVEREIRO DE 2011

**90**  
 anos

**90 GRANDES REPORTAGENS**  
 Confira textos e fotos que fizeram história  
 Pág. 3 ▶

**SUA EXCELÊNCIA, O LEITOR**  
 90 pessoas de idades e gostos variados falam sobre a Folha  
 Pág. 14 ▶

**MEU CASO COM A FOLHA**  
 90 colunistas comentam sua ligação com o jornal  
 Pág. 25 ▶

Modelo com trajes dos anos 60 exibe edição da Folha

**1ª FOLHA DE S. PAULO**  
 do jornal a serviço do Brasil

**DIPLOMATAS SOVIÉTICOS PRECONIZAM ENTREVISTA KENNEDY-KHRUSHCHEV**

**Folha** *toda a*

**Folha**

JORNAL LANÇA NA INTERNET ACERVO INTEGRAL, COM AS EDIÇÕES DESDE 1921

Pág. 2 ▶

Figura 2 – Capa comemorativa – ANOS 60



Figura 3 – Capa comemorativa – ANOS 80

\* FOLHA DE S. PAULO  
 \* SÁBADO, 19 DE FEVEREIRO DE 2011

**90**  
 anos

**FOLHA DE S. PAULO**  
 Dilma e Obama assinaram  
 tratados de cooperação

**90 GRANDES REPORTAGENS**  
 Confira textos e fotos que fizeram história  
 Pág. 3 ►

**SUA EXCELÊNCIA, O LEITOR**  
 90 pessoas de idades e gostos variados falam sobre a Folha  
 Pág. 14 ►

**MEU CASO COM A FOLHA**  
 90 colunistas comentam sua ligação com o jornal  
 Pág. 25 ►

Modelo com edição recente da Folha

**Folha** *toda a*  
**Folha**

JORNAL LANÇA NA INTERNET ACERVO INTEGRAL, COM AS EDIÇÕES DESDE 1921 Pág. 2 ►

Figura 4 – Capa comemorativa – HOJE

Remontando às mudanças editoriais ocorridas em 2010 sou exposta a uma gama de textos explicativos disponíveis no site *Folha.com*, no entanto, direciono meu olhar para a existência de um documentário denominado '*O Jornal do Futuro*', em que a todo o tempo retomam-se as formulações próprias à enunciação 'futuro do jornal' e a designação 'jornal do futuro', contrapondo-se imagens da modernidade da cidade ao bucólico do canto de pássaros como fundo musical.

É nessa confluência que se apresenta o atual momento da Redação da *Folha*, um espaço discursivo que não mais se separa entre o on-line e o impresso; um espaço que fora redesenhado buscando, segundo o líder do novo projeto editorial, Sérgio Dávila, a concorrência com outras mídias, a partir de um tripé de ações: a necessidade de furos e informações exclusivas, textos sintéticos e analíticos, em pouco espaço e em um esforço colaborativo.

Estruturalmente, a *Folha* sofrera com este novo projeto editorial mudanças quanto às letras utilizadas, que além de pertencerem à família Folha Serif, desenhada especificamente para o *Grupo*, ficaram maiores e ganharam intensidades diferenciadas de acordo com sua função no texto; quanto à identidade entre os Cadernos, sendo alguns renomeados e outros inseridos; além de novidades gráficas como o uso da cor vermelha para marcar textos mais analíticos, permitindo, tal qual asseverado por Sérgio Dávila, que o leitor escolha seu 'caminho' de leitura, se o mais rápido, pelas commodities diárias, ou, se o mais profundo, pelo viés de textos mais interpretativos.

Essa dupla possibilidade, do sintético e do analítico, reporta-se a algo maior: à escrita de textos pautados pelo olhar anglo-americano, que visa a textos breves, claros e objetivos e à escrita ao modo europeu, com textos mais elaborados, com características literárias, que demandam do leitor uma maior disponibilidade para a

leitura (CAPRINO, 2002). Sobre isso, vale retomar o documentário citado acima em um momento em que o diretor do *Grupo Folha*, Octavio Frias Filho, expõe a alguns colunistas do jornal a necessidade de se pensar no grande público, 75% dos leitores da *Folha*, que se preocupa em ter um panorama dos acontecimentos do dia anterior, procurando por textos mais curtos e informativos, ao passo que também não será deixada de lado a preferência dos outros 25% de leitores, os mais elitizados, mais exigentes, que terão cerca de 4 ou 5 textos 'com algo a mais que o enunciado commodity'.

Nesse sentido, parece-me possível dizer que embora haja essa indicativa para a produção de exemplares mais analíticos a serem publicados no jornal, vê-se ainda funcionar a busca pela padronização dos elementos linguísticos e técnicos para o discurso jornalístico, o que me permite observar, trazendo Caprino (2002) à baila, que a imprensa brasileira, de modo geral, tem buscado, ao longo de sua existência, a uniformização, a padronização de sua produção, contexto em que os manuais de redação adquirem fundamental importância.

## **2. Da inserção dos Manuais de Redação na Imprensa Brasileira**

Considerando a relevância dos manuais de redação junto à publicação de textos jornalísticos, acredito ser necessário compreender discursivamente as questões próprias a esse tipo de publicação, ocupando-me do processo de inserção desses manuais na imprensa brasileira, bem como dos meandros de seu surgimento.

Dessa forma, cumpre-me afirmar que anterior à existência de manuais de redação publicados por periódicos para orientar seus jornalistas, outras foram as obras que se pautaram pela busca da descrição do estilo jornalístico ou pela orientação, aos redatores, sobre como escrever textos. Salaverría (1997) informa que os primeiros livros que podem ser considerados manuais de redação são os tratados de Retórica do século XIX, pois já faziam referência a este tipo de redação, ainda que se ocupassem de outras questões.

No final do século XIX, surgem, nos Estados Unidos, os primeiros manuais de redação específicos para o jornalismo, destacando-se como características essenciais: a precisão, a condensação e a objetividade nesses exemplares textuais (ROCHA DIAS, 2000).

Sobre esses manuais pioneiros, Salaverría (1997) atenta para a existência de dois tipos de manuais: aqueles escritos nas escolas de jornalismo e os elaborados por editores para orientar os jornalistas de um determinado veículo.

Ainda com o autor, soube que o primeiro manual sobre redação jornalística fora publicado em 1886, escrito por Robert Luce e intitulado *Manual for Editors, Reporters, Correspondents, and Printers*. Por outro lado, o estudioso salienta que o livro *The News in America*, de Edwin L. Shuman, publicado pela Harvard University Press, em 1903, aparece fortemente citado como sendo o primeiro manual de redação jornalística, o que, segundo Salaverría (1997), possa se dever à importância dos textos escritos por Schuman para o jornalismo moderno.

Caprino (2002) afirma que os chamados *stylebooks* ou *stylesheets* pelos americanos, popularizaram-se rápida e mundialmente, com o objetivo de "fixar um

padrão mínimo e uniforme de qualidade do texto", conforme destaca Galvão (1971), além de, muitas vezes, assumirem a função de orientar quanto a outros procedimentos.

Na *Folha de S. Paulo*, de acordo com Lins da Silva (1987), jornalista que participara da elaboração das quatro edições do manual do *Grupo*, essa publicação tem tido para a empresa a função de definir o método e os procedimentos práticos que sua direção considera apropriados para atingir os objetivos especificados através do projeto.

Além disso, devo considerar que os manuais, para Lins da Silva (2000 *apud* CAPRINO, 2002), ao serem comercializados para o público em geral, têm substituído a gramática em alguns momentos, extrapolando a linguagem jornalística e servindo para a sistematização da língua como um todo, bem como se colocado como um polo de contato entre os jornais e seus leitores. Vejo aqui funcionar um fato discursivo importante para corroborar minha hipótese de que o manual em sua relação com a mídia, tomada por mim como um instrumento linguístico, acaba funcionando como referência para a relação dos sujeitos com a língua.

Pensando especificamente a conjuntura brasileira, posso apontar, como o primeiro movimento relativo à proposição de manuais de redação, a formulação feita com base na padronização estadunidense, por Gilberto Freyre, em 1920, para o jornal *A Província*, de Pernambuco (LINS DA SILVA, 1987).

A segunda proposta de um manual fora feita por Pompeu de Souza, em 1950, para o *Diário Carioca*, com base em sua experiência como professor junto ao curso de graduação em jornalismo da Universidade do Brasil e a partir de seu contato com os padrões estadunidenses para os textos jornalísticos (SOUZA, 1992).

Vale dizer que, segundo Lins da Silva (1987), ambas as propostas demonstravam interesse em tornar o texto jornalístico mais simples e eliminar chavões e lugares-comuns, sem exercer grande controle sobre o ato de escrever dos jornalistas.

Remetendo-me ao âmbito da *Folha de S.Paulo*, foco de minha análise, é necessário afirmar que normatizações começaram a surgir na década de 1950. Nabantino Ramos, em 1959, produziu um livro intitulado *Normas de Trabalho da Divisão de Redação para elaboração da Folha da Manhã, da Folha da Tarde e da Folha da Noite*, contendo 69 verbetes que produziam breves apontamentos sobre questões filosóficas e de política editorial (LINS DA SILVA, 1987), que seria revisto e atualizado pelos profissionais do *Grupo*, durante a década de 70 (PINTO, 2001).

O primeiro manual da *Folha*, o *Manual Geral da Redação*, fora editado em 1984, após ter sido preparado durante a gestão de Boris Casoy como diretor de redação e revisto pela direção de redação comandada por Otavio Frias Filho (LINS DA SILVA, 1987).

Esta primeira edição do Manual fora lançada com 91 páginas, organizadas em verbetes que variam desde orientações sobre acentuação a esclarecimentos sobre as colunas e editorias. Lins da Silva (1987) afirma que as críticas feitas a esse exemplar foram coletadas e contribuíram para a elaboração de um segundo Manual, que, publicado em 1987, tinha um número maior de páginas e subdividia-se em capítulos.

A terceira edição, de 1992, fora denominada *Novo Manual da Redação*, pautando-se por uma configuração mais próxima à de uma enciclopédia. Quase dez anos se passaram para que uma quarta edição do Manual fosse lançada. Em 2001, as mudanças editoriais ocorridas na *Folha* tornaram necessárias muitas reformulações para que se pudesse apresentar uma nova proposta de padronização, que se colocara

à disposição do público caracterizada por um longo texto introdutório, uma explicação sobre os preceitos que pautam o trabalho na *Folha* e capítulos temáticos organizados por meio de verbetes, guardando certa proximidade com o formato de um almanaque a ser consultado pelo público em geral.

Além da *Folha*, outros 2 jornais, *O Estado de S.Paulo* e *O Globo*, também colocaram no mercado manuais de redação. Segundo Erbolato (1991), no Estadão, durante muito tempo, foram utilizadas ‘fichinhas’ com as regras a serem seguidas, mas com a crescente preocupação com as normas de redação, foram elaborados vários minimanuais, dedicados a assuntos específicos que, em partes, ajudaram a compor o livro que seria publicado como *O Manual de Redação e Estilo*, de *O Estado de S. Paulo*, em 1990. Este manual, até os dias atuais, fora reformulado apenas uma vez, ganhando algumas páginas e capítulos (CAPRINO, 2002).

Como em outras instituições, a padronização de texto em *O Globo* começara por orientações internas dadas aos seus jornalistas. Fora apenas em 1992, que o manual deste jornal fora lançado, apoiado em observações diárias feitas na Redação e subdividindo-se em capítulos de texto contínuo, abandonando o uso de verbetes característicos a esse tipo de instrumento tecnológico.

Tendo traçado, mesmo que sumariamente, o percurso de inserção dos manuais de redação na sociedade brasileira e, ainda, comentado algumas das questões relativas à institucionalização do *Grupo Folha*, acredito ser possível lançar-me a um movimento analítico que mobilize recortes do meu objeto discursivo.

### 3. Da Inserção dos Manuais de Redação na *Folha* e de meu movimento analítico

Quando penso o jornalismo, tomo-o como uma versão dos acontecimentos, “Não é o discurso ‘da[o]’, é o discurso ‘sobre’” (ORLANDI, 2001, p. 27), escrito a partir de uma ilusão de um relato fiel dos fatos, sob um efeito de literalidade decorrente da informatividade, por meio do qual o leitor lerá o mundo, e, convocará toda uma questão relacionada à *memória*. No entanto, é necessário atentar para o ponto de que trata-se de uma narração do real, mediada pela língua, por sujeitos, fato que significa. Para Mariani (1998), ao relatar os acontecimentos, os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos.

O discurso jornalístico é considerado uma modalidade de discurso sobre, que torna objeto aquilo sobre o que se fala. Esse tipo de discurso atua “na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória” (MARIANI, 1998, p. 60).

Além disso, as seleções de pauta, de fontes e informações se dão sob o funcionamento de impressão de realidade do pensamento para o sujeito, um processo de determinação discursiva, pois de acordo com Pêcheux e Fuchs (1990, pp.175-176),

Os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo de discurso”), e o que é rejeitado.

Ademais, em uma perspectiva discursiva, como à qual me filio, os discursos sempre estão em “relação a”. Um discurso está sempre em relação com a exterioridade que lhe é constitutiva.

O jornal, pelo discurso jornalístico, se constitui como lugar de (re)afirmação de versões, de interpretações e de legitimação de discursos e compreensões. Como lugar de *memória*, de disputas, de conflitos e de contradições.

Nesse sentido, buscando compreender como se dá a prática da escrita jornalística, coloco-me face às questões de padronização de língua, do processo de normatização como resultante dos movimentos institucionais que vão se produzindo por uma empresa jornalística, em meu caso o *Grupo Folha*.

Assim, parece-me que a *Folha*, desde 1981, preocupara-se em apontar os caminhos que julgava pertinente trilhar enquanto Instituição. Em seu Projeto Editorial, *A Folha e alguns passos que é preciso dar*, de junho do mesmo ano, apontara como objetivo “oferecer três coisas ao seu público leitor: informação correta, interpretação competente sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos”.

A noção de interpretação competente, expressa no projeto, parece-me apontar para a escrita de comentários e análises, por profissionais, que sigam os ditames da empresa, bem como dominem a arte de escrever.

Além disso, neste plano editorial, observo o posicionamento da empresa com relação ao tipo de jornal que pretendia escrever, não sendo “suficiente oferecer ao leitor uma amostra representativa da pluralidade real das opiniões que existem. Se o jornal se satisfizer com isso, nunca passará de um mero repositório, sem forma nem vontade, das opiniões que a sociedade vai produzindo”.

Um ano mais tarde, um novo documento do Conselho Editorial, denominado *A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo*, expressara a

necessidade de maior profissionalização dos jornalistas e de posicionamento político que não tendesse à hegemonia ou a qualquer pensamento de classe.

A necessidade de “tornar as coisas mais claras ainda (...) [e] elevar a qualidade técnica, informativa, do jornal” fora colocada como meta nessa tentativa de organização editorial. Ainda nessa esteira, o Projeto Editorial de 1984, apontara para o fato de que os “critérios [da *Folha*] ainda são [eram] muito heterogêneos e, além disso, é comum faltar orientação editorial para repórteres ou redatores, que se ressentem da falta de instruções precisas e uniformes”.

Segundo o projeto,

As ideias gerais que norteiam o modelo de jornalismo que vimos procurando pôr em prática estão condensadas a seguir. Trata-se de um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno.

Crítico - Não basta relatar os fatos, é preciso expô-los à crítica.

Por definição, qualquer fato jornalístico é objeto da crítica jornalística. Pode ser a crítica propriamente dita, como, por exemplo, no editorial ou no artigo assinado. Pode ser a crítica realizada por meio da interpretação do fato e da análise de suas causas e conseqüências, como na reportagem ou no texto de apoio assinado. Pode ser crítica que o repórter realiza quando compara fatos, estabelece analogias e veicula diferentes versões sobre um mesmo fato. Todo fato comporta mais de uma versão; a verdade pode emergir da contradição entre diferentes versões. Não é errado publicar versões contraditórias; errado é o jornal ou o jornalista fazer-se de árbitro da verdade e impedir uma ou várias versões de chegar até o leitor. O tom de crítica - serena e fundamentada - deve permear o jornal da primeira à última página. Não somos jornalistas para elogiar, mas para criticar.

Pluralista - A sociedade é plural; há sempre interesses e pontos de vista em conflito. O melhor serviço público que um jornal não-partidário pode fazer é tornar essa realidade transparente; é reproduzir, em suas páginas, e na proporção mais exata possível, a forma pela qual as divergências se distribuem no interior da opinião pública. Isto não significa que o jornal se absteja, que não toma posição, que é "neutro" - nada disso. Mas o jornal não quer impor suas opções ao leitor, não quer aprisioná-lo numa camisa-de-força ideológica, não quer tiranizá-lo. Vamos deixar que as dissonâncias corram soltas, vamos estimular a polêmica, vamos tornar tudo - inclusive o próprio jornal - cada vez mais visível, mais público e mais transparente para o leitor. Ele que decida de acordo com o seu próprio interesse, que ele sabe avaliar muito melhor do que nós.

Também o pluralismo deve permear o jornal do começo ao fim. As reportagens precisam relatar os vários pontos de vista das pessoas envolvidas com o fato; ao pautar artigos, devem balancear-se tendências diferentes e, se possível, opostas; idem ao se pautarem debates, entrevistas etc.

Apartidário - A Folha é grande o suficiente e abarca um número suficientemente alto de leitores para que pudesse ser um jornal partidário; uma opção partidária significaria, hoje, reduzir nosso impacto sobre a opinião pública e autocondenarmo-nos ao isolamento. Ser um jornal partidário é ser um jornal organicamente vinculado a um partido político, a uma tendência ideológica, a um grupo econômico, a um governo, a um líder. Não temos, felizmente, qualquer vinculação desse tipo. Mas ser um jornal apartidário não significa ser um jornal que não toma partido. Pelo contrário, a Folha faz questão de tomar partido no maior número possível de temas. Mas não tomamos partido mecanicamente; não fazemos, para utilizar uma expressão de origem diplomática, "alinhamentos automáticos". Cada questão é uma questão, e nós tomamos partido em relação a ela especialmente, não em relação à estratégia geral de quem a propõe, seja um partido, um grupo etc.

Moderno - O sentido de moderno é, no caso, bem concreto. Jornalismo moderno na medida em que se propõe a introduzir, na discussão pública, temas que até então não tinham ingresso nela. Na medida em que põe em circulação novos enfoques, novas preocupações, novas tendências.

Pensando, então, na identificação e no ataque aos problemas de estrutura do jornal, buscando uniformizar critérios editoriais e técnicos, o *Grupo Folha*, anunciaria o lançamento do *'Manual Geral da Folha'*, ainda no ano de 1984.

O Manual seria, consoante os dizeres do próprio *Grupo*, algo que não se tratasse de "um evangelho editorial. Trata[r]-se[ia] de uma base de referência que traduziria uma visão uniforme sobre os vários problemas da atividade jornalística".

A publicação de textos "mais corretos, mais objetivos, mais concisos, mais claros, mais completos e, sobretudo, mais exatos" seria, tal qual expresso pelo projeto, viabilizada a partir de "centenas de verbetes práticos", o que permitiria ao Manual "sustentar as nossas [dos jornalistas da *Folha*, leiam-se os chefes de Redação e Pauta] discussões e decisões com a objetividade do texto escrito, que substituirá a subjetividade das opiniões pessoais".

Como já dito anteriormente, esta não seria a primeira vez que um jornal brasileiro produziria um manual de jornalismo como suporte a um projeto editorial de reforma, no

entanto, cumpre-me ressaltar, todavia, que o *Manual Geral da Redação da Folha de S.Paulo* se distinguiria das iniciativas anteriores tanto por seu direcionamento não-exclusivo aos jornalistas, quanto por seus objetivos que ultrapassavam o ensinamento de procedimentos jornalísticos e alcançavam a posição de manifesto político sobre o lugar que seria destinado ao jornalismo em geral (CAPRINO, 2002; VIZEU, 2008; MARQUES DE MELO, 2005).

Ao analisar o Manual de 1984, compartilhando da percepção acima, acredito ser relevante apontar para o fato de que essa reivindicação de um fazer político pelo jornal legitima-se por um ‘mandato’ conferido ao leitor. Os sentidos próprios desta palavra - *concessão de poderes para desempenho de uma representação; delegação, poder dado ou autorizado; delegação conferida às pessoas, para que representem o povo nas instituições; contrato que designa duas vontades, uma que dá a outra uma incumbência, outra que a recebe e aceita*<sup>26</sup>-, corroboram os sentidos postos no verbete ‘mandato do leitor’, que assevera que “Nas sociedades de mercado, cada leitor delega, ao jornal que assine ou adquira nas bancas, a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde às suas exigências o leitor suspende esse mandato” (MANUAL DE REDAÇÃO, 1984, p.58)

Cabe dizer, no entanto, que essa incumbência de informar e responder às expectativas do leitor é atravessada por uma necessidade de padronização linguística, pela constituição de uma *memória* de língua, que permita, aos jornalistas, o trabalho de formulação dos dizeres a partir do já-dito, dos sentidos já estabilizados. Uma *memória* que é política necessariamente, mas que é apagada na naturalização da *língua*

---

<sup>26</sup> Cf. Dicionário Houaiss Online

*adequada para dizer sobre os dados corretamente.* Há portanto dois efeitos que se sustentam: a língua bem dita expressa adequadamente a realidade dos dados.

Nesse sentido, buscando apresentar a natureza de meu arquivo e promover um gesto de leitura, mobilizo recortes de quatro Manuais da *Folha*, a saber: os de 1984, 1987, 1992 e 2001, reeditado em 2006.

Em um trabalho que assume um referencial teórico como este, um dos primeiros movimentos analíticos concerne à questão das *condições de produção*. Nesse meandro, tomo “a instituição como espaço que produz unidade e legitimidade” (ORLANDI, 2007, p. 09), e, coloco-me numa história tensa, marcada por injunções, possibilidades de discursos e apagamentos, já que a produção do saber metalinguístico inscreve-se em um jogo complexo entre o papel legislador das instituições, o papel regulador da instrução e a tradição.

Penso, então, a instituição em sua discursividade, pois há funcionamentos que se mostram a partir do trabalho com os discursos disponíveis sobre seu processo de institucionalização.

E, desse modo, focalizando a “historicidade do processo de constituição da própria instituição” (MARIANI, 1999, p. 47), sou remetida a diversos discursos disponíveis sobre sua fundação, incluindo o discurso próprio sobre seu processo de institucionalização, lembrando que uma análise do discurso institucional deve levar em consideração não exatamente o que a instituição diz ou aquilo que se diz sobre ela, mas a maneira como o faz/se faz e as condições sócio-históricas em que esse dizer é produzido. Assim, para compreender os discursos institucionais, é preciso buscar não os sentidos literais e/ou contedúísticos, mas aqueles sentidos que se constituem na

historicidade dos discursos que circulam no processo de institucionalização (MARIANI, 1999).

Tomando os processos de produção de sentido nos Manuais de Redação e o próprio processo de institucionalização do *Grupo Folha*, em sua discursividade, atento para os espaços da *memória* que são retomados, para o modo como os processos discursivos jogam nesse contexto e, por conseguinte, para o modo como os efeitos de sentido são produzidos. Importa mencionar, ainda, o ponto de que há um real próprio das disciplinas de interpretação: um real estranho à univocidade lógica, um saber que não se transmite, aprende ou ensina, que, no entanto, produz efeitos (PÊCHEUX, 2002).

É importante ressaltar que sobre a compreensão dos sentidos, uma perspectiva discursiva materialista denota sua preocupação com as circulações cotidianas, pois são nos espaços discursivos estabilizados que se supõe que todo falante saiba do que fala e que todos os enunciados devam ser 'transparentes'. Percebe-se aqui, o funcionamento do Estado e das Instituições como pólos de resposta e demanda social (PÊCHEUX, 2002).

Nesse viés, pensar a mídia como um espaço institucional, no qual diversas relações estão em jogo (SILVA, 2001), é concebê-la para além de um controle social e analisá-la em seu funcionamento enquanto estrutura e acontecimento, isto é, um batimento contínuo entre a *memória* e sua atualização, já que a mídia é um dos lugares mais eficazes para se produzir a estabilidade da *memória* e atualizá-la como se sempre 'algo tivesse funcionado daquele modo' (MARIANI, 1999).

É no bojo dessa formulação que Mariani (1999) aponta para o fato de que para a instituição jornalística há um já-dito constituído juridicamente, que traz as exigências do

poder religioso, político e jurídico, responsável por manter (ou não) certas informações em circulação. E Silva (2001) acrescenta, ainda, que para que o “dizer jornalístico (...) possa se constituir como tal, cabe impor determinados recortes” (*idem, ibidem*, p. 172).

Nesse sentido, atentar para o funcionamento da prática jornalística como aquela que se apresenta sob posições próprias sobre a gramática da língua e com uma ‘normatividade’ textual específica é remeter à concepção dos manuais de redação, junto aos próprios jornais, como uma referência de produção de textos e de produção de leitura (SILVA, 2001).

Dessa forma, coloco-me numa posição que me permite compreender, discursivamente, o manual de Redação de uma empresa jornalística como um instrumento tecnológico que funciona junto à mídia como “um dos lugares que sustentam as evidências dos sentidos, funcionando como (...) [meio] de estabilização dos sentidos” (NUNES, 2006, p.11). Assim, tomo, a mídia, um instrumento linguístico, como um discurso (um discurso sobre a língua) e necessito, segundo Pfeiffer<sup>27</sup>, atravessar seus efeitos imaginários.

Em meio a essas formulações, a mídia em sua relação com a tecnologia dos manuais, amplia aquilo que fora pensando por Auroux (1992) no que diz respeito às gramáticas e aos dicionários em relação aos falantes de uma língua, pode ser pensada como uma extensão da relação do sujeito jornalista com a “língua” do discurso jornalístico, pois deve ser colocado na posição daquilo que constrói um lugar sistemático para o exercício (a prática) da metalinguagem.

---

<sup>27</sup> As considerações de Claudia Pfeiffer acerca de instrumentos lingüísticos podem ser conferidas na Enciclopédia Discursiva da Cidade, em sua versão interativa, no endereço <[www.labeurb.unicamp.br/endici](http://www.labeurb.unicamp.br/endici)>.

A fixação da linguagem e a objetivação da alteridade colocam a língua escrita diante do sujeito como um problema a ser resolvido e impulsiona as reflexões linguísticas. O texto escrito começa a ser tomado como objeto de leitura e impõe a necessidade de 'meios' para sua compreensão (AUROUX, 1992).

Com a imprensa, o fenômeno da escrita da língua muda de dimensão, pois o saber se historiciza por meio da permanência do texto, ao qual se juntam, em camadas sucessivas, glosas, comentários, um processo indefinido de acréscimo (AUROUX, 1992).

Parece-me possível dizer, dessa maneira, que um manual de redação prolonga, enquanto uma tecnologia própria à mídia, acaba por dar acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto a competência de um locutor, mais especificamente, de um jornalista. Isto significa, também, dizer que o aparecimento dos instrumentos linguísticos, a gramática e o dicionário, quando penso a língua, e, a mídia em sua relação com os manuais, quando falamos do discurso jornalístico e do pedagógico, não deixa intactas as práticas linguísticas (AUROUX, 1992).

Assim, a partir desse modo de ler os manuais, pratico “novos gestos de leitura, percorrendo os caminhos dos sentidos (...) que sustentam a produção de um conhecimento linguístico que se foi produzindo junto à constituição de nossa língua” (ORLANDI, 2001, p.08), pois a padronização da língua realizada pela mídia afeta diretamente a relação sociedade/língua/saber linguístico, já que cada vez mais a observamos presente em materiais didáticos.

Pensando meu arquivo, no espaço discursivo dos Manuais de Redação da *Folha*, para o *exemplar um*, publicado em 1984, são apresentadas como *condições de produção* as injunções sócio-políticas em jogo nos últimos anos de ditadura no Brasil, o

início da redemocratização brasileira e o ano da Campanha pelas 'Diretas-Já'; e, a *Folha* se tornando a primeira redação informatizada na América do Sul com a instalação de terminais de computador para a redação e edição de texto, o que, segundo a empresa, representaria uma economia de 40 minutos no processo de produção. É interessante pensar essa instalação para além da questão da economia temporal, pois a abertura para o mundo da informação traz como consequências a atualização do suporte para a escrita do texto, em que o apagar e reescrever torna-se mais fácil, rápido; além disso, uma nova relação com a questão de autoria se coloca, já que há maior possibilidade de acesso aos arquivos anteriores e aos arquivos de outros profissionais, o que acaba por permitir, ou ainda, viabilizar, a manutenção de um padrão de textos a serem publicados. Esta também é a época em que a *Folha* anuncia a criação do Datafolha, instituto de pesquisa de opinião pública e de mercado, que se responsabilizaria pelo levantamento de temas de interesse dos leitores e forneceria informações à produção editorial. Ainda nesse ano, circulou internamente o documento "A *Folha* depois da Campanha Diretas-Já", o que pode ser visto como uma primeira proposição de um modelo de jornalismo que se diz crítico, pluralista, apartidário e moderno. Seguindo essa circulação, a *Folha* implanta o Manual da Redação, que nos dizeres da empresa, seria o primeiro manual de jornalismo a condensar uma concepção de jornal, da política editorial às fases de produção.

O *exemplar dois* fora publicado em 1987, época em que o *Grupo Folha de S. Paulo* enuncia a partir do crescimento de 39,5% da circulação paga do jornal, o que consolidaria a *Folha* enquanto o primeiro jornal do país, naquilo que se refere à vendagem. Além disso, é interessante retomar que a publicação da segunda edição do Manual fora feita após reflexões acerca de uma coletânea de informações e sugestões

a serem inseridas na nova versão, três anos de discussão foram necessários para o fechamento da proposta a ser lançada.

Já para o *exemplar três*, publicado em 1992, como contexto coloca-se a detenção do controle acionário do *Grupo* pelo empresário Octavio Frias de Oliveira e a reorganização do noticiário da *Folha* em novos cadernos de circulação diária: além da *Ilustrada*, o jornal passa a oferecer os cadernos *Brasil*, *Mundo*, *Dinheiro*, *Cotidiano* e *Esporte* (autônomo aos domingos e segundas-feiras). Remontando à conjuntura político-social, 1992 seria o ano em que ocorreria o pedido de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, acontecimento que apontaria para uma conjuntura social marcada pelas noções de direitos e deveres, próprias da prática jurídica.

Quanto ao *exemplar quatro*, publicado em 2001, e reeditado em 2006, aponta-se como contexto imediato, o momento em que se discutiam, no *Grupo Folha*, as mudanças ocorridas ao longo das décadas de 80 e 90 no plano internacional, e o impacto da revolução tecnológica e da expansão da economia de mercado sobre a imprensa. Lins da Silva (1987) afirma que, por coincidência o lançamento deste Manual se dera no ano em que a *Folha* completara 80 anos, pois segundo ele, não houvera nenhum planejamento quanto a essa comemoração – o Manual nascera das novas demandas colocadas pelas modificações ocorridas no jornal. Remontando ao sentido mais amplo, quanto ao *exemplar quatro*, ver-se-ia a expansão do movimento de globalização quer seja ele econômico ou de informações – a internet permitira maior fluxo de trocas e acessos, se até então uma pessoa tinha de se limitar à imprensa local, com a expansão dos textos jornalísticos on-line, o leitor passou a poder observar as versões sobre os fatos, a partir de diferentes fontes, tendo como impedimento apenas a

questão linguística, pois, inicialmente, as plataformas on-line pertenciam a jornais e revistas estrangeiras.

Partindo para a textualidade dos quatro exemplares por mim selecionados, percebo uma diferença já em sua apresentação enquanto livro: o *exemplar um* possui 91 páginas, monocromáticas, de aproximadamente 21 cm de comprimento por 13,5 cm de largura; o *exemplar dois* apresenta-se em 214 páginas, monocromáticas, medindo aproximadamente 21 cm de comprimento por 13,5 cm de largura; o *exemplar três* possui 331 páginas, textos e imagens na variação das cores preto, branco e cinza, e, mapas coloridos, apresentados em páginas de aproximadamente 22 cm de comprimento por 15,5 de largura; o *exemplar quatro* distribui-se em 391 páginas coloridas, medindo aproximadamente 22 cm de comprimento por 17 cm de largura. Há, ainda, algo a considerar quanto à materialidade dos exemplares em análise: enquanto o *primeiro, segundo e quarto* se apresentam em forma de brochura, típica dos livros que circulam em nossa sociedade; o *terceiro exemplar* apresenta-se espiralado e portando espaços destinados às anotações do leitor – fato que me permitiria uma aproximação aos sentidos postos pela palavra *caderno*, enquanto um “conjunto de folhas de papel em branco ou nas quais se imprimem pautas, quadrículas, ornamentos etc., reunidas, (...) presas com espiral, para anotações, desenhos, colagens, exercícios escolares etc.” (cf. Dicionário Houaiss Online), remetendo-me ao espaço de formulações da escola, já marcado, na Capa (Verso) do exemplar, pela inscrição *Para Casa, Escola e Trabalho*. Vejo o Manual, então, ligado às práticas escolares, à didatização dos conhecimentos sobre uma língua, sobre a melhor forma de escrevê-la.

Ainda sobre sua organização textual, é interessante observar que os 338 verbetes da edição de 1984 (compostos por substantivos, adjetivos, verbos e pequenas

sentenças, organizadas em ordem alfabética) se transformam, no exemplar de 1987, em 808 verbetes distribuídos em sete seções temáticas: “Política Editorial” (59 verbetes), “Estrutura da Folha” (159 verbetes), “Padronização de Estilo” (244 verbetes), “Procedimentos Profissionais” (100 verbetes), “Normas Gramaticais” (41 verbetes), “Convenções Gráficas” (53 verbetes), “Vocabulário Jornalístico” (152 verbetes) e “Anexos” (12 anexos).

A versão publicada em 1992 parece-me se propor a atenuar alguns traços do texto de 84, considerado e descrito em suas páginas iniciais como “draconiano e impositivo”, dado seu teor político, muito provavelmente influenciado pela conjuntura social de passagem de uma política ditatorial para uma política democrática. Maior que as versões anteriores, passa a constituir-se por mais de 10 mil verbetes que se distribuem entre as classes de substantivos próprios e comuns, adjetivos, verbos, abreviaturas, além de grupos nominais.

Em 2001, surgira uma edição, que, segundo os discursos disponíveis sobre a *Folha*, seria marcada pelo caráter mais técnico e informativo que político. A quantidade de verbetes parece-me equivalente à da edição de 1992 (e, sobre isso, embora este não tenha sido especificamente meu lugar de investimento analítico, é preciso apontar para o brusco aumento no número de verbetes nas duas últimas edições quando comparadas às anteriores, e, dizer que me fica uma indagação sobre essa relação de ausência/ acréscimo; o que teria motivado esse aumento? O que teria dado origem ou cedido espaço a diferentes entradas? Dentre outros questionamentos...) no entanto, chama-me a atenção a possibilidade de retomada de uma *memória* acerca dos almanaques, tocada pela especificidade da mescla de

verbetes com a grande quantidade de anexos contendo mapas geopolíticos, informações jurídicas, econômicas, militares etc.

Pensando mais propriamente os deslocamentos, os deslizes e as atualizações dos verbetes nos Manuais da *Folha*, cotejo os quatro exemplares, tomando como base a edição de 1984. Observo que muitas são as distinções: vários são os verbetes que desaparecem em outras edições; apenas dois continuam designados pela mesma palavra em todas as edições, *Concisão* e *Editorial*; e, outros quatro aparecem em todos os exemplares, embora sofram atualizações em sua designação: *Preconceitos* deslizando para *Preconceito* nas edições de 1992 e 2001; *Denúncia* passando a *Denúncias*, em 1987, e, a *Denunciar*, nos exemplares de 1992 e 2001; *Crítica Especializada* derivando para *Crítica*, nos terceiro e quarto exemplares; e, *Menores* ganhando a forma singular *Menor*, para as edições da década de 90 e a do século XIX. (cf. Tabela 1)

Tabela 1: Comparação entre os verbetes apresentados nos exemplares dos manuais analisados

	1984	1987	1992	2001
<b>Acentuação</b>	-----		Acentuação	-----
<b>A cidade é sua</b>	-----		-----	-----
<b>Acontece</b>	-----		-----	-----
<b>Acusações Criminais</b>	Acusações Criminais	Acusações Criminais	Acusações Criminais	-----
<b>Admitir, Reconhecer</b>	-----		Admitir	Admitir
<b>Agência Folha</b>	-----		-----	-----
<b>Agenda (Geral)</b>	-----		-----	-----
<b>Agenda (Política)</b>	-----		-----	-----
<b>Agenda de Endereços</b>	-----		-----	-----
<b>Agenda de Eventos</b>	-----		-----	-----
<b>Agilidade</b>	Agilidade	Agilidade	-----	-----
<b>Algarismo</b>	-----		Algarismo	Algarismo
<b>Alto Contraste</b>	-----		-----	-----
<b>Ambiente</b>	-----		-----	Ambiente
<b>Análise</b>	-----		Análise	-----
<b>Aniversário da Folha</b>	-----		-----	-----

<b>Anotações do Repórter</b>	-----	-----	-----
<b>Anúncio da Folha</b>	-----	-----	-----
<b>Ao Invés</b>	-----	Ao Invés de/Em vez de	-----
<b>Aonde</b>	-----	Aonde	-----
<b>A par/Ao par</b>	-----	A par/Ao par	-----
<b>Apartidarismo</b>	Apartidarismo	-----	-----
<b>Apóstrofo</b>	-----	-----	-----
<b>Artigo</b>	Artigo	Artigo	-----
<b>Assistir</b>	-----	Assistir	-----
<b>Avaliação de Multidões</b>	Avaliações	-----	Avaliação de Multidões

<b>Banco de Dados</b>	-----	-----	-----
<b>Bandeira</b>	-----	-----	-----
<b>Bandeira Nacional</b>	-----	-----	-----
<b>Barriga</b>	Barriga	-----	-----
<b>Bibliografia</b>	-----	-----	Bibliografia
<b>Bigode</b>	-----	-----	-----
<b>Biografias</b>	-----	-----	-----
<b>Boneco</b>	-----	Boneca	-----
<b>Boneco Fotográfico</b>	-----	-----	-----
<b>Box</b>	-----	Box	Box
<b>Broche</b>	-----	-----	-----

<b>Cabeçalho</b>	-----	-----	-----
<b>Cacoetes de Linguagem</b>	-----	Cacoete de Linguagem	Cacoete de Linguagem
<b>Caderno</b>	-----	-----	Caderno/ Suplemento
<b>Calhau</b>	-----	-----	-----
<b>Campanhas</b>	Campanhas	-----	-----
<b>Capitular</b>	-----	-----	-----
<b>Cargos de Confiança</b>	-----	Cargos	Cargos
<b>Caricatura</b>	-----	-----	-----
<b>Caro/Barato</b>	-----	Caro	-----
<b>Cartas</b>	Cartas	-----	-----
<b>Cartum</b>	-----	-----	-----
<b>Chamada de Primeira P.</b>	-----	-----	Chamada
<b>Chapéu</b>	-----	-----	-----
<b>Charge</b>	-----	-----	-----
<b>Chefe da Nação</b>	-----	Chefe da Nação	Chefe de Estado/ Governo
<b>Chefes de Reportagem</b>	-----	-----	-----
<b>Cinema na Folha</b>	-----	-----	-----
<b>Cineminha</b>	-----	-----	-----
<b>Circulação</b>	-----	-----	-----
<b>Citações</b>	-----	-----	-----
<b>Classe</b>	-----	-----	Classes Sociais
<b>Colchete</b>	-----	Colchetes	Colchetes

<b>Colônia</b>	-----	Colônia	-----
<b>Coluna</b>	-----	-----	-----
<b>Colunão</b>	-----	-----	-----
<b>Colunista</b>	-----	-----	Colunista
<b>Comentário</b>	-----	Comentário	-----
<b>Computador</b>	-----	-----	-----
<b>Concisão</b>	Concisão	Concisão	Concisão
<b>Conselho Editorial</b>	-----	-----	-----
<b>Contato com o mundo</b>	-----	-----	-----
<b>Contexto</b>	-----	-----	-----
<b>Contrapauta</b>	-----	-----	-----
<b>Contratações</b>	-----	-----	-----
<b>Convites</b>	Convites	-----	-----
<b>Coordenador de Agência</b>	-----	-----	-----
<b>Copidescagem</b>	-----	Copidesque	-----
<b>Cor</b>	-----	-----	-----
<b>Corpo</b>	-----	-----	-----
<b>Correspondente</b>	-----	-----	-----
<b>Cozinha</b>	-----	-----	-----
<b>Crase</b>	-----	Crase	-----
<b>Créditos</b>	Créditos	-----	Créditos
<b>Crítica Especializada</b>	Crítica Especializada	Crítica	Crítica
<b>Críticas à Folha</b>	Críticas à Folha	-----	-----
<b>Críticas Internas</b>	Críticas Internas	-----	-----
<b>Crônica</b>	-----	Crônica	-----
<b>Cronologias</b>	-----	-----	Cronologia
<b>Custos</b>	Custos de Obras e Projetos	-----	-----

<b>Datafolha</b>	-----	Data	Data
<b>Debates na Folha</b>	-----	-----	-----
<b>Declarações textuais e Transcrições</b>	-----	Declaração textual	-----
<b>De encontro/Ao encontro</b>	-----	-----	-----
<b>Denúncia</b>	Denúncias	Denunciar	Denunciar
<b>Departamento jurídico</b>	-----	-----	-----
<b>Desmentidos</b>	Desmentidos	-----	-----
<b>Desmistificar</b>	-----	Desmistificar	-----
<b>Despachos</b>	-----	Despacho	Despacho
<b>Diagrama</b>	-----	-----	-----
<b>Diagramação</b>	-----	-----	-----
<b>Dias da Semana</b>	-----	Dias da Semana	Dias da Semana
<b>Direção de Redação</b>	-----	-----	-----
<b>Diretor de Redação</b>	-----	-----	-----
<b>Distanciamento</b>	-----	-----	-----
<b>Do, de os</b>	-----	-----	-----
<b>Dossiê Folha</b>	-----	-----	-----
<b>Dropes</b>	-----	-----	-----

<b>Edição</b>	-----	-----	-----
<b>Edição de Domingo</b>	-----	-----	-----
<b>Edição Extra</b>	-----	-----	-----
<b>Editoria</b>	-----	-----	-----
<b>Editoria de Emergência</b>	-----	-----	-----
<b>Editorial</b>	Editorial	Editorial	Editorial
<b>Editorialista</b>	-----	-----	-----
<b>Elucubração</b>	-----	Elucubração	-----
<b>Entrevista</b>	-----	-----	Entrevista Exclusiva
<b>Enviado Especial</b>	-----	-----	-----
<b>Equipe de Cobertura</b>	-----	-----	-----
<b>Erramos</b>	-----	Erramos	-----
<b>Espelho de Publicidade</b>	-----	-----	-----
<b>Esposa/Esposo</b>	-----	Esposa/Esposo	Esposa/Esposo
<b>Este, esta, esse, essa, neste, nessa</b>	-----	Este/ esse	-----
<b>Estrangeirismos</b>	-----	Estrangeirismos	Estrangeirismos
<b>Etc.</b>	-----	Etc.	Etc.
<b>Exatidão</b>	Exatidão	Exatidão	-----
<b>Exercício da Profissão</b>	-----	-----	-----
<b>Existir</b>	-----	Existir	Existir
<b>Exposições na Folha</b>	-----	-----	-----
<b>Facilitar a leitura</b>	-----	-----	-----
<b>Fac-Símile</b>	-----	-----	Fac-Símile
<b>Fatos</b>	Fatos	-----	-----
<b>Fechamento</b>	Fechamento	-----	-----
<b>Féretro</b>	-----	Féretro	-----
<b>Fez 1x0</b>	-----	-----	-----
<b>Figurino</b>	-----	-----	-----
<b>Fim-de-Semana</b>	-----	-----	-----
<b>Fio-Data</b>	-----	-----	-----
<b>“Flash”</b>	-----	-----	-----
<b>Fluxo</b>	-----	-----	-----
<b>Focos de Atração Visual</b>	-----	-----	-----
<b>Folha Emergência</b>	-----	-----	-----
<b>Folha Informações</b>	-----	-----	-----
<b>Fontes de Informações</b>	-----	-----	-----
<b>Fora de Serviço</b>	-----	-----	-----
<b>Força</b>	-----	-----	-----
<b>Formação de Opinião</b>	Formação de Opinião	-----	-----
<b>Fotografia</b>	-----	-----	-----
<b>“Free-Lancer”</b>	-----	Free-Lance	-----
<b>Furo</b>	Furo	-----	-----

Galeria	-----	-----	-----
Gancho	-----	-----	-----
Gentílicos	-----	Gentílico	Gentílico
Gíria	-----	Gíria	Gíria
“Gossip”	-----	-----	-----
Grafia de Órgãos de Comunicação	-----	Grafia de Órgãos de Comunicação	-----
Gráficos	Gráficos	-----	-----
Greves	-----	-----	-----
Grifo	-----	-----	-----
Grisê	-----	-----	-----

“Hard News”	-----	-----	-----
Haver	-----	Haver	-----
Hífen	-----	Hífen	-----
História da Folha	-----	-----	-----
Histórias Humanas	-----	-----	-----
Hora	-----	-----	-----

Iceberg	-----	-----	-----
Ilustração	-----	-----	-----
Ilustrações Oblíquas	-----	-----	-----
Ilustrações Obscenas	-----	-----	-----
Inclusive	-----	Inclusive	-----
Independência	Independência	-----	-----
Índice	-----	-----	-----
Informação	Informação	-----	-----
Iniciais	-----	Iniciais	Iniciais
Integras	-----	-----	-----
Intertítulo	-----	-----	-----
Intervir	-----	Intervir	-----
Investigação Jornalística	Investigação Jornalística	-----	-----
Ironia	-----	Ironia	Ironia

Jargão	-----	Jargão	Jargão
Jornalismo Crítico	Jornalismo Crítico	-----	-----
Jornalismo Especializado	Jornalismo Especializado	-----	-----

Lançamento na Folha	-----	-----	-----
“Lead”	-----	-----	-----
Legalidade/Legitimidade	Legalidade/Legitimidade	-----	-----
Legendas de Fotos	-----	-----	Legenda
Lei de Imprensa	-----	Lei/Lei	Lei/Lei
Liberdade de Imprensa	Liberdade de Imprensa	-----	-----
Linguagem Coloquial	-----	Linguagem Coloquial	Linguagem Coloquial
Linha Final ou	-----	Linha	-----

<b>Sobretítulo</b>			
<b>Localização Geográfica</b>	-----	Localização	Localização
<b>Logotipo</b>	-----	-----	-----
<b>Macarrão</b>	-----	-----	-----
<b>Maiúsculas e Minúsculas</b>	-----	Maiúsculas e Minúsculas	Maiúsculas e Minúsculas
<b>Mancha</b>	-----	-----	-----
<b>Manchete</b>	-----	-----	-----
<b>Manchete Interna</b>	-----	-----	-----
<b>Mandato do Leitor</b>	-----	-----	Mandado/Mandato
<b>Mapas</b>	-----	-----	Mapa
<b>Mau, Mal</b>	-----	Mau	-----
<b>“Media Criticism”</b>	“Media Criticism”	“Media”	“Media”
<b>Menções ao Pessoal da Folha</b>	-----	-----	-----
<b>Menores</b>	Menores	Menor	Menor
<b>Mídia</b>	-----	Mídia	-----
<b>Militares</b>	-----	Militares	-----
<b>Módulo</b>	-----	-----	-----
<b>Mortes</b>	-----	Morte	Morte
<b>Mundocanismo</b>	-----	-----	-----
<b>Nação, Povo e País</b>	-----	Nação	Nação
<b>Não é o que Parece</b>	-----	-----	-----
<b>Nariz de Cera</b>	-----	Nariz de Cera	Nariz-de-cera
<b>Negou que Esteja</b>	-----	Negar	-----
<b>“New Journalism”</b>	-----	-----	-----
<b>Nomes Próprios</b>	-----	Nomes Próprios	Nomes Próprios
<b>Nosso</b>	-----	Nosso	Nosso
<b>Nota da Redação</b>	-----	-----	Nota da Redação
<b>Notícia</b>	Notícia	-----	Notícia
<b>Noticiário Policial</b>	Noticiário Policial	-----	-----
<b>Números</b>	-----	Numerais/Números	Numerais
<b>Objetividade</b>	Objetividade	-----	-----
<b>Oculos</b>	-----	-----	-----
<b>Off-the-Record</b>	-----	“Off”	“Off-the-Record”
<b>Paica</b>	-----	-----	-----
<b>Palavrões</b>	-----	Palavrão	-----
<b>Parágrafo</b>	-----	Parágrafo	Parágrafo
<b>“Paste-Up”</b>	-----	-----	-----
<b>Pauta</b>	-----	-----	-----
<b>Pauteiro</b>	-----	-----	-----
<b>Pé Biográfico</b>	-----	-----	-----
<b>Pedantismo</b>	-----	-----	-----
<b>Penalizar</b>	-----	-----	-----
<b>Perfil</b>	-----	Perfil	-----
<b>Pesquisa Folha</b>	-----	-----	-----
<b>Planejamento</b>	Planejamento	-----	-----

Plantão	-----	-----	-----
Plantel	-----	Plantel	-----
Pluralismo	Pluralismo	-----	-----
Plural Majestático	-----	Plural Majestático	Plural Majestático
Polêmicas	Polêmicas	-----	-----
Ponto Tipográfico	-----	-----	-----
Por que, Porque, o Porquê	-----	Por que/Porque	-----
Precaver	-----	-----	-----
Preconceitos	Preconceitos	Preconceito	Preconceito
Pré-Edição	-----	-----	-----
Preferir	-----	-----	-----
Presidir	-----	-----	-----
“Press”, “Presse”	-----	-----	-----
“Press-Release”	“Press-Release”	Press-Release	-----
Primeira Página	-----	-----	-----
Procedências	-----	-----	-----
Produção	-----	-----	-----
Projeto do Jornal	Projeto Folha	-----	-----
Pseudônimo	-----	-----	-----
Publicar tudo	Publicar tudo	-----	-----
Publicidade	Publicidade	Publicidade	-----

Quadro	-----	-----	-----
Que, Quê	-----	Que, Quê	Que

Rádio Escuta	-----	Rádio	Rádio
Razões de Segurança	Razões de Segurança	-----	-----
Recuado	-----	-----	-----
Redação	-----	-----	Redação
Redator	-----	-----	-----
Remissões	-----	-----	Remissão
Reportagem	-----	-----	-----
Repórter	-----	-----	-----
Repórter-Fotográfico	-----	-----	-----
Resenha	-----	Resenha	-----
Resto	-----	-----	-----
Réticula (Grisê)	-----	-----	-----
Retranca e Sub-Retranca	-----	-----	-----

Seção	-----	-----	Seções Internas
Seção, Sessão, Cessão	-----	Seção, Sessão, Cessão	-----
Secretaria de Redação	-----	-----	-----
Secretário Gráfico	-----	-----	-----
Segundo Clichê	-----	-----	-----
Selo	-----	-----	-----
Selo-Ilustração	-----	-----	-----
Ser, Serem	-----	-----	-----

<b>Serifa</b>	-----	-----	-----
<b>Serviços</b>	-----	-----	-----
<b>Setorista</b>	-----	-----	-----
<b>“Side”</b>	-----	-----	-----
<b>Sigilo Profissional</b>	-----	-----	-----
<b>Siglas</b>	-----	Siglas	Siglas
<b>Sinônimos</b>	-----	Sinônimo	-----
<b>Sobrenomes Estrangeiros</b>	-----	Sobrenome	-----
<b>Sobretítulo</b>	-----	-----	-----
<b>Sociedade Civil</b>	-----	-----	-----
<b>“Standard”</b>	-----	-----	-----
<b>“Stringer”</b>	-----	-----	-----
<b>Subtítulo</b>	-----	-----	-----
<b>Sucursal</b>	-----	-----	-----
<b>Suicídio</b>	-----	Suicídio	Suicídio
<b>Suíte</b>	-----	-----	-----
<b>Sumário</b>	-----	-----	-----
<b>Suplementos</b>	-----	-----	-----

<b>Tabelas</b>	-----	-----	-----
<b>Tablóide</b>	-----	-----	-----
<b>Taxar, Tachar</b>	-----	Tachar, Taxar	Taxa
<b>Tensão</b>	Tensão	-----	-----
<b>Tensão Jornalística</b>	-----	Tensão Jornalística	-----
<b>Texto de Pesquisa</b>	-----	-----	-----
<b>Texto Frio</b>	-----	-----	-----
<b>Texto-Legenda</b>	-----	-----	Texto-Legenda
<b>Texto de Apoio</b>	-----	Texto de Apoio	-----
<b>Tipologia e Corpo</b>	-----	-----	-----
<b>Tira</b>	-----	Tira	-----
<b>Títulos</b>	-----	Título	Título
<b>Todo Mundo</b>	-----	Todo Mundo/ Todo o Mundo	-----
<b>Topônimos Estrangeiros</b>	-----	Topônimos Estrangeiros	-----
<b>Torpedo</b>	-----	-----	-----
<b>Tóxicos</b>	-----	-----	-----
<b>Tradução</b>	-----	Tradução	-----
<b>Transcrições</b>	-----	Transcrição	Transcrição
<b>Tratamento das Pessoas</b>	-----	Tratamento de Pessoa	Tratamento de Pessoa
<b>Tratamento do Leitor</b>	-----	Tratamento do Leitor	Tratamento do Leitor
<b>Troca Urgente</b>	-----	-----	-----
<b>Trovão</b>	-----	-----	-----

<b>Um Jornal a Serviço do Brasil</b>	-----	-----	-----
<b>Uso dos Adjetivos e Advérbios</b>	-----	-----	-----
<b>Uso do Gravador</b>	-----	-----	-----
<b>Uso do Telefone</b>	-----	-----	-----

Vendem-se Casas	-----	-----	-----
Vinheta	-----	-----	-----
Visitas à Folha	-----	-----	-----
Viúva	-----	Viúva	-----
Zôo	-----	-----	-----

Como já afirmei, vários são os verbetes que desaparecem em outras edições e os dois que continuam designados pela mesma palavra em todas elas são *Concisão* e *Editorial*.

Quanto ao verbete *Concisão*, vejamos os enunciados que o caracterizam, nos diferentes exemplares:

[1984] *Concisão* – O papel da imprensa e a tinta são matérias-primas cada vez mais preciosas e o tempo do leitor é cada vez mais escasso. Tudo o que puder ser dito em uma frase não deve ser dito em duas. A concisão reclama, do jornalista, uma preocupação constante em suprimir o que é supérfluo e redundante.

Na **Folha** qualquer texto cuja extensão ultrapasse 60 linhas de 70 toques depende da autorização da Direção de Redação para ser publicado.

[1987] *Concisão* – O texto jornalístico deve ser conciso. Tudo o que puder ser dito em uma linha não deve ser dito em duas.

[1987] *Concisão* – O bom jornalista deve ser capaz de relatar o maior número de informações no menor espaço possível.

[1992] *Concisão* – O texto jornalístico deve ser conciso. Tudo o que puder ser dito em uma linha não deve ser dito em duas.

[2001] *Concisão* – O texto jornalístico deve ser conciso. Tudo o que puder ser dito em uma linha não deve ser dito em duas.

Ao ler o verbete de 1984, vejo o discurso empresarial funcionando no segmento ‘*O papel da imprensa e a tinta são matérias-primas cada vez mais preciosas e o tempo*

*do leitor é cada vez mais escasso*’, ao conceber-se o jornal como uma empresa, passa-se a ter a preocupação com a produção dos textos e sua impressão, pois ambos demandam investimentos financeiros. Além disso, a menção ao leitor, cujo tempo se torna cada vez mais escasso, retoma a *memória* de uma sociedade capitalista, em que a necessidade de inserção no mercado de trabalho faz com que as pessoas cada vez mais se envolvam em diferentes atividades e, ao mesmo tempo, deem conta de estar atualizados, o que justificaria a necessidade de textos concisos.

Comparando o verbete de 1984 aos demais, observo o deslocamento da formulação ‘*Tudo o que puder ser dito em uma frase não deve ser dito em duas*’, para ‘*Tudo o que puder ser dito em uma linha não deve ser dito em duas*’. A deriva de *frase* para *linha* parece-me indicar uma preocupação cada vez maior com o tamanho dos textos, pois quando falo em *frase* devo lembrar que seu conceito é “bastante abrangente, incluindo desde estruturas linguísticas muito simples (...) até estruturas complexas” (CIPRO NETO & INFANTE, 2008, p.339), o que abriria margem à escrita de textos de tamanho variado, ao passo que ao pensar em uma *linha* no jornal, vejo funcionar *pré-construídos* acerca da quantidade de toques e caracteres a serem utilizados, implicando uma *memória* de que a língua deve ser concisa, enxuta, breve.

Além disso, vejo funcionar a evidência de que aquilo que seja redundante ou supérfluo seja retirado da produção linguística, até mesmo da própria textualização do Manual. Parece-me possível dizer que o próprio manual tem o verbete *Concisão* reduzido drasticamente nas publicações posteriores à primeira, redução que nos parece estar significada pela transferência do foco daquilo que propriamente seria a *Concisão* para o gesto do ‘bom jornalista’ que seria aquele capaz de produzir, de efetivar os efeitos postos pelo manual para o ideal de *Concisão*. Além disso, deixa-se na evidência

de si mesma o que seja redundante, apagando o gesto de interpretação que sustentará o corte no dizer que permite que ele seja conciso, sem redundância.

Essa necessidade de concisão parece-me tocar a *memória* própria das relações de escrita e leitura, que englobam o leitor, designado, atualmente, como aquele que tem pouco tempo para ler, demandando da produção jornalística textos mais curtos.

Partindo para a observação do segundo verbete que se mantém, tem-se:

[1984] Editorial – É o texto, sempre não-assinado, onde o jornal exprime formalmente sua opinião.

O editorial exige um alto espírito de responsabilidade por parte dos que se envolvem em sua produção e edição, porque expõe a imagem do jornal como um todo. Recomenda-se que o editorial seja enfático sem ser estridente; que seja sereno sem ser pesado e desinteressante; e que expresse os pontos de vista de maneira aguda, sem tergiversar.

A forma preferível é: apresentar sucintamente uma questão, desenvolver os argumentos do jornal e refutar os argumentos que a ele se opõem, finalizar expondo de modo condensado a posição adotada pelo jornal. O editorial dispensa a linguagem empolada. Quando reclamar a recapitulação de um determinado fato ela deve ser breve. Raramente convém usar a ironia e a interrogação; mais raramente ainda a exclamação. Todo texto que se referir a assunto tratado em editorial na mesma edição deve fazer remissão a ele. Nada impede que a **Folha** mude de opinião em editorial; em tais casos, deve dizê-lo ao leitor. Todos os editoriais devem ser chamados na primeira página.

A opinião da **Folha** não orienta o noticiário que ela publica. Estimula-se a publicação de artigos assinados que estejam em divergência com a posição dos editoriais. A produção deve investir nos temas abordados com frequência em editoriais.

[1987] Editorial – O editorial da **Folha** deve ser enfático sem ser estridente, sereno sem ser pesado e desinteressante; deve expressar os pontos de vista do jornal de maneira aguda, sem tergiversar. Deve apresentar concisamente a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar os que a eles se opõem e finalizar condensando a posição adotada pela **Folha**. O editorial deve dispensar a linguagem empolada, evitar a ironia e a interrogação, quase nunca adotar a exclamação.

[1987] Editorial – A opinião da **Folha** se expressa formalmente em seus editoriais. Os editoriais não dirigem o noticiário, mas a Redação deve procurar investir na produção de textos sobre os temas abordados com frequência em editorial. O jornal estimula a produção a produção de artigos assinados que estejam em divergência com as posições dos editoriais. Nada impede que a **Folha** mude de opinião; em tais casos, o jornal deve dizê-lo com clareza ao leitor.

[1987] Editorial – Os editoriais aparecem todos os dias na página A-2, em dois módulos à esquerda. Em casos excepcionais, a critério da direção da Redação, podem aparecer na primeira página, em local a ser definido em cada caso.

[1987] Editorial – exige um alto espírito de responsabilidade por parte dos que se envolvem em sua produção e edição, porque ele expõe a imagem do jornal como um todo. Os editorialistas devem manter contato estreito com a Redação. A Redação deve fornecer todo o material de subsídio que os editorialistas julgarem necessário. A Redação pode sugerir temas aos editorialistas através da “Crítica da Edição”, depois de discutidos na reunião de produção. O coordenador de Editoriais recebe cópias das pautas e da “Crítica”. Ele também participa ou se faz representar nas reuniões diárias de edição. Todo texto que se referir a assunto tratado em editorial numa mesma edição deve fazer remissão a ele. Os editoriais devem ser chamados em um sumário na primeira página e ser objeto de remissão nos pés de chamadas sobre o mesmo assunto, quando houver.

[1987] Editorial – É o texto em que o jornal exprime de maneira formal suas opiniões. Nunca é assinado.

[1992] Editorial – Texto que expressa a opinião de um jornal. Na **Folha**, seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. Deve evitar a ironia exagerada, a interrogação e a exclamação. Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela **Folha**.

Nada impede que o jornal mude de opinião sobre determinado assunto. Neste caso, deve dizê-lo com clareza.

Os editoriais são publicados na segunda página do jornal e, em casos excepcionais, na primeira. Não são assinados.

Os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem. A **Folha** procura publicar artigos assinados que discordem das posições dos seus editoriais.

[2001] Editorial - Os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem. A **Folha** procura publicar artigos assinados que discordem das posições dos seus editoriais.

Nada impede que o jornal mude de opinião sobre determinado assunto. Neste caso, deve dizê-lo com clareza.

[2001] Editorial – Texto que expressa a opinião de um jornal. Na **Folha**, seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. Deve evitar o sarcasmo, a interrogação e a exclamação. Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela **Folha**.

Diante das formulações postas, a primeira compreensão que acredito ser relevante apresentar é a de uma atualização de enunciados próprios a um modelo daquilo que é esperado quanto a uma redação, à produção textual jornalística, no verbete de 1984, no qual figuram menções à questão da concisão, da apresentação e

refutação de argumentos e da própria posição a ser adotada pela empresa jornalística, bem como aos modos de apresentação de questões linguísticas, próprias à constituição de sentidos nos/para os textos.

Ademais, muitos são os outros funcionamentos que merecem destaque, começando pelo grau de *responsabilidade* apontado nas edições de 1984 e 1987, ao atribuir-se ao *Editorial* o poder de *expor a imagem do jornal*, muito embora esteja marcada em todos os verbetes a possibilidade de flexibilização das posições adotadas pelo jornal.

Quando penso os sentidos postos pelo verbo *expor*, posso recuperar desde *pôr-se à vista, mostrar-se até correr riscos, aventurar-se* (HOUAISS, 2009). São exatamente os últimos que nos parecem funcionar junto à formulação dada pelo Manual: o editorialista seria responsabilizado pela produção de um texto que colocaria a instituição jornal frente ao risco, à aventura de marcar sua posição acerca de um fato perante seu público leitor.

Essa responsabilidade parece-me ter sido atenuada, no entanto, no exemplar de 1992, já que vejo deslizar os sentidos de *expor a imagem do jornal* para *expressar a opinião do jornal*. Remontando ao discurso lexicográfico, é possível saber com Houaiss (2009), que o verbo *expressar* traz em si as formulações próprias de *um manifesto por meio de palavras, de um ato de revelação de algo que já se marca, que já existe*, assim, ao editorialista caberia apenas manifestar por meio de seu texto a posição do jornal já demarcada socialmente, mediando a relação jornal-leitor.

É interessante pensar, também, acerca da seleção lexical feita para a caracterização do Editorial. Nos exemplares da década de 80, a descrição deste gênero discursivo é feita por meio de oposições: *deve ser enfático, sem ser estridente; deve ser sereno, sem ser pesado e desinteressante; deve expressar pontos de vista de maneira aguda, sem tergiversar*; portanto, o Editorial deveria marcar-se por *ressaltar a questão discutida de maneira inteligente e sagaz, sem ser áspero, ruidoso; apresentar-se de modo claro, limpo, ordenado, sem incomodar ou perturbar o leitor ao mesmo tempo em que não deve parecer indiferente, devendo ir direto ao ponto, sem lançar-se a subterfúgios e rodeios*. Enquanto nos exemplares de 1992 e 2001, atribuem-se a ele apenas duas características: *ser enfático e equilibrado*, retomando a necessidade de *ressaltar a questão discutida de maneira inteligente e sagaz, mantendo-se, no entanto, o nível de estabilidade das publicações da empresa*.

Ademais, a noção de pluralidade expressa pelas formulações '*Os editoriais não dirigem o noticiário*' e '*Estimula-se a publicação de artigos assinados que estejam em divergência com a posição dos editoriais*' que se fazem presentes, de certo modo, em todos os verbetes, recobrem a tentativa da *Folha* de afirmar-se enquanto um grupo que enuncia a partir de uma posição de autoria plural, partidária e neutra, e, ainda, o efeito de individualização da autoria de textos contrários às ideias expressas pelo jornal, num movimento que retoma a questão da instância jurídica, que individualiza o sujeito em sua culpabilidade (LAGAZZI, 1998), responsabilizando-o pelos seus dizeres a partir de um traço de singularidade que lhe é próprio, seu nome.

Outro funcionamento que merece consideração é o número de entradas para o verbete, que nos parece aumentar sustentados por dois fatores: primeiramente, pelo

fato dos Manuais terem sofrido um processo de revisão, de atualização que passou a segmentar os verbetes não por ordem alfabética, mas por capítulos em que determinadas especificidades sobre o discurso jornalístico são tratadas a partir da apresentação de alguns verbetes e nas versões mais atuais, por meio de imagens; e, por um segundo fator, que me parece estar funcionando junto aos modos de organização social, em seu sentido mais amplo, que acaba por demandar mais e mais conhecimento, mais e mais especificidade como garantia de autorização ao uso da língua.

Nesta regularidade de manutenção, retorno aos outros quatro verbetes já citados que sofreram atualizações em sua designação: *Preconceitos* deslizando para *Preconceito* nas edições de 1992 e 2001; *Denúncia* passando a *Denúncias*, em 1987, e, a *Denunciar*, nos exemplares de 1992 e 2001; *Crítica Especializada* derivando para *Crítica*, nos terceiro e quarto exemplares; e, *Menores* ganhando a forma singular *Menor*, para as edições da década de 90 e a de 2001.

Considerando os verbetes *Preconceitos*, existentes nas edições de 1984 e 1987,

[1984] Preconceitos – A **Folha** não admite preconceitos em seus textos. Ninguém é qualificado por sua origem étnica, naturalidade, confissão religiosa, situação social, preferências sexuais, deficiências físicas ou mentais, exceto quando essa qualificação for indispensável para tornar completa a informação que o texto veicula.

[1987] Preconceitos – A **Folha** não admite preconceitos nos textos que publica. Ninguém é qualificado por sua origem étnica, naturalidade, confissão religiosa, situação social, preferências sexuais, deficiências físicas ou mentais, exceto quando essa qualificação for indispensável para tornar completa a informação que o texto veicula.

acompanho uma repetição literal do trecho '*Ninguém é qualificado por sua origem étnica, naturalidade, confissão religiosa, situação social, preferências sexuais, deficiências físicas ou mentais, exceto quando essa qualificação for indispensável para tornar completa a informação que o texto veicula.*', o que parece ter como efeito de sentido a negação da possibilidade de expressarem-se julgamentos não-fundamentados (tal qual a acepção de 'preconceito' segundo o discurso lexicográfico), que tomem como base ideias pré-concebidas, que fujam da busca de neutralidade e imparcialidade perante todas as situações relatadas pelo jornal. No entanto, mais que os sentidos próprios à questão dos preconceitos, chama-me a atenção o deslizamento de '*A Folha não admite preconceitos em seus textos*' para '*A Folha não admite preconceitos nos textos que publica*', marcando posições de autoria diferenciadas: no exemplar de 1984, os textos são da *Folha*, enquanto no exemplar 1987, observo que à *Folha* cabe o ato de publicar textos escritos por outrem, mais uma vez remontando à instância jurídica e atribuindo a responsabilidade singularizada aos indivíduos que produzem e assinam textos.

Ainda sobre este verbete, nas publicações de 1992 e 2001, noto a singularização da palavra *Preconceito*, num movimento que retoma a individualização do sujeito pelo Estado, garantindo-lhe direitos e deveres. A saber:

[1992] Preconceito - A **Folha** não qualifica ninguém por sua origem étnica, confissão religiosa, situação social, preferência sexual, deficiência física ou mental, exceto quando for relevante para a notícia: *O primeiro governador negro dos Estados Unidos; O médico Simon LeVay, ele mesmo homossexual, encontrou estruturas diferentes nos cérebros de dezenas de homossexuais mortos por Aids.*

[2001] Preconceito – A **Folha** não utiliza expressões que denotem preconceito como *bicha*, *sapatão*, *crioulo*, *papa-hóstia*. As exceções ficam por conta de reproduções de declarações, entre aspas.

A **Folha** também não qualifica ninguém por sua origem étnica, confissão religiosa, situação social, preferência sexual, deficiência física ou mental, exceto quando for relevante para a notícia: O primeiro governador negro dos Estados Unidos; O principal ativista homossexual norte-americano foi recebido pelo papa. Pode-se usar a palavra *gay* como sinônimo de homossexual.

Não obstante, a utilização do enunciado *A Folha não utiliza expressões que denotem preconceito como bicha, sapatão, crioulo, papa-hóstia*, faz com que eu me interrogue sobre o porquê do aparecimento de uma explicitação que nos pareceria desnecessária? Há já uma outra imagem de língua funcionando a ponto de exigir tal explicitação? Sem mencionar o fato de que uma palavra estrangeira, *gay*, acaba ganhando estatuto em meio à língua portuguesa, sendo colocada na mesma rede de filiação e sentidos da palavra homossexual, sem considerar, por exemplo, que a palavra *gay*, em inglês, tem em sua *memória* (também) os sentidos de alegria... de contentamento, de expansão de sentimentos... direções de sentido que me fazem refletir sobre se uma enunciação em que a palavra *gay* fosse preferida a *homossexual* já não trouxesse em si significada o próprio lugar do preconceito, pois não trataria apenas de uma opção sexual, mas sim referências a modos de ser mais amplas que a opção sexual ou ao gênero.

Acredito ser relevante trazer a essa discussão o ponto de que ambas as publicações são posteriores à regulamentação da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que abrange os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Além disso, a Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988 – época também anterior às edições dos Manuais -, define como

objetivo fundamental da República, em seu Artigo 3º, inciso IV, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou *quaisquer outras formas de discriminação*”, trecho que me parece referir-se aos outros modos de discriminação não mencionados explicitamente no artigo, tais como a orientação sexual ou a discriminação em razão da portabilidade de necessidades especiais.

Ainda sobre o verbete *preconceito*, vejo funcionar, a partir do agrupamento de um conjunto de possibilidades, de qualificações, de atributos – como origem étnica, naturalidade, confissão religiosa, situação social, preferências sexuais, deficiências físicas ou mentais – produzir-se como efeito uma equivalência e uma significação, nelas mesmas, como sendo o próprio preconceito materializado. O que acaba por naturalizar o fato de que lançar mão dessas designações é ser preconceituoso. A afirmação de que estes atributos podem ser usados na condição de “indispensabilidade” para a informação, ajuda na força desse efeito ao mesmo tempo em que deixa na evidência o que garante a dispensa ou não do uso do atributo.

Dando prosseguimento a essa análise, observo o verbete *Denúncia* em seus deslizamentos:

[1984] Denúncia – A **Folha** revela, aponta, constata, apura, jamais denuncia. O jornal registra denúncias de terceiros.

[1987] Denúncias – A **Folha** revela, aponta, constata, apura, divulga. A **Folha** jamais denuncia. O jornal registra denúncias de terceiros, mas garante aos denunciados o direito de expor seus pontos de vista junto com os dos denunciantes.

[1992] Denunciar – Não use este verbo para se referir a reportagens. Prefira, segundo o caso, revelar, divulgar, apontar, constatar, apurar.

[2001] Denunciar – Reportagens da **Folha** não denunciam. Segundo o caso, revelam, divulgam, apontam, constataam, apuram.

Parece-me possível dizer que nos quatro exemplares, embora designados por palavras pertencentes a classes gramaticais diferentes – nos da década de 80, por meio do substantivo *denúncia*, que em sua forma singular e plural, nomeia uma ação, e, nos últimos, pelo verbo *denunciar*, que indica a possibilidade de execução de uma ação -, o mesmo efeito de sentido possa ser observado: a preterição de uma indicativa de acusação de ato ilegal, de revelação de um segredo às possibilidades mais amenas de revelar (tornar visível, fazer conhecer), divulgar (tornar público, conhecido), apontar (apresentar, indicar), constatar (verificar) e apurar (examinar em detalhes). Nessa esteira, à *Folha* caberia registrar as denúncias de terceiros, já que ao pautar-se pelo apartidarismo e pela neutralidade não lhe cumpre julgar os acontecimentos, e, explicitar o encadeamento dos fatos, tornando-o acessível ao seu público leitor.

Para além, quando retomo o enunciado *Não use este verbo para se referir a reportagens*, no exemplar de 1992, vejo que nele se materializa o que já estava latente desde 84: ao não enunciar imaginariamente do lugar da denúncia, evita-se comprometer-se juridicamente, ao mesmo tempo em que traz à tona um conjunto lexical filiado a uma direção de sentidos remetida à verdade, à realidade.

Essa busca por tornar público, por fazer conhecer também pode ser recuperada por meio das formulações para o verbete Crítica Especializada, que deriva sinteticamente para Crítica. Vejamos:

[1984] Crítica especializada – Um jornal é respeitado em parte pela qualidade das opiniões que seus críticos emitem. A crítica jornalística começa quando a obra de arte termina. Não há normas para a boa crítica, exceto que ela deve “iluminar” a obra de arte, decodificando-a para o leitor. O crítico da **Folha** não tem compromissos com os artistas; seu compromisso é com o leitor.

O jornal deve estar presente com seus críticos em todas as manifestações consideradas importantes no âmbito das artes e espetáculos. A crítica deve ser publicada rapidamente. Agilidade significa criticar um filme no dia de seu lançamento; uma peça teatral, um dia após a sua estreia; um livro ou um disco, na semana em que vão à venda; uma exposição de artes plásticas, no dia em que é inaugurada.

[1987] Crítica especializada – A qualidade de um jornal também depende das opiniões que seus críticos emitem. A crítica especializada da obra de arte, espetáculo, competição esportiva, desempenho acadêmico, discurso político, projeto econômico e programa administrativo deve ser fundamentada no conhecimento técnico profundo de cada um desses assuntos e expressa em linguagem acessível ao leigo, mas sem ser banal.

[1992] Crítica – Gênero Jornalístico opinativo que analisa e avalia trabalho intelectual ou desempenho: artes, espetáculos, livros, competição esportiva, discurso político, projeto ou gestão de administração pública, trabalho acadêmico. É sempre assinada.

A crítica deve ser fundamentada em argumentos claros. Quando escrita por especialista, deve permanecer acessível ao leigo, sem ser banal. Não deve conter acusação de ordem pessoal. Lembre-se o objeto da crítica é a obra ou desempenho, e não a pessoa.

[2001] Crítica - A crítica deve ser fundamentada em argumentos claros. Quando escrita por especialista, deve permanecer acessível ao leigo, sem ser banal. Não deve conter acusação de ordem pessoal. O objeto da crítica é a obra ou o desempenho, e não a pessoa. (p.60)

Observando os enunciados desses quatro verbetes, vejo produzirem-se os sentidos de que o lugar do conhecimento intelectual, da expertise acerca de uma determinada área, é ocupado por especialistas, que devem tornar acessível este conhecimento sobre, simplificando-o, decodificando-o, tornando-o compreensível ao leitor leigo, que ao ser significado pelos efeitos da ausência deste saber sobre, é colocado em posição de admirar e respeitar o jornal, tomando-o como fonte de conhecimento, principalmente, na escola, concebida como o lugar não da produção do conhecimento, mas de sua divulgação, que acaba naturalizando o efeito de que a mídia ocupe esta posição de respeitabilidade.

Acredito ser interessante, neste ponto, retomar a noção de divulgação científica, considerada como um processo de difusão de pesquisas e teorias em âmbito geral, que pode ser caracterizada pela re-enunciação de um discurso elaborado por especialistas e destinado a seus pares, em um discurso outro, reformulado por um divulgador e destinado ao grande público, papel que caberia, em meu material, a um crítico jornalístico especializado. No entanto, é necessário apontar que ao pensar no científico, nesse caso particular, na relação com a prática jornalística, acabo pensando, de maneira geral, na divulgação de algo que é considerado especializado (e aí entram todas as categorias: artes e ciências (econômica, política, sociais, física, etc)) ao mesmo tempo, em que se trata de um especialista jornalista-crítico e não um especialista da área dito por meio do discurso de um jornalista.

Authier-Revuz (1999) nos diz que a principal função destinada à divulgação científica é a comunicação entre ciência e público. Esse tipo de discurso é constituído pelo discurso científico e pelo discurso cotidiano. É um trabalho pelo e no discurso.

Ademais, Orlandi (2001) considera o Discurso de Divulgação Científica como um jogo complexo de interpretação, já que trabalha na base de um duplo movimento em que o divulgador lê um discurso e diz em outro. Isso vai constituir efeitos de sentidos que são próprios ao que se denomina de divulgação científica. Produz-se aí uma versão. A divulgação científica é uma versão da ciência (Orlandi, 2005, p. 134). “Não é o discurso ‘da’, é o discurso ‘sobre’” (Orlandi, 2001, p. 27).

Há assim uma transferência de sentidos: o que significava na ordem do discurso da ciência, desliza para produzir outros efeitos de sentido na ordem do discurso de divulgação científica. Há um deslizamento, que vai produzir outros efeitos de sentido.

Assim, um cenário da divulgação científica como discurso disponível que estabiliza, no senso comum, um conjunto de sentidos que configuram um imaginário vai sendo produzido.

Passando, então, às compreensões próprias ao último dos verbetes que se faz presente em todas as edições do Manual, mesmo que tendo sofrido modificações, pode-se observar, mais uma vez, um movimento de singularização do sujeito em sua individualidade jurídica, a saber:

[1984] Menores – A **Folha** não publica fotos que permitam identificar menores infratores e ao mencioná-los omite seus nomes, indicando apenas as iniciais de nome e sobrenome.

O assunto é regulado pelo Código de Menores (lei 6.697, de 10/10/79).

[1987] Menores – A **Folha** não publica fotos que permitam identificar menores infratores e ao mencioná-los omite seus nomes, indicando apenas as iniciais de nome e sobrenome. O assunto é regulado pelo Código de Menores (lei 6.697, de 10/10/79).

Menores – O Código de Menores trata da assistência, proteção e vigilância de pessoas com menos de 18 anos e, eventualmente, com idade entre 18 e 21 anos.

Na hipótese de infração penal praticada por menor de 18 anos podem ser aplicadas várias medidas, entre elas advertência, regime de semiliberdade e internação em estabelecimento próprio.

O Código cuida ainda da adoção, das proibições referentes a espetáculos teatrais e cinematográficos, televisão etc. e das infrações cometidas contra a proteção dos menores.

São previstas penalidades para quem divulgar, sem autorização, por qualquer meio de comunicação, atos, nomes ou documentos de procedimento judicial relativo a menor, assim como fotografia de menor em situação irregular ou vítima de crime.

[1992] Menor – Evite o termo para referir-se a criança ou adolescente. A legislação proíbe a publicação de nome de criança ou adolescente a que se atribuam infrações. Use as iniciais com ponto e sem espaço entre letras.

Menor – A **Folha** não deve publicar foto que permita a identificar criança ou adolescente infrator. Ao mencioná-lo, omite seu nome, registrando apenas as iniciais, com pontos, sem espaço. A lei prevê penas para quem divulgar, sem autorização, ato, nome ou documento de procedimento judicial relativo a menor, assim como fotografia de menor em situação irregular ou vítima de crime. Não use a palavra menor em texto para designar criança ou adolescente.

[2001] Menor – Evite o termo para referir-se a criança ou adolescente. Não publique o nome completo de criança ou adolescente infrator; use as iniciais com ponto e sem espaço entre letras. A **Folha** não deve publicar foto que

permita a identificar ou expor a situação de constrangimento criança ou adolescente infrator

Menor – A legislação em vigor proíbe a identificação direta ou indireta de criança ou adolescente a que atribuam infrações, mesmo depois de eles terem completado a maioridade. Na grafia de nomes, use as iniciais com ponto e sem espaço entre as letras. Evite apontar os nomes dos pais e o endereço, já que isso pode acarretar a identificação indireta da pessoa. A **Folha** não publica foto que permita identificar a criança ou adolescente infrator ou em situação de constrangimento.

Importante também se coloca a reflexão acerca da contraindicação do uso da palavra menor a partir da publicação de 1992. Além de observar a quebra de um funcionamento constituído pelos enunciados presentes nos verbetes de 1984 e 1987, pelos quais se acaba por associar o menor ao sentido de infração, apagando-se, a *memória* de um menor ‘de idade’ que possa ser vítima de crime, por meio de um processo parafrástico presente no exemplar de 1992, a saber, *Menor – Evite o termo para referir-se a criança ou adolescente*; vejo, nos verbetes, funcionarem os sentidos postos pela interdiscursividade própria da relação entre as duas versões do Código de Menores (1927 e 1979), Decreto nº 17943, de 12/10/1927 e Lei nº 6697/79, respectivamente, e, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

Quando penso os discursos disponíveis à época das publicações da década de 80, observo que a criança e o adolescente objeto de análise é, segundo o Código de 1927, o menor abandonado ou delinquente, objeto de vigilância da autoridade pública (juiz), ou ainda, de acordo com a versão de 1979, o menor em situação irregular, objeto de medidas judiciais, fato que justificaria a indicativa de uso da palavra menor pela *Folha*, pois o que se constituiria enquanto notícia seria justamente a relação desta criança/adolescente com a irregularidade, ilegalidade.

Com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, o foco deriva do menor infrator para a criança e o adolescente enquanto sujeito de direitos e em situação peculiar de desenvolvimento. É nesse sentido que a *Folha* passa a negar aos seus jornalistas o uso da palavra menor, já que esta palavra estaria filiada ao crime, por todo um já-dito que figura na *memória discursiva* do leitor, de uma *memória* sobre os próprios usos da língua.

Outro ponto relevante a ser considerado é o funcionamento das cores, dos gráficos e do número de páginas cada vez maior na constituição do efeito de completude de *coisas a dizer* sobre a escrita jornalística, nos manuais, pois isso parece-nos permitir pensar que esses três funcionamentos (cores, infográficos e acréscimos) direcionam-se para a construção da mídia enquanto o instrumento disponível para *saciar* a necessidade do conhecimento. Beacco & Moirand (1995), nas palavras de Mariani (1998), sem mencionar especificamente o discurso jornalístico, atribuem um aspecto didático aos discursos midiáticos, o que também fora corroborado por Silva (2002), numa relação mais forte com o efeito de completude dado a um instrumento linguístico como aquele que contém a língua, o saber, uma vez que,

para transmitir informações sobre acontecimentos eles comparecem permeados por esquemas, desenhos (mapas, figuras e croquis, ou retratos falados, por exemplo), além de definições, explicações, estatísticas, questionamentos e citações de autoridade, enfocando, assim, um acontecimento singular a partir de generalizações feitas a partir de um campo de saberes já estabelecidos. (MARIANI, 1998, p.61)

As capas dos Manuais também se constituem como lugares de significação, vejamos:

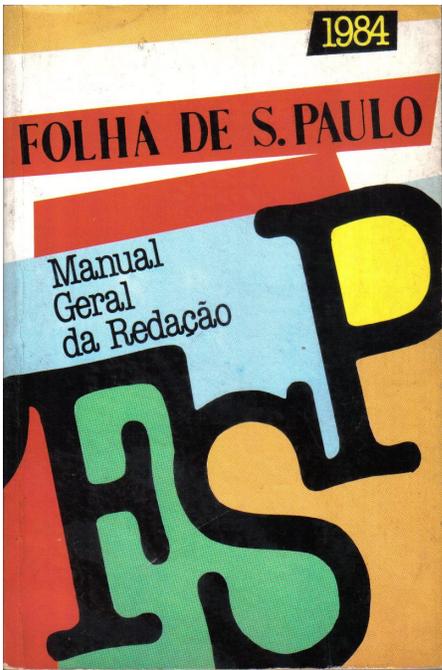


Figura 5 - Capa do Manual de 1984

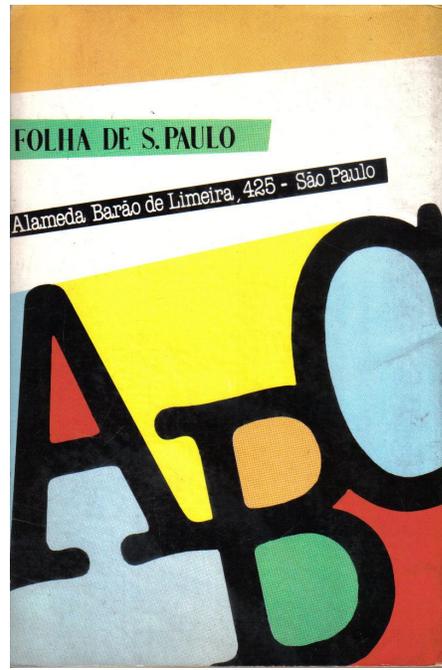


Figura 6 - Contracapa do Manual de 1984



Figura 7 - Capa do Manual de 1987



Figura 8 - Contracapa do Manual de 1987

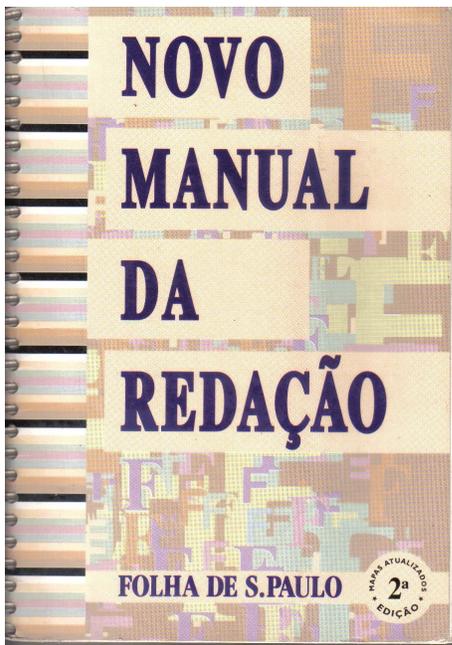


Figura 9 - Capa do Manual de 1992

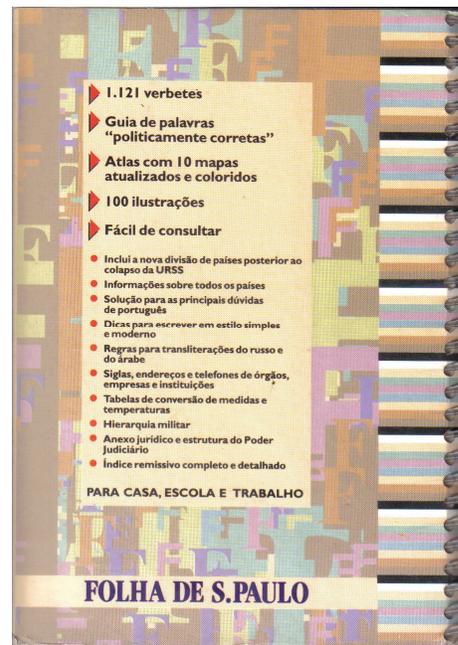


Figura 10 - Contracapa do Manual de 1992

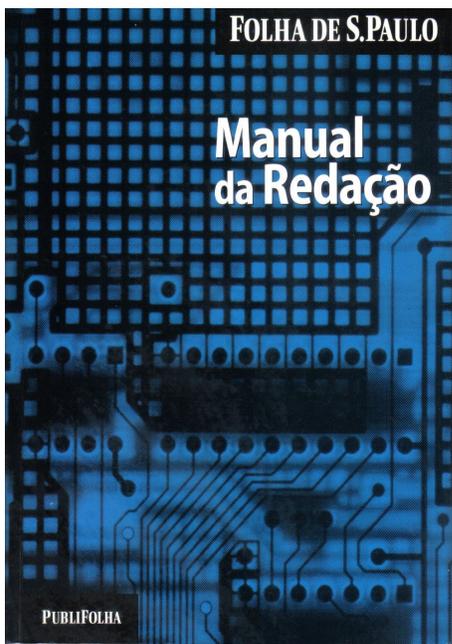


Figura 11 - Capa do Manual de 2006



Figura 12 - Contracapa do Manual de 2006

Quando cotejo as capas dos *exemplares um, dois, três e quatro*, percebo que há um deslizamento do sentido de *capa* dicionarizado, a saber

tudo que envolve ou cobre alguma coisa, com a finalidade de proteger; cobertura (...) (de livro ou de qualquer publicação) confeccionada em material rígido, geralmente papelão revestido de couro ou de plástico. (cf. Dicionário Houaiss Online)

para os sentidos de algo que necessita receber um tratamento especial, pois, de certo modo, sintetizaria o conteúdo do livro, deslizaria para a condição de embalagem do produto, primeiro contato do/com o consumidor, quase como um cartaz publicitário; funcionamento próprio do discurso mercadológico.

Pensando a *capa* como *embalagem*, sou remetida ao fato de que, atualmente, inserimo-nos em um mercado altamente competitivo, no qual os produtos são ofertados em grandes quantidades e a concorrência entre eles tem sido cada vez mais acirrada. É preciso individualizar cada produto, dar a ele uma identidade, assim, o desafio para as estratégias de Marketing é o de estabelecer uma relação entre o produto, o consumidor e a marca, resultando em fidelidade, já que as embalagens passaram a funcionar como uma mídia dirigida aos consumidores efetivos do produto.

Nesse sentido, retomo Martins (2008), em seus apontamentos entre a relação da linguagem do marketing com a linguagem institucional:

De inspiração predominantemente norte-americana, na primeira há um conjunto de autores discutindo formas de conquistar o consumidor; na segunda, com base nas ciências humanas, os textos fazem referência a modos de ver o consumo na investidura de membro de um público com o qual a organização estabelece e tenta perpetuar relacionamentos. (*idem, ibidem*, p.14)

Vejo aí representada a busca de vínculos maiores entre a instituição e o consumidor, na tentativa de elevar o cliente àquilo que Martins (2008) denomina como *categoria superior de indivíduo* – aquele que, ao adquirir, toma uma decisão, assume uma posição ao, de certo modo, filiar-se ao discurso de certas instituições, ao identificar-se com determinados produtos em detrimento de outros; já que, parafraseando e deslocando os dizeres de Orlandi (1993)<sup>28</sup>, o consumidor estabelece com os produtos uma relação de confiança ou desconfiança, admiração ou desprezo, identificando-se ou não com o produto, podendo até desistir dele por não se identificar com aquele consumidor para quem aquele produto foi produzido.

Ainda com as *capas*, identifico alguns funcionamentos interessantes: nos *exemplares um e dois* há a inclusão do ano de publicação, enquanto em *três e quatro*, não há remissão à questão da cronologia; este funcionamento parece-me apontar para um deslocamento do lugar da tradição, do conhecimento que se marca através dos tempos, para o lugar do atemporal, da busca por um movimento que significasse o Manual pelos sentidos de atualidade, de modernidade, algo que não estivesse colado ao seu tempo de publicação.

Em *um, dois e três, Folha de S.Paulo* vem como a origem editorial, a empresa jornalística estaria, então, responsabilizada juridicamente pela publicação, tratar-se-ia de uma produção de ‘dentro para dentro’, ou seja, a *Folha* por meio do Manual estabeleceria padrões e normas para suas próprias publicações, quando há o deslizamento, em *quatro*, para PUBLIFOLHA, produz-se como efeito de sentido uma separação entre a empresa responsável pela publicação do Manual e o Jornal, o

---

<sup>28</sup> Em seu texto, Orlandi (1993) trata da relação estabelecida entre o leitor, o autor e o texto. Relação que, por expansão dos sentidos, me parece fundamental para a compressão da relação consumidor, instituição e produto; em meu caso, leitor do Manual, a Folha e os Manuais.

deslocamento, então, seria de ‘fora para dentro’, como se algo que escapasse ao alcance do Jornal, como se sentidos de interdição fossem produzidos por um Outro, a partir de uma *posição-sujeito* diferente.

Além disso, a capa do *exemplar dois*, significando uma resposta às demandas por informações, insere a inscrição *2ª edição revista e ampliada*, ao já enunciado título “Manual Geral da Redação”, quer seja remontando aos sentidos de correção, adequação, avanço, por meio da palavra *revista*, quer seja pela necessidade da ilusão de completude, acréscimo, de desenvolvimento, significada pelo adjetivo *ampliada*.

Quando penso a inserção do endereço completo da empresa, em *um*, e, a manutenção dessa inscrição em *dois*, acredito observar como efeito a singularidade, a empresa é aquela situada à Alameda Barão de Limeira, não outra. Esse funcionamento corrobora o efeito de disjunção entre *Folha* e *Estadão*, já que, até certa época, os exemplares da *Folha* eram impressos na oficina do *Estado*, à rua 25 de Março.

Algo que também merece atenção é a arte da *capa*. Em *um*, trabalha-se a abreviação **FSP**, regionalizando, de certa maneira, a imagem de leitor para o Manual, pois se a *Folha* é de **SP**, marca-se aí a imagem daquele que, ao menos virtualmente, seria o leitor do exemplar. Já em *dois*, exemplar lançado quando da expansão nacional de vendas do Jornal, retira-se a inscrição **SP**, ampliando os sentidos possíveis para um leitor que pertence ao Brasil, ao Mundo: o **F** sintetiza o conteúdo do Manual – a *Folha* falando de suas práticas redacionais para ela própria, para profissionais de jornalismo e seus leitores.

Ainda em *dois*, o uso de formas geométricas (círculos e paralelas) coloca-se como um ponto para atenção, pois tocaria a questão da constituição de um sistema de coordenadas para estabelecer as propriedades das figuras, o que, por *paráfrase*,

derivaria para um sistema de coordenadas para estabelecer as propriedades do texto jornalístico.

Quando considero a capa do *exemplar quatro*, sou exposta a uma composição de formas que tocam a *memória* dos componentes eletrônicos, dos chips e placas de computadores. É nesse ponto que retomo a questão da modernidade descrita pelas formas presentes na capa. A *Folha*, em seu discurso institucional, dá amplitude à sua busca por informação constante, por revolução gráfica e tecnológica; o jornal perpassado pela era da informática, da internet... a possibilidade de amplo conhecimento marcada pela questão da sofisticação, do poder.

Além disso, o nome dado aos Manuais também reclama sentidos, pois quando penso os Manuais *de* Redação, faz-se necessário retomar Orlandi (2005) para afirmar que a língua é capaz da falha, essa possibilidade é constitutiva da ordem simbólica; o equívoco já é fato de discurso, é a inscrição da língua na história que produz equívoco. Este se dá no funcionamento da ideologia e do inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história, que em meu material, funciona na medida em que o Manual *de* Redação, significado como o espaço administrativo da escrita, desliza para Manual *da* Redação, em que a preposição *mais* o artigo, acabam re-significando este espaço como aquele do Jornal, da *Folha de S. Paulo*.

Nessa esteira, se, em *um e dois*, vê-se *Manual Geral da Redação*, vê-se, em *três*, *Novo Manual da Redação*, e, em *quatro*, *Manual da Redação*. Todos os *exemplares* trabalham, por meio de suas formulações, os sentidos de Manual como tradução de normas, de concepção de jornalismo, e, por extensão, de uma língua/linguagem que deve ser usada. A *Folha* afirma, no entanto, que seus manuais

não se limitam a impor regras gramaticais e padronizar a linguagem, pois dão ao jornalista noções de produção gráfica, definem conceitos e servem como base para discussões no dia-a-dia da Redação (cf. Círculo Folha); o *da Redação* instaura o *sujeito-leitor* do Manual, pois não sendo *de Redação* exclui-se a possibilidade de um interlocutor qualquer, interessado em redigir, em escrever com ordem e método – o interlocutor para o Manual é o [jornalista] da Redação ou o [leitor] da Redação.

Tenho de lembrar, no entanto, que em *três*, por meio do enunciado *Para casa, escola e trabalho*, há a construção de uma prática específica de leitura, resultando na produção daquilo que Orlandi (2005) denomina efeito-leitor. De acordo com a autora, “O efeito-leitor se dá no reconhecimento – identificação do sujeito, gesto de interpretação – de uma leitura no meio de outras” (idem, *ibidem*, p.70), o que em novo material convocaria o *sujeito-leitor* de casa, o leitor do jornal; o da escola, o jornalista em formação, que ainda tem de se apropriar das formulações próprias do discurso jornalístico, ou ainda, o leitor que, em sua rotina escolar, possa vir a consultar o Manual, tomando-o como uma referência de língua a ser usada, padrão de correção a ser seguido; e, a forte marcação do *sujeito-leitor* do *trabalho*, próprio do jornalista da *Folha*, que deve submeter-se àquele Manual, àquele padrão de língua para poder ser sujeito de práticas jornalísticas nesta empresa.

Pensando as distinções dos Manuais, vejo duas palavras funcionando: *Geral e Novo*. Se recorro ao discurso lexicográfico, algumas acepções demandam minha interpretação. A saber,

**Geral.** (adjetivo de dois gêneros). 1. que se aplica a um conjunto de casos ou de indivíduos. 2. que abrange a totalidade ou a maioria de um conjunto de coisas ou pessoas. 5. não específico ou definido; superficial, vago. (substantivo masculino) 11. o que é corriqueiro, normal; comum. (cf. Houaiss)

Atribuir, ao Manual, a qualificação *Geral*, nos *exemplares um e dois*, mobilizam-se os sentidos daquilo que é comum, normal, não específico, tratado de modo superficial, breve, contrapondo-se à significação de singularidade e completude, tão caras à Sociedade de Consumo na qual vivemos. O Manual deixa de ser *Geral*, pois não é qualquer Manual, mas, por expansão, o Manual da Redação da *Folha de S. Paulo* [já que, embora, ultimamente a autoria recaía sobre a PUBLIFOLHA, acredito ser relevante dizer que a instauração dessa ‘editora’ se dá em meio à institucionalização da *Folha*, sendo, a meu ver, parte de seu processo de discursivização, permitindo-me uma qualificação para o *da Redação* como o *da Folha*], jornal que trabalha sobre a evidência de ser o jornal brasileiro de maior circulação diária]. Trabalha-se, desse modo, em *três e quatro*, pela supressão e pelas redes de sentido produzidas, por oposição, aos sentidos de *Geral*, nas quais jogam as significações de especificidade, profundidade, novidade e completude.

Ainda sobre a nomeação, observo, no *exemplar três*, a inserção do adjetivo *Novo* anteposto ao substantivo Manual, numa cadeia significante atípica, já que, em Língua Portuguesa, costuma-se posicionar o adjetivo após o substantivo.

Compreendo, nesse movimento, a tentativa de enfatizar os sentidos já dicionarizados da palavra *Novo*, intensificando os sentidos de algo

**Novo.** (adjetivo). 1. que nasceu recentemente. 2. de pouca idade. 8. Que apresenta originalidade, que tem caráter de novidade. 9. Que se caracteriza pela atualidade, pela contemporaneidade. (cf. Houaiss)

Partindo para o interior do Manual, observo diferenças relevantes entre os *exemplares*: o *primeiro* inicia-se por uma seção sem título, composta por seis parágrafos; o *segundo* apresenta uma seção chamada *Como consultar este Manual* composta por três parágrafos; o *terceiro* apresenta uma *Introdução* seguida de um *Como consultar este Manual*, ambos distribuídos em oito parágrafos cada; e, o *quarto exemplar*, embora apresente as mesmas seções que o *terceiro*, o faz por meio de uma textualidade diferenciada – a *Introdução*, mais breve, divide-se em cinco parágrafos e o *Como consultar este Manual* denota a utilização de cores e elementos gráficos. Vejamos:

*Exemplar um*

Este MANUAL GERAL não substitui um curso de jornalismo e muito menos supre a vivência prática de redação, indispensável na preparação de um profissional de imprensa. Não preenche tampouco a ausência de uma formação técnica ou cultural sólida e de um domínio seguro sobre o idioma, requisitos preliminares em jornalismo.

Seu objetivo é apenas traduzir, em normas empíricas e simples, a concepção de jornal que se procura praticar na **Folha**. Embora algumas dessas normas revistam um caráter conceitual, ainda assim sua inclusão teve origem em preocupações práticas.

Há verbetes que visam a dirimir dúvidas frequentes; outros indicam o procedimento aconselhável em determinadas situações; outros, ainda, consolidam práticas que a tradição vem estabelecendo ou uniformizam, o jargão utilizado internamente.

Muitos temas não foram objeto de norma porque não havia necessidade concreta que assim exigisse. O MANUAL GERAL não se propõe a esgotar os assuntos que aborda, até porque a **Folha** é um jornal em desenvolvimento e normas que são hoje adequadas poderão deixar de sê-lo no futuro.

Além de definir conceitos e orientar o jornalista que a ele recorre, o MANUAL GERAL serve como base para discussões em torno de problemas do dia-a-dia.

Os verbetes estão dispostos em sequência alfabética a fim de facilitar as consultas, que não prescindem, naturalmente, do bom senso necessário para solucionar cada caso.

*Exemplar dois*

### **COMO CONSULTAR ESTE “MANUAL”**

A necessidade de estabelecer um padrão a partir do qual o trabalho jornalístico se desenvolva de modo homogêneo está na origem do lançamento, em setembro de 1984, do “Manual Geral da Redação” da **Folha**. Este volume contém uma segunda edição do “Manual”, ampliada e corrigida à luz da experiência dos três anos seguintes.

Para facilitar a consulta, os verbetes estão dispostos agora na forma de capítulos. Cada capítulo reúne normas, praxes e esclarecimentos em função da afinidade que apresentam com um tema básico, correspondente a um dos aspectos da produção do jornal. **Uma mesma questão pode ser tratada, sob enfoques diferentes, em mais de um capítulo.** A fim de propiciar a localização imediata de um problema, acrescentou-se um índice remissivo no final. É por ali que convém iniciar as consultas específicas.

O número de verbetes cresceu, para abrigar casos omitidos na primeira edição e contemplar situações novas ou antes imprevistas. Ainda que rapidamente, abordaram-se problemas teóricos do jornalismo sempre que isso pareceu adequado. A orientação dos verbetes continua, porém, eminentemente prática. Esta segunda edição cancela a vigência da primeira e a substitui como ponto de referência para as discussões internas, instrumento da melhoria profissional e critério de qualidade. (p.23, grifos do autor)

*Exemplar três*

### **INTRODUÇÃO**

Este manual contém as normas e recomendações que orientam o trabalho jornalístico na **Folha**. Ainda que incorpore muito do manual de 1984 e de sua versão ampliada e revista de 1987, o ‘Novo Manual’ difere substancialmente do anterior.

O texto de 1984 teve funções pioneiras. Manuais de estilo já existiam desde a década de 20. Pela primeira vez, porém, um manual de jornalismo não se limitava a prescrever opções de linguagem e reforçar regras gramaticais, mas procurava condensar uma concepção de jornal.

Da política editorial até aspectos da indústria gráfica, as fases da produção jornalística apareceriam subordinadas a um programa de mudanças, o mesmo programa que despertou incompreensões e resistências até o final dos anos 80. Hoje, as linhas essenciais do projeto editorial da **Folha** estão sendo rapidamente absorvidas no patrimônio comum da imprensa brasileira.

O manual de 84 foi pioneiro também em outro sentido. Nunca um jornal tornara pública uma pauta tão extensa de compromissos, facultando ao leitor os meios técnicos de fiscalizar sua execução, estabelecida num texto escrito. Abriu-se acesso a um mundo de segredo corporativo e o pequeno volume (91 páginas) se tornou o primeiro Best Seller no gênero. Outras empresas de comunicação decidiram reformular seus manuais e colocá-los à disposição do público.

Até pela característica militante, o texto de 84 era draconiano e impositivo. A versão de 87 abrandou esse aspecto, enriqueceu os conceitos, corrigiu falhas e acrescentou verbetes. Resultou num texto mais abrangente, com 214 páginas.

Noções clássicas de jornalismo, que estavam esquecidas, foram recuperadas e criticadas pelos textos 84/87; tendências internacionais em voga foram adequados à situação do jornalismo brasileiro. O novo manual pode prescindir da padronização intransigente, necessária nas versões anteriores.

Apesar de suas insuficiências, a **Folha** atingiu um patamar técnico médio a partir do qual parece possível avançar para um jornalismo mais elaborado, mais eficaz do ponto de vista visual, melhor escrito – e mais útil para o leitor. As

normas do novo manual são flexíveis e admitem nuances antes repelidas. Apostam na iniciativa e no discernimento individuais, na inventividade das soluções em cada caso e na disposição para manter o jornalismo em aperfeiçoamento constante.

Duas comissões trabalharam no preparo deste volume. Da primeira, que se reuniu entre janeiro e julho de 91, fizeram parte os jornalistas Carlos Eduardo Lins da Silva (coordenador), Caio Túlio Costa e Márion Strecker. O resultado quase enciclopédico foi retalhado e condensado por uma segunda comissão, formada pelos jornalistas Mario Vitor Santos (coordenador), Marcelo Leite e Hélio Schwartsman, de agosto a dezembro de 91.

Numa série de reuniões posteriores, esta segunda comissão apresentou um projeto aos integrantes da Direção da Redação da **Folha**. Com a participação dos responsáveis pela Agência **Folha**, pela “Folha da Tarde” e pelo “Notícias Populares”, esse projeto foi discutido verbete a verbete e finalmente aprovado.

### COMO CONSULTAR ESTE MANUAL

Como muitas obras no gênero, este manual enfrenta uma contradição fundamental. Deve ser um texto para leitura detida, que leve a uma reflexão sobre o próprio do jornalismo: sua função e seus limites, implicações éticas, discussão do fato jornalístico. Mas, ao mesmo tempo, deve ser uma obra de consulta: tem de ser capaz de resolver rapidamente dúvidas específicas, o que pode significar, por exemplo, a diferença entre uma manchete correta ou com erro de português. Na tentativa de conciliar da melhor forma possível essas tendências antagônicas, o manual foi dividido em quatro capítulos, nos quais os verbetes estão dispostos em ordem alfabética, e em uma série de anexos.

Em grandes linhas, o primeiro capítulo, **Projeto Folha**, reúne os princípios editoriais do jornal, a conduta esperada dos profissionais da **Folha** e propõe a reflexão sobre vários temas jornalísticos, como a questão da objetividade e a da especialização.

O segundo capítulo, **Produção**, compila uma série de recomendações pertinentes à coleta de fatos para escrever uma reportagem: precisão, checagem de informações, tratamento do personagem da notícia.

O terceiro capítulo, **Texto**, procura dar conta dos principais pontos da gramática. Alerta ainda para erros frequentes, faz observações de estilo e estabelece algumas padronizações de linguagem da **Folha**, explicando, na medida do possível, suas razões.

Por fim, o último capítulo, **Edição**, traz recomendações relativas à hierarquização e apresentação do material jornalístico: qual a notícia mais importante, como ela deve ser colocada na página, como fazer títulos e legendas, o projeto gráfico da **Folha**. Este capítulo contém ainda uma série de exemplos gráficos que ajudam a esclarecer o conteúdo dos verbetes.

Como muitos dos temas tratados pelo manual dizem respeito a mais de uma fase da produção jornalística e, portanto, a mais de um capítulo, optou-se pela redundância. Assim, alguns verbetes que abordam questões consideradas importantes para a implantação do projeto editorial da **Folha** se repetem, idênticos, em mais de um capítulo. Outros ganham ou perdem parágrafos em função da especificidade do capítulo em que se encontram.

Nos **anexos** estão compiladas informações que podem ser úteis na hora de escrever um texto: conversões de temperaturas e medidas, tabelas de hífen e distâncias, grafia de estrangeirismos etc.

Para facilitar a resolução de dúvidas específicas, o manual conta também com um índice remissivo detalhado. Além disso, no final de muitos dos verbetes existem remissões para verbetes ou anexos que lhes complementem o sentido.

*Exemplar quatro*  
**Introdução**

Este manual contém as normas e recomendações que norteiam o trabalho dos jornalistas da **Folha**. Ele é uma versão revista e ampliada da edição anterior, lançada em 1992 – que, por sua vez, atualizava as edições de 1984 e 1987, fazendo acréscimos a elas.

A elaboração deste livro obedeceu a alguns princípios básicos. A exemplo das versões anteriores, ele procura condensar uma concepção de jornal e tornar disponível para o público leitor uma pauta de compromissos, dando-lhe a possibilidade de fiscalizar sua exceção.

Esta edição procurou também atender ao interesse dos leitores que utilizam o manual como fonte de consulta. Assim, ela traz uma série de anexos (gramatical, jurídico, médico e outros) cujo objetivo é oferecer ao público uma obra de referência – concisa, porém abrangente – e ao mesmo tempo dar subsídios a atividade jornalística, sem ter, evidentemente, a pretensão de substituir a consulta a especialistas.

O novo manual também traduz uma flexibilização progressiva das normas presentes nas edições de 1984 e 1987, mais impositivas. Ele consubstancia os princípios da última versão do projeto editorial da **Folha** – divulgada em 1997 e aqui reproduzida – e procura orientar a aplicação desse projeto na prática cotidiana dos jornalistas.

Os trabalhos deste livro tiveram início em março de 1998, quando a comissão responsável por sua elaboração começou a reunir-se. Todos os verbetes e os textos mais longos tiveram, quando necessário, a colaboração e a consultoria a especialistas e foram aprovados por um colegiado composto pelos integrantes da Direção e da Secretaria de Redação da **Folha**. (grifos do autor)

## Como consultar este manual

### O manual está dividido em quatro capítulos:

- 1 **Projeto Folha**, que reproduz a última versão do projeto editorial do jornal divulgada em 17 de agosto de 1997;
- 2 **Procedimentos**, capítulo composto de texto corrido e verbetes que explica como os jornalistas da **Folha** devem seguir, na prática cotidiana, as diretrizes estabelecidas pelo projeto editorial;
- 3 **Padronização e estilo**, com verbetes que apresentam as recomendações da **Folha** a seus jornalistas para a elaboração de textos;
- 4 **Estrutura da Folha**, que conta a história do grupo e apresenta suas empresas, unidades de negócios, principais departamentos e funções profissionais.

### Esses capítulos são seguidos por 12 anexos:

- 1 gramatical;
- 2 legislativo;
- 3 jurídico;
- 4 militar;
- 5 de religiões;
- 6 médico;
- 7 matemático e estatístico;
- 8 geográfico, com mapas;
- 9 econômico;
- 10 transliteração de nomes estrangeiros;
- 11 principais estrangeirismos, com a grafia adotada pela **Folha**;
- 12 siglas, com endereços e telefones.

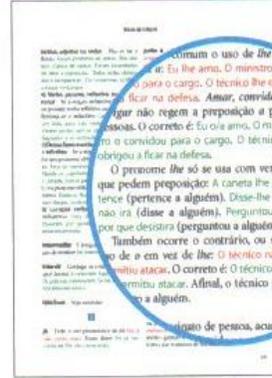
O objetivo básico dos anexos é fornecer informações úteis no momento de escrever ou de editar um texto. No final do livro, há um índice analítico detalhado, que serve para guiar as consultas ao manual.

### FOLHA DE S. PAULO

Para facilitar a consulta, os capítulos têm cores próprias, indicadas na parte lateral da página: amarelo, laranja, vinho, roxo, azul-escuro e azul-claro. No capítulo **Procedimentos**, um sinal de exclamação destaca pontos de atenção para a atividade jornalística



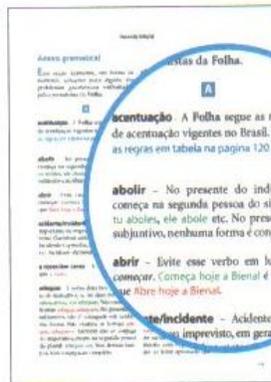
Todos os capítulos e anexos do manual obedecem a um código de cores. Os trechos destacados em verde correspondem aos exemplos e às determinações que os jornalistas devem seguir; as frases em vermelho sinalizam o que os profissionais da Folha têm de evitar



Tabelas e gráficos proporcionam compreensão imediata do assunto abordado. São mais de 60 tabelas, que trazem uso de maiúsculas e minúsculas, conversão de medidas, fusos horários do mundo, maiores acidentes geográficos e tabela nacional de distâncias, entre outros temas



Organizadas em ordem alfabética, as dúvidas mais frequentes são solucionadas no Anexo gramatical. Mostra o uso correto de hífens, concordância, regras de acentuação, crase, regência verbal, grafia correta de palavras e o uso da vírgula, entre outros tópicos da gramática



Em linguagem clara e concisa, 12 anexos trazem o essencial sobre os assuntos. O Anexo militar traz a hierarquia das Forças Armadas brasileiras; no Anexo geográfico, é possível consultar informações essenciais sobre os países, como nome oficial, capital, moeda e religião



A nova edição do manual traz ainda mapas coloridos do Brasil, São Paulo, Rio de Janeiro, América do Sul, América Central, América do Norte, Europa, Ásia ocidental, África, Oceania, Ásia oriental e Comunidade dos Estados Independentes



Figura 14 - Seção *Como Consultar este Manual*, do exemplar quatro.

Quando me coloco frente à injunção de interpretar essas formulações, mais uma vez percebo a necessidade de trabalharmos com a questão da comparação.

Na apresentação sem título do *primeiro* Manual, noto a grandiosidade representada no projeto ao me colocar frente à denominação *MANUAL GERAL*, grafada em todo o texto com letras maiúsculas. Maiúsculo não pela extensão, mas sim por uma questão de formato próprio, de grande importância, de qualidades superiores; o que, no entanto, não apaga a necessidade de formação acadêmica e experiência profissional, marcadamente mencionada em *não substitui um curso de jornalismo e muito menos supre a vivência prática de redação*.

Tendo como objetivo *apenas traduzir, em normas empíricas e simples, a concepção de jornal que se procura praticar na **Folha***, noto um forte batimento entre o discurso da Ciência e o do Senso Comum. A tradução de normas apontaria para a defesa de uma simplificação dos conceitos científicos, certa preocupação prática, para a discussão de temas que são da ordem do cotidiano.

A preocupação com a linguagem pode ser recuperada em diferentes momentos do texto: quer seja por uma preocupação com o domínio da língua, pela necessidade de desambiguação entre verbetes, pela manutenção de questões que se colocam pela tradição ou pela busca de uniformização de um jargão usado pela empresa jornalística.

Algo que me chamou a atenção foi a compreensão da incompletude necessária do/para o texto que se nos apresenta. O Manual não daria conta de todos os problemas, de todas as dificuldades que decide abordar, pois *a Folha é um jornal em desenvolvimento e normas que são hoje adequadas poderão deixar de sê-lo no futuro*. Vejo aqui funcionando a relação texto e discurso, em que se pensa um exemplar enquanto uma unidade de sentido, para que se respondam às demandas sociais, à

necessidade de inserir em um mundo semanticamente estável; como também, aponta-se para um devir, para a dispersão, para os sentidos possíveis, para as formulações que ainda reclamam sentidos.

Observando o *exemplar dois*, parece-me ter sido possível compreender a produção de sentidos para o Manual como aquele que trabalha sob o efeito de um tratado sobre uma disciplina, princípios ordenados, convenções, um ritual para (a execução de) uma determinada prática... uma relação entre língua e formação social, que a partir de um concepção de jornal, derivaria para uma concepção do que seria a língua, do que seria o bem dizer.

Quando retomo a textualidade do desse *exemplar*, me vejo frente ao título *COMO CONSULTAR ESTE “MANUAL”*, escrito com letras maiúsculas, tendo a palavra manual entre aspas duplas, fazendo referência direta ao título do próprio manual, singularizando-o (vale lembrar que a palavra manual aparece nos três parágrafos, iniciada por letra maiúscula e entre aspas!). O *exemplar dois* vai sendo dito como *aquele ao qual se deve consultar; aquele que padroniza o trabalho jornalístico, tornando-o homogêneo; aquele que possui verbetes; aquele que cancela a versão publicada em 1984, pois é corrigido e ampliado com base na experiência decorrida; aquele que é ponto de referência, instrumento de melhoria profissional, com formulações eminentemente práticas.*

O trecho *Esta segunda edição cancela a vigência da primeira e a substitui como ponto de referência*, remete-nos à esfera do jurídico, já que, quando se pensa o substantivo feminino *vigência*, toca-se a *memória* das questões de lei, da força de ordem junto à sociedade, quer seja por uma determinação social, por um decreto oficial ou pela anuência à duração de um contrato entre partes.

Parece-me possível, então, afirmar que o Manual da *Folha*, pelo menos naquilo que se refere à sua segunda edição, tratar-se-ia mais de um acordo de vontades, um documento no qual se registra um acordo entre pessoas, em meu caso, um acordo entre o *Grupo Folha* e os seus jornalistas e leitores?

Quando penso o *exemplar três*, muitas são as interpretações possíveis. A primeira delas é o caráter didático da obra, que pode ser percebido a partir da inserção de fontes extras de informação, da segmentação em capítulos, da utilização de elementos visuais; mais ainda, pela própria formatação do Manual, único exemplar espiralado que, como dito anteriormente, traria consigo os sentidos próprios dos cadernos escolares. Mas o que teria corroborado essa mudança?

Revisitando os discursos disponíveis sobre a época de sua publicação, sobre os efeitos de sentido preponderantes na sociedade dos anos 90, soube que tal década caracteriza-se pelas formulações próprias a uma teoria que explicaria a relação do sujeito com o mundo e as aprendizagens que disso decorreriam. O Construtivismo de Piaget trabalharia sob o efeito de que

nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos, pensamento. (BECKER, 1992)

Além disso, outro discurso que vê-se funcionar na época é o do *Aprender a Aprender*, em que estão postos os sentidos de um processo contínuo de inserção dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem nas relações que lhes são

próprias, para que eles possam tomá-lo como mais significativo (VYGOTSKY, 1983), como algo que se lhes apresenta como próprio. Nesse sentido, faz toda a diferença o Manual ser espiralado, pois facilitaria o manuseio pelo usuário, possibilitaria maior flexibilidade na utilização. Além disso, não posso deixar de mencionar que o *exemplar três*, traz páginas em branco para que o leitor possa escrever suas compreensões. Estaria, então, formalizado o processo didático com relação ao Manual: o usuário está frente a um material pensado como instrumento de aprendizagem sobre o qual poderia agir livremente, adquirindo, assim, conhecimentos e transformando sua realidade.

Ademais, o *Novo Manual* marca seu distanciamento dos textos anteriores, como vê-se em *Ainda que incorpore muito do manual de 1984 e de sua versão ampliada e revista de 1987, o 'Novo Manual' difere substancialmente do anterior*, mas ressalta a importância das antigas edições, quer seja dizendo que *O texto de 1984 teve funções pioneiras*, pela afirmação de que *Pela primeira vez, porém, um manual de jornalismo não se limitava a prescrever opções de linguagem e reforçar regras gramaticais, mas procurava condensar uma concepção de jornal* ou ainda enfatizando que *Nunca um jornal tornara pública uma pauta tão extensa de compromissos, facultando ao leitor os meios técnicos de fiscalizar sua execução, estabelecida num texto escrito*.

Nessa edição, retoma-se a questão do consumo, demonstrada pela formulação das capas. Marca-se o Manual como *o primeiro Best Seller no gênero*, tornando-o um exemplar da Literatura de Massa, ao qual se atribuiria fama e qualidade cada vez maiores dado seu volume de venda.

Interessante, também, é pensar sobre a crítica política feita por trechos do texto do *exemplar* em questão. Sou remetida a *memórias* que trabalham os acontecimentos relativos ao período de Ditadura Militar no Brasil: *pela característica militante, o texto de*

*84 era draconiano e impositivo; O novo manual pode prescindir da padronização intransigente, necessária nas versões anteriores.* O que teria feito com que a padronização dos textos anteriores fosse tão intransigente quando às questões de padrão e estética? Seriam efeitos de uma *memória* da Censura própria de nosso Regime Militar? Seria a tentativa de apagamento de possibilidades de trabalho com a língua que pudessem dar margens à compreensão e à interpretação de diferentes ordens de significação?

Pela primeira vez, nomes de jornalistas apareceriam como forma de legitimação dos escritos. Sobre isso, posso formular um questionamento: por que apenas na terceira edição apresentar os indivíduos que se responsabilizam pela produção da instituição? Seria o medo de represálias aos moldes militares que teria apagado essa autoria dos Manuais anteriores? Ou seria o sujeito de direito funcionando em suas atribuições legais, como aquele que possui direitos e deveres e deve se responsabilizar por seus atos e consequências?

Se até então o Manual passara pelas significações de tratado, contrato, instrumento de interação... o *exemplar quatro*, parece-nos trabalhar sob o efeito produzido pelo deslocamento de manual para livro, como algo que pode ser estudado e interpretado, coletânea de documentos relacionados a um assunto.

O Manual deixa de ser escrito com inicial maiúscula; deriva para a posição de *livro*, deixando de ser *revista e corrigida*, para ser *revista e ampliada*; *de padronizar o trabalho jornalístico, mas condensar uma concepção de jornal*, leia-se, a condensação da concepção de jornal para a *Folha*, jornal lido aqui não apenas como publicação diária, mas também como Instituição, o que tocaria as sequências discursivas que designariam a publicação como resposta a uma demanda social, a uma questão de

responsabilidade naquilo que se refere à produção de conhecimento: *tornar disponível para o público leitor uma pauta de compromissos, dando-lhe a possibilidade de fiscalizar sua exceção; esta edição procurou também atender ao interesse dos leitores que utilizam o manual como fonte de consulta. Assim, ela traz uma série de anexos (gramatical, jurídico, médico e outros).*

Além disso, o efeito de padrão, norma, homogeneidade produzido pelos *primeiros exemplares* desliza, *neste*, para os sentidos de uma busca pela flexibilização progressiva das normas; o Manual seria, assim, *uma versão revista e ampliada da edição anterior, lançada em 1992*; não teria como interlocutor apenas o jornalista da *Folha*, mas também o leitor que cobra e fiscaliza os deveres da Instituição *Folha* e o leitor que, além de acompanhar a publicação diária e conhecer suas orientações, demanda informações específicas, exige a submissão da prática jornalística ao Discurso da Ciência, metaforizado pela afirmação de sua referência enquanto obra em oposição à sua não pretensão de substituir consultas a especialistas.

A seção *Como consultar este manual* coloca-se no *segundo, terceiro e quarto exemplares*. No entanto, apresenta-se por meio de diferentes textualidades.

Se em *dois e três*, o leitor interessado em compreender o modo pelo qual terá acesso às informações constantes nesses exemplares será colocado frente a sequências linguísticas, distribuídas em parágrafos, obedecendo à já comum estrutura 'começo, meio e fim' -, o leitor do *quarto exemplar* será exposto a outra textualidade: construções sintáticas mais breves (*O manual está dividido em quatro capítulos/ Esses capítulos são seguidos por 12 anexos*) e infográficos. Percebo, de um lado, o atravessamento constitutivo do discurso jornalístico pelo discurso científico, bastante pautado pela busca da objetividade, da legitimidade pela apresentação de informações

com preponderância de elementos gráfico-visuais integrados a textos sintéticos e dados numéricos, e, de outro, a marca imperativa da Infografia que proporcionaria um salto na produção jornalística, principalmente, quando pensamo-la na relação com a chegada dos Macintosh e o uso do Windows 95.

Quanto à novidade e à abertura de possibilidades dada pelo uso da infografia, Teixeira (s/d), em trabalho apresentado na Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, retoma a seguinte formulação de Errera (2008)<sup>29</sup>

¿Por qué digo esto? Pues porque la infografía ofrece todas las herramientas para acabar con la fórmula clásica de hacer periodismo: Información = Título + Texto + Foto. Esta fórmula sirvió durante muchos años. Ha sido como un mecanismo de seguridad para periodistas de todo pelaje y condición. Nuestro el libro de ruta. Que, sin embargo, ha acabado por uniformizar la manera de contar la realidad, sometiéndola a los estrechos márgenes de la narrativa textual. (*idem, ibidem*, pp.58-60)

apontando para o fato de que, mesmo havendo normas, prescrições, padrões socialmente constituídos, o caráter interativo, a necessidade de transformação e o acompanhamento à evolução das técnicas e dos sujeitos se faz basilar para as práticas jornalísticas.

Algo que também denota as diferenças presentes nesses Manuais é a atenção dada e o espaço cedido ao Projeto Editorial da *Folha*: ao consultar o *exemplar* de 1987, noto que à página 35 coloca-se o verbete:

---

<sup>29</sup> Baseamo-nos, para apresentar essas informações no texto apresentado por Tattiana Teixeira, intitulado **A INFOGRAFIA COMO NARRATIVA JORNALÍSTICA: Uma discussão acerca de conceitos, práticas e expectativas, que inclui a citação do texto de ERRERA**, Javier. Por qué la infografía salvará a los diarios. In: PEREZ, Álvaro e GIL, Ana (eds.). **15 Premios Internacionales de Infografía Malofiej**. Pamplona: SND-E/Universidad de Navarra, 2008, pp. 56-71.

Projeto Folha – A **Folha** se orienta por um projeto editorial cuja execução vem-se desenvolvendo desde meados da década de 70. Esse projeto está detalhado em sucessivos documentos do Conselho Editorial. Os objetivos do projeto se resumem em produzir um jornalismo crítico, modernizante, pluralista e apartidário. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987, p. 35) (grifos do autor)

Na última versão, esse verbete aparece como uma colagem do anterior com algumas modificações. Isso, sem mencionar a existência de um capítulo inteiro que se dedique à publicação do Projeto Editorial, algo que não ocorreu em nenhuma das edições anteriores (nem mesmo na de 1992 em que se anuncia uma unidade denominada Projeto Folha que, em grande parte, dedica-se à apresentação de verbetes):

**Projeto Folha**

A Folha *'orienta sua conduta' (deslocamento de 'se orienta')* por um projeto editorial (*suprime-se 'cuja execução'*) que vem se desenvolvendo desde os meados da década de 70, (*suprimi-se 'Esse projeto está detalhado em sucessivos documentos do Conselho Editoriais'*) com o objetivo de produzir um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006, p. 10)<sup>30</sup>

Posso ainda dizer que o acréscimo de informações funciona dentro de um argumento de uma necessidade atual de modernização, quer seja no panorama político-econômico, em seu quadro funcional ou na forma de posicionar-se frente aos acontecimentos sociais, uma vez que vivemos em um mundo globalizado, no qual mudanças se colocam a todo momento.

---

<sup>30</sup> Quando analiso a materialidade dos manuais, analiso as movimentações discursivas de modo a compreender os sentidos que jogam nesses materiais.

Além disso, pensar a questão da modernização me remete a dois enunciados de meus recortes: “produzir um jornalismo crítico, modernizante, pluralista e apartidário” (*exemplar dois*) e “produzir um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário” (*exemplar quatro*). O deslizamento de *modernizante* para *moderno* produz como efeito de sentido o apagamento de um processo, de uma ação que efetiva em modernização: do jornal, da sociedade, do leitor, do cidadão, pois *moderno* sintetiza um estado que se pressupõe constituído desde a década de 70.

Afora isso, observo que, desconsideradas as denominações para os capítulos, ou unidades, há, no entanto, um movimento parafrástico, pois tudo aquilo que fora publicado anteriormente é retomado no *exemplar quatro* e, portanto, tem sua *estrutura* reterritorializada, como diria Mariani (1998), em um novo *acontecimento*.

Diria ainda que “ler (...) [os manuais de redação] como um discurso nos [leva] a localizá-los em meio aos saberes em circulação em uma sociedade” (NUNES, 2006, p.243), o que me coloca em meio a um movimento sempre incompleto e constitutivo, em que novas compreensões são demandadas e novas interpretações se fazem possíveis.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os questionamentos que impulsionaram as reflexões aqui apresentadas são de longa data. Em 2003, um interesse pela questão da Guerra do Iraque e sua constituição enquanto notícia foi foco de meu trabalho de Iniciação Científica. Anos mais tarde e muita leitura e trabalho depois, me coloquei novamente em posição de compreendê-los e interpretá-los em meu trabalho de mestrado; nessa prática analítica deparei-me com uma nova questão: o funcionamento dos manuais de redação. Nesse meandro, tendo me aproximado de modo mais consistente da área História das Ideias Linguísticas, propus-me a buscar compreender a relação entre o discurso jornalístico, o manual de redação do jornal e a configuração de um imaginário da língua portuguesa no Brasil tomada como objeto de ensino. Meu percurso foi me permitindo compreender o modo pelo qual os manuais de redação de uma empresa jornalística, em meu caso, a *Folha*, se configurariam enquanto um instrumento tecnológico do espaço discursivo do jornalismo (hipótese com a qual passei a trabalhar), que pauta a escrita jornalística que, por sua vez, inscreve-se na produção de conhecimento sobre a história da língua e a história do conhecimento sobre a língua, funcionando como um instrumento linguístico.

No decorrer desta pesquisa, três foram as questões que me impulsionaram: a) pensar as relações próprias da abordagem de textos da esfera midiática, mais precisamente, de textos jornalísticos no âmbito escolar na relação com um instrumento tecnológico particular a esse campo discursivo – o manual de redação; b) descrever e interpretar as regularidades e os efeitos de sentido produzidos por um instrumento

tecnológico, como os manuais de redação, em sua relação com a mídia, em seu lugar de legitimidade de ensinar, de esclarecer, de democratizar a educação informando em todas as instâncias, e, c) compreender os funcionamentos encerrados nos manuais de redação de Instituições Jornalísticas e o modo como estes instrumentos tecnológicos funcionam junto à escrita do discurso jornalístico, cada vez mais presente nos livros didáticos de língua portuguesa.

Busquei explicitar que o discurso jornalístico funciona em um espaço discursivo que configura a imprensa enquanto aquela que, na sociedade contemporânea, se interpõe entre os fatos e o leitor em um movimento de sentidos que a significa como imparcial e objetiva; o texto jornalístico é também resultado da prática de uma escrita instrumentalizada pelo manual de redação, que se coloca em relação aos sujeitos escolarizados, já habilitados à leitura e à produção de textos.

Além disso, observei que muitos dos indicadores presentes nos discursos disponíveis acerca de uma naturalização do mundo letrado em que vivemos nos são apresentados a partir de um funcionamento pautado por uma relação linguagem-mundo constituída, convertida e traduzida em postulados e regras, em que não há espaço para se analisar o sujeito, o jogo e a produção de sentidos, o histórico e o político.

Esse modo de colocar-se frente às questões de linguagem acaba trazendo comumente à escola uma abordagem normativa acerca dos textos jornalísticos, apagando uma marca forte da mídia, enquanto um instrumento linguístico, naquilo que tange à consulta sobre a língua, além de não pensar o manual de redação, como o tomo - um instrumento tecnológico – uma alteridade para o sujeito que dele se utiliza; alteridade que se torna uma injunção nos processos de identificação, interferindo na

relação que este sujeito entretém com a língua em determinadas conjunturas (NUNES, 2006).

Acredito ser preciso afirmar que, para mim, a mídia não se trata de uma simples descrição da linguagem natural, mas de uma extensão do conhecimento linguístico do sujeito, de uma expansão de seu saber, homogeneização da língua e fixação de seus usos, possuindo grande relação com uma tecnologia que lhe é própria – o manual - um objeto histórico, um objeto político, que acaba por administrar a produção linguística dos sujeitos jornalistas, excluindo da língua seu real, construindo um efeito imaginário de unidade linguística, que chega à sociedade e à escola legitimado por uma ilusão de neutralidade e objetividade, suprimindo uma necessidade interna das empresas jornalísticas e tornando-se referência para o grande público.

Ademais, falando mais propriamente sobre o funcionamento da imprensa, coloca-se como necessária a retomada da ideia de um imaginário que sustenta essa prática da imprensa, pois, segundo Silva (2001), os manuais de redação são uma compreensão histórico-discursiva das contradições que atravessam a sociedade.

Pensando mais propriamente os manuais, em meu caso, especificamente, os da *Folha de S. Paulo*, observo que a constante atualização destes instrumentos se coloca como fruto de uma busca de concorrência com outras mídias, a partir de um tripé de ações: a necessidade de furos e informações exclusivas, textos sintéticos e analíticos, em pouco espaço e em um esforço colaborativo; o que estruturalmente, parece-me traduzir-se em mudanças quanto às letras, aos cadernos, às novidades gráficas (como o vermelho marcando o texto analítico), às preocupações com a tipologia textual e o modelo de jornalismo (americano x europeu) a ser seguido.

Ainda sobre os Manuais da Folha, é necessário apontar para um efeito de identidade entre eles e alguns instrumentos linguísticos, já que os manuais configuram-se por meio de verbetes, característica própria aos dicionários; apresentam referências e explicações gramaticais, em que são retomadas questões da/sobre a língua; além de aproximar-se do discurso enciclopédico, próprio aos almanaques, ao apresentar em algumas versões, informações sobre geografia, política, direito, etc. Mas mais importante do que uma *memória* compartilhada em termos de forma de dizer, de espacializar o dizer, de organizar o dizer, os manuais de redação, assim como os instrumentos linguísticos, se ancoram na evidência da língua enquanto forma e conteúdo, promovendo uma sistematização da língua, um discurso sobre a escrita que sustenta práticas languageiras no discurso jornalístico e na escola.

Além disso, é relevante apontar para o fato de que a escolaridade é um *pré-construído* a partir do qual funcionam os manuais, no entanto, a esfera da mídia, campo discursivo com o qual trabalho, acaba por constituir-se enquanto referência para uma escola imaginada falha (imaginário ao qual resisto a filiar-me!), uma escola deficiente, que não estaria conseguindo fazer com que o aluno que saísse dela chegasse ao que Silva (2001), denomina ‘padrão aceitável de realização da leitura/escrita’, sustentando a possibilidade do manual de redação funcionar para além das redações das empresas jornalísticas.

Buscando significar os manuais como um instrumento de consulta sobre a língua, produz-se um batimento entre a língua efetivamente trabalhada na escola com aquela que seria a pertencente a um “bom texto” (jornalístico), ou seja, o texto jornalístico passa a se colocar como referência de escrita para o escritor comum,

substituindo o texto literário, por exemplo, que costumeiramente aparecia em livros didáticos.

Dessa maneira, o texto jornalístico acaba sendo significado por uma especificidade da escrita jornalística, pela qual são produzidos e produzem referências para o sujeito escolarizado. Uma normatividade própria ao texto jornalístico vai se constituindo a partir da posição de um sujeito que sabe, que conhece a língua e considera dentro dela o que interessa aos propósitos da prática do jornalismo, prática do bem dizer, autorizando, na configuração atual do espaço escolarizado, uma determinada forma de dizer e sobre o quê dizer.

Nesse sentido, em meio à opacidade, à incompletude, à dispersão que constitui e produz efeitos de sentido, dou um fecho aberto ao meu trabalho. Um fecho que não carrega em si significações de conclusões definitivas, mas aponta para caminhos ainda a serem compreendidos, interpretados, re-significados...



## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS.** Imprensa Brasileira – dois séculos de história. s.d. Disponível em <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil>> Acesso em 27.nov.2011
- AUROUX, S. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências.** Campinas, SP: Editora RG, 2008.
- AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- AUROUX, S. **Filosofia da Linguagem.** São Paulo: Parábola, 2009.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras Incertas: As não-coincidências do Dizer.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, M. M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem.** 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BALDINI, L. **Um linguista na terra da gramática.** Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2005.
- BECKER, F. O que é construtivismo? *In: Revista de Educação AEC*, Brasília, v. 21, n.83, abr./jun. 1992.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: 5a a 8a série - Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.
- CÂMARA, B. **O nascimento da imprensa.** 2009. Disponível em <<http://www.debatesculturais.com.br/o-nascimento-da-imprensa/>> Acesso em 26.nov.2011
- CAPRINO, M. P. Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação. *In: Comunicação & Sociedade.* São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, ano 23, n. 37, 1. sem. 2002.
- CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. **Gramática da língua portuguesa.** São Paulo: Scipione, 2008.

COURTINE, J. J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *In: Langages*. Analyse Du Discours Politique, 1981, volume 15, número 62, pp. 9-128. Disponível em <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/lgge\\_0458-726x\\_1981\\_num\\_15\\_62](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/lgge_0458-726x_1981_num_15_62)>

DIAS, C. A escrita como tecnologia da linguagem. *In: Coleção Hipers@beres*. Tecnologia da Linguagem e Produção do Conhecimento. Santa Maria. vol.2. dez./2009. Disponível em <<http://w3.ufsm.br/hipersaberes/>>

ERBOLATO, M. **Técnicas de codificação verbal em jornalismo**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

FARIA, M. A. O jornal e sua história. *In: Proleitura*. Assis, São Paulo: UNESP, ano 2, n. 5, jun. 1995.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. *In: CORRÊA, M. C. e NASCIMENTO, S. H. L. do (orgs). Espaços de Circulação da Linguagem*. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, RS., n.27, jul/dez. 2003.

FERREIRA, M. C. L.. **Da ambiguidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Ed.UFRGS, 2000.

FILHO, L. F. C. et al. **Manual da Redação: Folha de São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2006.

FILHO, L. F. C. et al. **Novo Manual Geral de Redação**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1996. Disponível <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_introducao.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_introducao.htm)>

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FRANÇA, V. **Livro revela 145 anos de história da 25 de Março**. Lojistas acreditavam que rua completaria 116 anos hoje; obra traça perfil da região. O Estado de S. Paulo. 2010. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,livro-revela-145-anos-de-historia-da-25-de-marco,528917,0.htm>> Acesso em 26.nov.2011

FREITAS, H. A. de O. **Nem tudo é notícia – O Grupo Folha na Internet**. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP: 1999.

FREYRE, G. **Tempo morto e outros tempos**. Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GADET, F. & HAK, T (orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

GADET, F. & PÊCHEUX, M. **A Língua Inatingível:** o Discurso na História da Linguística. Campinas: Pontes, 2004.

GALVÃO, F. Manual d'O Estado de S. Paulo. *In: Revista de Comunicações e Artes.* São Paulo: ECA/USP, n. 4, 1971.

GERALDI, J. W. (org.) **O texto na sala de aula:** leitura e produção. 2. ed. Cascavel: ASSOESTE, 1985.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem.** 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GIOVANNINI, G. **Evolução na Comunicação:** do sílex ao silício. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1987.

GRIFFITH, A. **Important Colors in Advertising a Product.** 2010. Disponível em <[www.ehow.com/list\\_6803207\\_important-colors-advertising-product.html](http://www.ehow.com/list_6803207_important-colors-advertising-product.html)>. Acesso em 02.jun.2011.

GUILHAMOU, J. **Linguística e história:** percursos analíticos de acontecimentos discursivos. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

GUILHAMOU, L. & MALDIDIER, D. Efeitos de Arquivo: A Análise do Discurso do lado da História. *In: ORLANDI, E. P. (org.) Gestos de Leitura.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

GUIMARÃES, E. A Língua Portuguesa no Brasil. *In: Línguas do Brasil. Ciência e Cultura. Revista da SBPC,* ano 57, n.02, abril/jun. 2005.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento.** Campinas, SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E.; DE PAULA, M. R. B. (Org.). **Sentido e Memória.** Campinas: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Língua e Cidadania:** o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: A Gramatização Brasileira. *In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). Língua e Cidadania:* o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

HAROCHE, C., HENRY, P. e PÊCHEUX, M. La Sémantique et la Coupure Saussuriense: langue, langage, discours. *In: Langages*, Paris: Didier- Larousse, n.24, 1971.

HENRY, P. "Os Fundamentos Teóricos da 'Análise Automática do Discurso' de Michel Pêcheux (1969)". *In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). Por uma Análise Automática do Discurso. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.*

HERSCOVITZ, H. G. Jornalistas de São Paulo: quem são e o que pensam em comparação aos jornalistas americanos e franceses. *In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. XXIII, n. 2, jul./dez. 2000.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2007.

KOKEMULLER, N. **The Effects of Color on Advertising**. 2011. Disponível em <[www.ehow.com/info\\_8244038\\_effects-color-advertising.html](http://www.ehow.com/info_8244038_effects-color-advertising.html)>. Acesso em 02.jun.2011.

LAGAZZI, S. M. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 1998.124p.

LAGAZZI, S. M. O Recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. *In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. dos; CASTELLO BRANCO, L. K. A. (orgs.). Análise de discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora RG, 2011.*

LAGE, N. **Linguagem Jornalística**. 8.ed. São Paulo:Ática, 2006.

LINS DA SILVA, C. E. **Mil dias: análise das mudanças no processo de produção da Folha de S.Paulo durante a implantação do "Projeto Folha" (maio/1984-fevereiro/1987)**. Tese de Livre-Docência - Universidade de São Paulo, São Paulo,1987.

LINS DA SILVA, C. E. **Mil dias: seis mil dias depois**. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2005.

LORAU, Nicole. De l'amnistie et de son contraire. *In: YERUSHALMI, Yosef. H. et al. Usages de l'Oubli*. Paris: Éditions Du Seuil, 1998.

LUSTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

**MANUAL GERAL DA REDAÇÃO**. 2.ed. rev.ampl. São Paulo, SP: Folha de São Paulo, 1987.

**MANUAL GERAL DA REDAÇÃO**. São Paulo, SP: Folha de São Paulo, 1984.

MARIANI, B. S. C. Discurso e Instituição: a Imprensa. *In: Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP- NUDECRI*. Campinas, SP, n.05, mar.1999.

MARIANI, B. S. C. **O PCB e a Imprensa: os Comunistas no Imaginário dos Jornais**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP:UNICAMP, 1998.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). *In: ORLANDI, E. P. (org.) Discurso Fundador: a Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

MARIANI, B. S. C. Políticas de Colonização Linguística. *In: Revista LETRAS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria*. Santa Maria, RS, v.27, jul. 2003.

MARIANI, B. S. C.; SOUZA, T.C.C. de. Reformas Ortográficas ou Acordos Políticos? *In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

MARQUES DE MELO, J. **Imprensa brasileira: personagens que fizeram a história**. São Paulo: Universidade Metodista / Imprensa Oficial de São Paulo, 2005.

MARTINS, R.R. Terceira linguagem discurso mercadológico com credibilidade construindo reputação nas organizações. *In: ORGANICOM. Revista Brasileira de COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS*. São Paulo: USP/ECA, ano 05, v. 08, 2008.

MELO, P. B. de. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. *In: Comunicação & informação*. Goiânia: UFG, Facomb, v.8, n.1, jan./jun. 2005.

MIGLIACCIO, L. A. A. **O jornal 'O Estado de S. Paulo' e a revista 'Veja' após o Ato Institucional nº 5: análise semiótica do discurso jornalístico de resistência**. Dissertação de Mestrado em Semiótica e Linguística Geral. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, SP: 2007. 261p.

MORAES NETO, B. R. de. **Fordismo e Toyotismo: trabalho e tecnologia na produção em massa**. s.d. Disponível em <<http://www.pucsp.br/~diamantino/Fordismo%20e%20Toyotismo.htm>> Acesso em 30.nov.2011

MOTA, C. G. & CAPELATO, M. H. **História da Folha de São Paulo: 1921-1981**. São Paulo: IMPRES, 1981.

NOGUEIRA, A. de A. **As Folhas de Nabantino Ramos (1945 – 1962)**. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina. s/d. Disponível em <<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar>>

**NOVO MANUAL DA REDAÇÃO.** São Paulo, SP: Folha de São Paulo, 1992.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: Análise e História.** Campinas, SP: Pontes Editores – São Paulo, SP: FAPESP – São José do Rio Preto, SP: FAPERP, 2006.

NUNES, J. H. **Leitura de Arquivo: historicidade e compreensões,** 2005. Disponível em <[http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose\\_horta.pdf](http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose_horta.pdf)> Acesso em 26.nov.2011

NUNES, J.H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. *In: Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107–124, jul./dez. 2008.

NUNES, J.H. **Formação do Leitor Brasileiro Imaginário da Leitura no Brasil Colonial.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. *In: LAGAZZI-RODRIGUES, S. & ORLANDI, E. P. (orgs.) Introdução às Ciências da Linguagem – Discurso e Textualidade.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

ORLANDI, E. P. Do Sujeito na História e no Simbólico. *In: Escritos.* Campinas, SP: LABEUB/ UNICAMP, v.4, 1999.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista: Discurso do Confronto.Velho e Novo Mundo.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

ORLANDI, E. P. (org.) **A Leitura e os Leitores.** Campinas, SP: Pontes, 1998.

ORLANDI, E. P. (org.) **Discurso Fundador: a Formação do País e a Construção da Identidade Nacional.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ORLANDI, E. P. (org.) **Gestos de Leitura.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Formação de um Espaço de Produção Linguística: A Gramática no Brasil. *In: ORLANDI, E. P. (org.) História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional.* Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: UNEMAT Editora, 2001.

ORLANDI, E. P. (org.) **História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional.** Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: UNEMAT Editora, 2001.

ORLANDI, E. P. (org.) **Língua e Conhecimento Linguístico**: para uma História das Ideias no Brasil . São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. (org.) **Política Linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, E. P. A Língua brasileira. *In*: Línguas do Brasil. Ciência e Cultura. **Revista da SBPC**, ano 57, n.02, abril/jun. 2005a.

ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu Funcionamento**: as Formas do Discurso. 2.ed. rev. e aum. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **As Formas do Silêncio**: no Movimento dos Sentidos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. Divulgação Científica e Efeito Leitor: uma política social urbana. *In*: GUIMARÃES, E. R. J. (org.). **Produção e Circulação do Conhecimento**. Estado Mídia, Sociedade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. *In*: **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, BA: UESB, n.01. 2005b.

ORLANDI, E. P. **O que é linguística**. 15.reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006b.

PÊCHEUX, M. A Análise do Discurso: três épocas. *In*: GADET, F.; HAK. T. **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, E. P (org.) **Gestos de Leitura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: Estrutura ou Acontecimento. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. et alii. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In: GADET, F. & HAK, T (orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

PFEIFFER, C. C. Escola e divulgação científica. *In: GUIMARAES, E. **Produção e circulação do conhecimento**: estado mídia e sociedade*. Campinas: Pontes, 2001.

PFEIFFER, C. C. **Bem dizer e retórica**: um lugar para o sujeito. Tese de Doutorado em Linguística – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2000.

PFEIFFER, C. C. **Que autor é este?** Dissertação de Mestrado em Linguística- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 1995.

PFEIFFER, C. C. O lugar do conhecimento na escola: alunos e professores em busca de autorização. *In: **Escritos***. Escrita, escritura, cidade (III). Campinas: LABEURB, UNICAMP, 2002, vol. 7.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua. *In: GUIMARÃES, E.; DE PAULA, M. R. B. (Org.). **Sentido e Memória***. Campinas: Pontes, 2005.

ROCHA DIAS, P. da. Os relatos jornalísticos (Leipzig, 1690: a primeira tese doutoral em jornalismo). *In: **Comunicação e Sociedade***. São Bernardo do Campo: UMESP, n. 33, 2000.

SALAVERRIA, R. Aproximación a los orígenes de la preceptiva sobre escritura periodística (1840-1940). *In: **Comunicación y Sociedad***, n.1, 1997.

SANTOS, M. C. dos. **A censura no Estado Novo**. s.d. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/departamento-de-imprensa-e-propaganda -a-censura-no-estado-novo.jhtm>> Acesso em 05.dez.2011.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, T D. da. Língua na escrita jornalística (2001a). *In: GUIMARAES, E. **Produção e circulação do conhecimento: estado mídia e sociedade***. Campinas: Pontes, 2001.

SILVA, T. D. da. **Televisão brasileira**: a Comunicação Institucionalizada. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2002. 267p.

SILVA, T. D. da. Os Manuais da Imprensa no Brasil: Da Redação à Circulação Pública. *In: ORLANDI, E. P. (org.) **História das Ideias Linguísticas**: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional.* Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: UNEMAT Editora, 2001.

SILVA, T. D. da. O “Corpo” do Jornal e o Sujeito Urbano: Jornalismo e Novas Tecnologias. *In: **Signo**.* Santa Cruz do Sul, v. 36 n.61, p. 299-312, jul.-dez., 2011. Disponível em <<http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/index>>

SILVA, M. V. da. **A disciplinarização da linguística**: Ciência e Estado. Texto da Comunicação apresentada no IV Congresso Internacional da ABRALIN, realizado no período de 17 a 19 de fevereiro de 2005, na Universidade de Brasília. Disponível em <<http://www.ucb.br/textos/2/456/ArtigosEComunicacoes/>>

SILVA, M. V. da. **Uma criatura do Caraça**. Texto apresentado na II Jornada Internacional História das Ideias Linguísticas: Ética e Política das Línguas - Projeto HIL - , realizada no dia 20 de setembro de 2001, no Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade de Campinas. Disponível em <<http://www.ucb.br/textos/2/456/ArtigosEComunicacoes/>>

SILVA, M. V. da. **História da Alfabetização no Brasil: constituição de sentidos e do sujeito de escolarização** Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 1998.

SOARES, M. **Português na escola**: história de uma disciplina curricular. Material de divulgação da obra Português através de textos. São Paulo: Moderna, 1996.

SOARES, M. Que professor queremos formar? *In: **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**.* Fortaleza: UFC, 2001.

SOUZA, P. de. A chegada do lead ao Brasil. *In: **Revista de Comunicação**.* São Paulo. n. 30, 1992.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIZEU, A. Gilberto Freyre e os manuais de redação. *In: **Comunicação & Sociedade**.* São Bernardo do Campo: PósCom-Metodista, ano 29, n. 50, 2.sem. 2008.